

1.1 HISTÓRICO DO EMISSOR

Descrever sumariamente o histórico do emissor

A trajetória da São Martinho começa muito antes da marca se consolidar como uma das maiores companhias do setor sucroenergético do mundo. Ela tem origem no final do século XIX, na Itália, com o sonho de um novo começo. Ao imigrar para o Brasil, a família Ometto trouxe na bagagem a esperança de dias melhores — e foi no interior de São Paulo que esse sonho começou a se tornar realidade.

Em 1914, no Sítio Olaria, surgia o primeiro engenho de cana-de-açúcar da família. De lá para cá, o trabalho árduo e a visão empreendedora pavimentaram uma jornada marcada por conquistas. Em 1932, na Fazenda Boa Vista, a produção de açúcar teve início. Já em 1937, com a aquisição da Unidade Iracema (UIR), em Iracemápolis (SP), foi iniciada a produção de álcool, que viria a se expandir também para o açúcar em 1946.

A chegada da Unidade São Martinho (USM), em 1949, na cidade de Pradópolis (SP), representou um marco de escala e inovação. Anos depois, a USM se tornaria uma das maiores processadoras de cana-de-açúcar do mundo, consolidando a força da companhia no cenário nacional.

A partir dos anos 2000, a São Martinho iniciou um novo capítulo, com a unificação de sua estrutura de gestão e uma visão empresarial ainda mais estratégica e profissionalizada. Esse movimento culminou, em 2007, com a abertura de capital da companhia — um passo importante rumo à expansão e ao fortalecimento de sua competitividade nos mercados onde atua.

Em 2008, a São Martinho deu mais um salto: Fabio Venturelli assumiu a presidência, um marco de profissionalização da companhia e, no mesmo ano, foi inaugurada a Unidade Boa Vista (UBV), em Quirinópolis (GO). Planejada desde o início com foco em eficiência, tecnologia e sustentabilidade, a UBV representa o novo perfil da São Martinho: inovadora, integrada e com olhar para o futuro.

Em 2014, a companhia ampliou ainda mais sua capacidade produtiva com a aquisição do controle da Unidade Santa Cruz (USC), em Américo Brasiliense (SP), reforçando sua presença no estado de São Paulo e reafirmando seu compromisso com o crescimento sustentável.

Com quase 90 anos de história, a São Martinho segue evoluindo com base em inovação, sustentabilidade e na valorização das pessoas. Orgulhosa de suas raízes e comprometida com o amanhã, a companhia investe continuamente em tecnologia, eficiência e geração de valor — guiada por um propósito claro: transformar o presente e cultivar um futuro cada vez mais próspero para todos.

Abaixo, seguem alguns marcos na história da São Martinho:

1937: Aquisição da Unidade Iracema. 1949: Aquisição da Unidade São Martinho.

1969: Primeira colhedora mecanizada.

1970: Uso de vinhaça na irrigação.

1980: Desenvolvimento de tecnologia para biodigestão termofílica de vinhaça, implementação caldeiras de queima de suspensão, início da produção de especialidades e da cogeração da Unidade São Martinho.

1990: Projeto Novos Rumos, Primeiro ERP agrícola em larga escala no segmento, criação do Centro de Operações Industriais (COI), Plano de Autuação Industrial, início da produção de leveduras na Unidade São Martinho e da fabricação própria de colhedoras.

1992: Primeira plantadora. 1997: Implementação do SAP.

1998: Início do MPT (Manutenção da Produtividade Total). 1999: Reestruturação Organizacional por Processos.

2000: Criação do CSC, Inauguração do Centro de Educação Ambiental (CEA), Projeto Viva a Natureza e implementação dos trabalhos de Sensibilização Comportamental.

2001: Início da produção de leveduras na Unidade Itacema, participação Mitsubishi para produção de RNA, primeiro portal de compras integrado com fornecedores e primeiro encontro agroindustrial.

2002: Início do Projeto Viva Cana e fusão das Unidades Itacema e São Martinho

2005: Lançamento da pedra fundamental da Unidade Boa Vista.

2007: Abertura de capital na B3, aquisição da participação na Usina Santa Luiza e integração da automação industrial com o sistema de gestão.

2008: Fabio Venturelli assume a presidência, inauguração da Unidade Boa Vista e saída da Copersucar e primeiro programa de trainees.

2010: Criação da Nova Fronteira Bioenergia (joint venture com a Petrobras) 2011: Primeiro encontro de líderes.

2012: 1ª vez no Ranking das 150 Melhores Empresas para Trabalhar (Você S/A), Certificação Bonsucro Unidade Itacema e inauguração Terminal Rodoviário Unidade São Martinho.

2013: Inauguração da Usina Termoelétrica da Unidade São Martinho e Certificação Bonsucro da Unidade Santa Cruz e adoção da tecnologia de leiteo fluidizado borbulhante para queima da biomassa.

2014: Aquisição do controle da Unidade Santa Cruz, início do Projeto de Muda Pré-Brotada, início das atividades imobiliárias e desenvolvimento da rede 4G.

2015: 1ª vez no Ranking Melhores Empresas para Começar a Carreira (Você S/A).

2016: 1ª vez no Ranking Inovação Brasil, 1ª vez entre as Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, aquisição 100% da Nova Fronteira Bioenergia e padronização da técnica de meiose.

2017: Melhor Empresa do Setor Agronegócio (Você S/A). Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia S.A.

2018: Empresa do Ano, Melhor Empresa do Setor Agronegócio, Melhor Grande Empresa, Destaque na Categoria Liderança (Você S/A) e implementação do primeiro Centro de Operações Agrícolas (COA). Incorporação da Unidade Boa Vista S.A.

2019: Melhor Empresa do Setor Agronegócio (Você S/A), Projeto 4.0 de automação agrícola (Projeto COA) na Unidade São Martinho, anúncio projeto cogeração na Unidade São Martinho, reconhecimento pela agência Standard & Poor's com rating 'grau de investimento' (BBB-) e reafirmação do rating brAAA, adesão ao protocolo ONU Mulheres e primeira certificação no Brasil para emissão de CBios no programa RenovaBio (Unidade Boa Vista).

2020: Melhor empresa em gestão de pessoas na categoria 7.001 a 17.000 funcionários (Valor Carreira), Empresa do Ano e vencedora categoria Açúcar e Alcool (Valor Econômico), eleita uma das empresas mais inovadoras do Brasil e do setor em 2020 (Valor Inovação Brasil 2020) e implementação do projeto COA nas demais unidades.

2021: Melhor empresa em gestão de pessoas na categoria 7.001 a 17.000 funcionários (Valor Carreira), lançamento plataforma digital de responsabilidade social, aprovação do Projeto de Etanol de Milho anexo à Unidade Boa Vista (etanol, DDGS, óleo de milho), lançamento parceria Cubo Agro (Itaú) e implementação da primeira rede 5G no segmento em caráter experimental, implantação do novo ERP SAP S/4HANA e início da produção de etanol neutro na Unidade Santa Cruz.

2022: Passou a integrar os índices: IBRX 100, Ibovespa, B3 IAGRO-FFS, Agro Free Float Setorial e ICO2 - Índice Carbono Eficiente, início do Centro de Inovação da São Martinho, inauguração dos Hubs Administrativos,

lançamento do Programa SOU (segurança como valor), entrada no Pacto Global da ONU e concretização do plano de internacionalização da Companhia.

2023: Início da produção de etanol de milho na Unidade Boa Vista e expansão da produção de energia proveniente da biomassa. Certificação GPTW - Melhor Empresa para Trabalhar, certificação ISCC Corsia Plus nas Unidades Santa Cruz e São Martinho, que atesta a conformidade das operações com os critérios de sustentabilidade. Aprovação do Projeto de Biometano na Unidade Santa Cruz. Consolidação dos testes para implementação da Colhedora de Duas Linhas na Unidade São Martinho. Inauguração oficial do Centro de Operações Agrícolas (COA) Integrado de monitoramento da operação agrícola. Processamento de aproximadamente 23.1 milhões de toneladas de cana, representando a maior moagem da história.

2024: Início da operação da nova Usina Termoeletrica na Unidade São Martinho. Conclusão dos investimentos nas unidades de São Paulo visando aumento do mix de açúcar e, também, o aumento da capacidade de produção de anidro, no mix de etanol. Expansão das áreas irrigadas nas unidades São Martinho e Santa Cruz, visando produtividade e longevidade do canavial.

Premiações referentes ao negócio: campeões do Prêmio Valor Inovação Brasil, na categoria Agronegócio, e do Valor 1000, na categoria Bioenergia.

Premiações referentes à Gestão Pessoas: conquista do Great Place To Work; do Prêmio Lugar Incrível para Trabalhar - Certificado FIA; do Lugares Mais Incríveis para Trabalhar – FIA + Estadão; e Prêmio Ser Humano.

2025: Início das operações da planta de Biometano na Unidade Santa Cruz. Conclusão do primeiro ciclo de colheita de cana-de-açúcar na Unidade São Martinho com colhedoras de duas linhas, máquinas agrícolas projetadas para colher duas linhas do canavial ao mesmo tempo. Certificação do etanol de milho para emissão de CBios no programa RenovaBio (Unidade Boa Vista).

Premiações referentes à Gestão Pessoas: conquista do Great Place To Work.

1.2 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E DE SUAS CONTROLADAS

A São Martinho S.A. atua no setor sucroenergético e negócios que abrangem produção e comercialização de açúcar, etanol (advindo do processamento de cana-de-açúcar e milho), energia elétrica e demais derivados da cana-de-açúcar e milho.

Conforme Estatuto Social, tem por objeto:

- i. atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados e cogeração de energia elétrica;
- ii. exploração agrícola e pecuária;
- iii. importação e exportação de bens, produtos e matéria-prima;
- iv. fabricação, comercialização, exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos químicos e orgânicos, bem como a fabricação de aditivo, ingrediente e suplemento para consumo animal, podendo desenvolver outras atividades correlatas ou condizentes com estas atividades; e
- v. participação em sociedades, mediante deliberação do Conselho de Administração.

De acordo com o item 1.1, a Companhia possui quatro usinas em operação: São Martinho, em Pradópolis, na região de Ribeirão Preto (SP); Iracema, em Iracemápolis, na região de Limeira (SP), Santa Cruz, localizada em Américo Brasiliense (SP) e Boa Vista, em Quirinópolis, a 300 quilômetros de Goiânia (GO).

As unidades São Martinho, Iracema e Santa Cruz produzem açúcar e etanol, enquanto a Usina Boa Vista é dedicada à produção de etanol. Todas as unidades geram energia elétrica a partir da queima do bagaço da cana, garantindo autossuficiência e venda do excedente.

O mix de produção de açúcar e etanol é de 53% de açúcar (cenário máx. açúcar) e 65% de etanol (cenário máx. etanol).

A safra 2023/24 marcou o início da operação da planta de etanol de milho acoplada à Unidade Boa Vista (Quirinópolis/GO) e adicionando o potencial de 210 mil m³ de etanol ao portfólio da São Martinho, assim como 150 mil toneladas de DDGS e 60 mil toneladas de óleo de milho.

Com relação aos números da Safra 2024/25, cabe destacar:

- Processamento de 22 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e 511,4 mil ;
- O volume total de açúcar produzido na safra foi de 1.329 mil toneladas;
- Produção de 1.221 mil m³ de etanol sendo 1.009 mil m³ proveniente de Cana-de-Açúcar e 213 mil m³ do processamento de milho;
- Cogeração de 788 mil MWh de energia elétrica;
- Produção de 137 mil tons de DDGS;
- Índice médio de mecanização da colheita de 100%;
- Área agrícola total sob gestão 350.000 ha, sendo 54.635 ha de terras próprias.

1.3 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações

a. produtos e serviços comercializados

Principais Produtos

Açúcar:

As usinas da São Martinho produzem vários tipos de açúcar bruto. Nos últimos anos, o principal produto tem sido o VHP, um tipo de açúcar padrão negociado no mercado internacional.

Etanol:

A São Martinho também produz etanol hidratado, utilizado nos tanques dos carros movidos a etanol; etanol anidro, que é misturado à gasolina como aditivo para abastecer os tanques dos veículos movidos à gasolina; e etanol industrial, usado principalmente na produção de tintas, cosméticos e bebidas alcoólicas.

Energia Elétrica

Produção e comercialização do excedente de energia elétrica.

Negócios Imobiliários

Safrá 20/21: lançamento dos empreendimentos imobiliários Nova Iracemápolis na região de Iracemápolis e Jardim Irajá em Américo Brasiliense.

safrá 24/25: lançamento do empreendimento São Conrado, na cidade de Pradópolis/SP

Não houve novos lançamentos nas safras 21/22, 22/23, 23/24.

Outros Produtos

Levedura (usada como ração animal), óleo fúsel (que é usado como solvente e álcool amílico puro) e bagaço (a fibra que sobra após a extração do caldo da cana-de-açúcar, usada como fonte de energia) como co-produtos da produção de açúcar e etanol. É vendida a levedura e o óleo fúsel diretamente para clientes no Brasil, utiliza-se o bagaço para gerar todo o vapor e eletricidade necessários à operação das usinas e vende-se o excedente principalmente para produtores de suco de laranja no Brasil para a geração de eletricidade e vapor.

Dried Distillers Grains with Solubles ou DDGS (trata-se de um produto rico em proteína, com alta digestibilidade e baixo percentual de umidade) e Óleo de Milho (substituto direto do óleo de soja, e fonte de energia para nutrição animal) como co-produtos da produção de etanol de milho e a venda é direta para clientes no Brasil.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

No período encerrado em 31 de março de 2025, a receita líquida da Companhia somou R\$ 7.199,3 milhões, sendo 45% proveniente do etanol, 45% do açúcar, 3% da energia elétrica e 6% de outros produtos.

No período encerrado em 31 de março de 2024, a receita líquida da Companhia somou R\$ 6.922,3 milhões, sendo 39% proveniente do etanol, 52% do açúcar, 3% da energia elétrica e 2% de outros produtos.

No período encerrado em 31 de março de 2023, a receita líquida da Companhia somou R\$ 6.643,5 milhões, sendo 52% proveniente do etanol, 39% do açúcar, 5% da energia elétrica e 3,0% de outros produtos.

A tabela abaixo mostra a receita líquida e lucro do exercício:

Indicadores Financeiros	Safra 2024/25	Safra 2023/24	Safra 2022/23
Milhares de Reais*			
Receita Líquida	7.199.269	6.922.302	6.643.462
Lucro Líquido	556.731	1.476.279	1.015.744
*Exclui o efeito de Hedge Accounting em moeda estrangeira e PPA USC e inclui Receita Financeira de Negócios Imobiliários			

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários.

A tabela abaixo detalha as receitas provenientes dos segmentos operados pela Companhia para as safras indicadas:

Produto			
Receita Líquida (em milhares de R\$)	Safra 24/25	Safra 23/24	Safra 22/23
Mercado Doméstico	3.872.072	3.111.969	2.906.438
Açúcar	331.778	282.575	201.140
Etanol	2.825.777	2.234.616	2.146.451
Energia Elétrica	233.345	191.650	196.454
Levedura	49.953	52.105	44.253
CBIOs	66.772	75.506	80.934
DDGS	148.462	103.129	0
Outros	215.985	172.388	237.206
Mercado Externo	3.327.197	3.810.332	3.753.122
Açúcar	2.934.634	3.338.222	2.412.123
Etanol	389.898	462.235	1.327.317
Levedura	-1.101	8.312	13.682
Outros	3.766	1.563	0
Receita Líquida Total*	7.199.269	6.922.302	6.643.462
Açúcar	3.266.412	3.620.797	2.613.263

Etanol	3.215.675	2.696.851	3.457.670
Energia Elétrica	233.345	191.650	196.454
Levedura	48.852	60.417	57.935
CBIOs	66.772	75.506	80.934
DDGS/WDG	148.462	103.129	0
Outros	219.751	173.951	237.206

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A São Martinho S.A. e suas controladas não divulgam em suas Demonstrações Financeiras o lucro ou prejuízo líquido separadamente para cada um dos segmentos reportáveis, por não ser informação chave para uso da alta administração e não ser requerido pela norma contábil. Adicionalmente, a São Martinho S.A. divulga o lucro ou prejuízo operacional separadamente para cada um dos segmentos que atuam, conforme divulgado nas referidas notas explicativas das Demonstrações Financeiras.

EBITDA POR PRODUTO - 12M25	AÇÚCAR	ETANOL	ETANOL MILHO	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$							
Receita Líquida*	3.266.412	2.635.007	580.668	233.345	25.825	458.012	7.199.269
CPV (Caixa)	-1.329.729	-1.449.508	-413.382	-78.257	-1.376	-221.580	-3.493.832
Lucro Bruto (Caixa)	1.936.683	1.185.499	167.286	155.088	24.449	236.432	3.705.437
Margem Bruta (Caixa)	59,3%	45,0%	28,8%	66,5%	94,7%	51,6%	51,5%
Despesas de Vendas	-170.017	-64.064	-10.893	(17.694)	0	104	-262.564
Despesas G&A (Caixa)	-129.502	-153.617	-3.190	-25.500	(7.968)	-3.149	-322.926
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	3.864	321.405	325.269
EBITDA Ajustado	1.637.164	967.818	153.203	111.894	20.345	554.792	3.445.217
Margem EBITDA Ajustado	50,1%	36,7%	26,4%	48,0%	78,8%	121,1%	47,9%
Custo EBITDA **	-1229,8	-1727,7	-2274,4	(125,9)			

Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira

** Açúcar em R\$/Tonelada

Etanol em R\$/M

Energia em R\$/MWh

EBITDA POR PRODUTO - 12M24	AÇÚCAR	ETANOL	ETANOL MILHO	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$							
Receita Líquida*	3.620.797	2.304.787	392.064	191.650	9.525	403.479	6.922.302
CPV (Caixa)	-1.468.448	-1.319.458	-418.533	-39.933	-35	-259.188	-3.505.595
Lucro Bruto (Caixa)	2.152.349	985.329	-26.469	151.717	9.490	144.291	3.416.707
Margem Bruta (Caixa)	59,40%	42,80%	-6,80%	79,20%	99,60%	35,80%	49,40%
Despesas de Vendas	-171.915	-67.934	-	-14.909	-	-697	-255.455
Despesas G&A (Caixa)	-140.114	-148.845	-4.496	-20.357	-6.328	-3.759	-323.898
Outras receitas (despesas)	-	-	-	-	-176	232.969	232.793
EBITDA Ajustado	1.840.320	768.550	-30.965	116.452	2.986	372.804	3.070.147
Margem EBITDA Ajustado	50,80%	33,30%	-7,90%	60,80%	31,30%	92,40%	44,40%
Custo EBITDA **	-1.217,30	-1.614,40	-2.701,30	-95,7			

*Exclui efeito do Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira

** Açúcar em R\$/Tonelada Etanol em R\$/M³ Energia em R\$/MWh

EBITDA POR PRODUTO - 12M23	AÇÚCAR	ETANOL	ENERGIA	NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS	OUTROS	TOTAL
Milhares de R\$						
Receita Líquida*	2.613.263	3.457.670	196.454	7.593	368.482	6.643.462
CPV (Caixa)	-1.961.714	-2.385.080	-50.953	329	-250.511	-4.647.929

Lucro Bruto (Caixa)	651.549	1.072.590	145.501	7.922	117.971	1.995.533
Margem Bruta (Caixa)	24,90%	31,00%	74,10%	104,30%	32,00%	30,00%
Despesas de Vendas	-117.329	-89.036	-15.229	0	-4	-221.597
Despesas G&A (Caixa)	-105.740	-141.009	-19.071	-5.953	0	-271.773
Outras receitas (despesas)	12.497	20.452	0	1.866	8.995	43.810
EBITDA Ajustado	1.185.720	1.861.205	124.733	3.835	180.047	3.355.541
Margem EBITDA Ajustada	45,40%	53,80%	63,50%	50,50%	48,90%	50,50%
Custo EBITDA **	-1.184	-1.593	-89			

1.4 PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/MERCADOS

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar é a principal matéria-prima na produção de açúcar e etanol. Trata-se de uma cultura de clima tropical com preferência por temperaturas quentes e estáveis, com alta umidade. O clima e a topografia da região centro-sul do Brasil são ideais para o seu cultivo, respondendo essa região por mais de 90% da produção brasileira de cana-de-açúcar.

A Companhia tem contratos de parceria agrícola ou arrendamento rural com duração equivalente à um ciclo de cana e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, os parceiros ou arrendatários cedem suas terras para cultivo da cana-de-açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana-de-açúcar produzida. O preço é calculado com base no ATR da cana-de-açúcar colhida e de acordo com o sistema Consecana. Estes preços, por sua vez, refletem os preços médios dos produtos comercializados no período pelos produtores do estado de São Paulo, apurados através de levantamentos realizados pelo CEPEA, órgão indicador do CEPEA/ESALQ.

O quadro a seguir compara os totais de cana-de-açúcar própria e de terceiros nas últimas três safras:

DADOS OPERACIONAIS	12M25	12M24	12M23	12M25 - 12M24 Var.(%)	12M24 - 12M23 Var.(%)
São Martinho - Consolidado					
Cana Processada (mil toneladas)	21.788	23.067	20.024	-5,5%	15,2%
Própria	14.687	15.985	13.964	-8,1%	14,5%
Terceiros	7.102	7.082	6.060	0,3%	16,9%

Ciclo de Colheita da Cana-de-açúcar

Historicamente, o ciclo de colheita da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil costuma ter início em abril e se encerrar em dezembro de cada ano. A cana-de-açúcar está pronta para ser colhida quando o teor de açúcares estiver no nível mais alto, o que ocorre, geralmente, após o ciclo de um ano, com exceção do primeiro corte da cana-de-açúcar plantada no período de janeiro a abril.

A São Martinho planta diversas variedades de cana-de-açúcar em dois períodos do ano. O primeiro período costuma durar em torno de 4 meses e ocorre a partir de janeiro, enquanto o segundo ocorre a partir de setembro e costuma durar 3 meses. Após o primeiro corte é possível realizar 5 ou mais cortes anuais até se chegar ao ponto de renovação do plantio, uma vez que cada corte implica na redução da produtividade agrícola da cana-de-açúcar. Os investimentos na renovação dos canaviais e a adoção de modernas práticas culturais e de corte, carregamento e transporte resultaram, nos últimos anos, em uma vida útil média de 7 anos para os nossos canaviais.

A colheita é feita principalmente de cana-de-açúcar crua, de forma mecanizada. Após o último corte, as raízes da cana-de-açúcar são erradicadas, dando início a um novo plantio e, portanto, a um novo ciclo. Geralmente, as usinas renovam cerca de 20% do seu plantio por ano, porém no caso da São Martinho, devido à tecnologia aplicada, cerca de 16,1% da área plantada em cana-de-açúcar foi renovada na última safra.

A São Martinho é a primeira Companhia produtora no Brasil a desenvolver e utilizar equipamentos mecânicos para o plantio, possui grau de mecanização próximo de 100% em suas operações. A Companhia desenvolve e programa diversas novas tecnologias para os equipamentos de plantio e colheita mecanizada, os quais incrementaram significativamente os níveis de produtividade, tornando a São Martinho referência mundial em colheita mecânica da cana-de-açúcar não queimada.

A colheita mecânica dispensa a queima da cana-de-açúcar para a remoção de folhas e palhas, reduzindo substancialmente os impactos ambientais e acidentes de trabalho, se comparada à colheita manual. Somado a isto, as folhas e a palha resultantes da colheita da cana-de-açúcar sem queima formam um colchão que, em um primeiro momento, reduz a evapotranspiração e ajuda no controle de pragas. Este colchão, por sua vez, depois de anos sucessivos desta prática, transforma-se em matéria orgânica agregada à terra, tornando-a naturalmente mais fértil. A colheita mecanizada da cana-de-açúcar sem queima, fruto de mais de 20 anos de investimento e estudo nesta área pela Companhia, é não só mais eficiente no que diz respeito ao tempo consumido para colheita, como ainda apresenta um custo menor de produção em relação à colheita manual.

O rendimento da cana-de-açúcar é uma importante medida de produtividade. Fatores geográficos, como a composição do solo, a topografia e o clima, bem como as técnicas agrícolas que utilizamos e as variedades plantadas, são responsáveis diretos pelo alto rendimento da cana-de-açúcar que obtemos em nossas áreas agrícolas.

A São Martinho tem capacidade instalada de processamento de 24,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, distribuídas entre a Unidade São Martinho, com 10,5 milhões de toneladas, a Unidade Iracema, com 3,5 milhões de toneladas, a Usina Boa Vista com 5,0 milhões de toneladas e a Usina Santa Cruz com 5,5 milhões de toneladas.

A Unidade São Martinho, a Unidade Iracema e a Unidade Santa Cruz têm flexibilidade para produzir açúcar e etanol em aproximadamente 30% e 70% para ambos os produtos, enquanto a Unidade Boa Vista é 100% dedicada para a produção de etanol e cogeração de energia.

Todas as usinas são autossuficientes em cogeração de energia por meio do bagaço de cana. Considerando a capacidade de moagem de 24,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, a Companhia tem capacidade de cogeração de 1,1 TWh de energia por safra.

Sobre produtos vide item 1.3 a.

b. características do processo de distribuição

Em 25 de fevereiro de 2008, a São Martinho anunciou por meio de Fato Relevante, o pedido de desligamento da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo – Copersucar.

Toda a comercialização do açúcar e do etanol produzidos pelas usinas da São Martinho era realizada pela Copersucar e a partir da safra 2008/09 que teve início em abril de 2008, a comercialização passou a ser realizada diretamente pela São Martinho.

Atualmente, a São Martinho possui relacionamento comercial com diversas tradings e distribuidoras.

Para o mercado de açúcar a maior parte do escoamento da produção da Companhia acontece via férrea, trazendo maior competitividade e diferencial logístico. No caso do etanol o diferencial competitivo se dá na localização das usinas, que ficam nos principais polos sucroenergéticos do País e têm acesso facilitado a rodovias e corredores de escoamento de commodities, permitindo maior agilidade e melhores custos logísticos no atendimento aos nossos clientes que fazem a retirada do produto diretamente nas usinas.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

ii. condições de competição nos mercados

A caracterização dos setores de açúcar e etanol impõe uma diferenciação importante, pois de um lado o açúcar é um produto tradicional, produzido por mais de 121 países, com um mercado bastante desenvolvido e com perspectiva de crescimento principalmente atrelado ao crescimento vegetativo da população. Por outro lado, o etanol é um produto de importância recente no comércio mundial, com mais de 50 países produtores, dos quais apenas o Brasil e os Estados Unidos produzem mais de 80% da produção total, com grandes perspectivas de crescimento, principalmente pelos desafios impostos à sociedade na busca de uma alternativa ao uso do petróleo como fonte de energia.

O Setor Sucroalcooleiro no Brasil

O Centro-Sul do Brasil moeu, na safra 2024/25, um volume de 621,9 milhões de toneladas de cana, que resultou na produção de 40,2 milhões de toneladas de açúcar e 34,9 bilhões de litros de etanol.

O Setor Sucroalcooleiro no Mundo Açúcar

O açúcar é um produto de consumo básico e uma commodity essencial produzida em várias partes do mundo. O açúcar é feito a partir da cana-de-açúcar e da beterraba, sendo que aproximadamente 80% da produção mundial de açúcar tem como matéria prima a cana-de-açúcar. A fabricação do açúcar passa por processos industriais e agrícolas, e sua produção requer o uso intensivo de mão-de-obra e de capital.

A São Martinho acredita que o consumo de açúcar deverá continuar aumentando devido ao crescimento vegetativo populacional, ao aumento do poder aquisitivo dos consumidores em diversas regiões do mundo e do consumo de alimentos processados em todo o mundo, resultante da migração da população das áreas rurais para as urbanas. Dessa forma, acredita-se que o maior crescimento de consumo per capita de açúcar deverá ocorrer em regiões como a Ásia, onde a renda per capita e a migração populacional estão crescendo rapidamente.

Preços do Açúcar

A maioria dos países produtores de açúcar, inclusive os Estados Unidos e os países da União Europeia, protege seu mercado interno de açúcar da concorrência estrangeira estabelecendo políticas governamentais e regulamentos que afetam a produção, inclusive com quotas, restrições de importação e exportação, subsídios, tarifas e impostos alfandegários. Como resultado de tais políticas, os preços domésticos do açúcar variam bastante de um país para o outro. O NY 11 é usado como referência primária dos preços não controlados do açúcar bruto no mundo. Outro preço de referência é o Lon 5, que tem como base o açúcar refinado e que é negociado na LIFFE. Os preços do açúcar no Brasil são formados de acordo com os princípios do livre mercado, sendo que o principal indicador é o índice da ESALQ, mas são influenciados diretamente pelos preços no mercado internacional.

O impacto da oscilação dos preços internacionais do açúcar sobre a produção é suavizado principalmente por dois fatores. O primeiro deles decorre do fato de que muitos produtores de açúcar operam em mercados controlados, protegidos contra as flutuações destes preços e, portanto, não tendem a modificar dramaticamente a produção por causa destas variações. Em segundo lugar, porque a cultura da cana-de-açúcar, maior fonte de produção global de açúcar, é semi perene, com ciclos de plantio que variam de dois a sete anos. No Brasil, maior produtor mundial, o ciclo médio é de cinco anos.

Etanol

O etanol é um combustível menos poluente que a gasolina, além de ser limpo e renovável e apresentar contribuições relevantes para a redução dos gases que causam o efeito estufa. O alto teor de oxigênio do etanol reduz os níveis das emissões de monóxido de carbono em relação aos níveis de monóxido de carbono emitidos com a queima da gasolina, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos. Misturas de etanol também reduzem as emissões de hidrocarbonetos, um dos maiores contribuidores para o desgaste da camada de ozônio. Como um incrementador da octanagem, o etanol também pode reduzir emissões cancerígenas

de benzeno e butano. Preocupações e iniciativas ambientais vêm aumentando a consciência da necessidade de reduzir o consumo mundial de combustíveis fósseis e adotar combustíveis menos poluentes, como o etanol. Um exemplo é o Protocolo de Kyoto, que estabelece que os países considerados industrializados se comprometem a reduzir suas emissões de dióxido de carbono e outros cinco gases que causam efeito estufa entre 2008 e 2012. Um total de 165 países ratificou o acordo. Espera-se que iniciativas globais como o Protocolo de Kyoto aumentem a demanda de etanol nos próximos anos.

Além disso, em dezembro de 2016 foi lançado o Renovabio, uma Política Nacional de Biocombustíveis do Governo Federal pelo Ministério de Minas e Energia que tem como alguns de seus objetivos fornecer uma importante contribuição para o cumprimento dos compromissos determinados pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris; promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e assegurar previsibilidade para o mercado de combustíveis, induzindo ganhos de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e uso de biocombustíveis. Seu funcionamento se dá a partir de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

Atualmente, os Estados Unidos e o Brasil são os principais produtores e consumidores de etanol, sendo que a maior parte do etanol produzido nos Estados Unidos deriva do milho, enquanto no Brasil deriva da cana-de-açúcar.

d. eventual sazonalidade

Os negócios da São Martinho estão sujeitos à sazonalidade baseada no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região centro-sul do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar no centro-sul do Brasil, como mencionado anteriormente, tem início em abril e termina até dezembro, dependendo das condições climáticas. Isso cria flutuações nos nossos estoques, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a março), e um certo grau de sazonalidade no nosso lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos nossos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

iii. eventual volatilidade em seus preços

Cana-de-açúcar

A São Martinho tem contratos de exploração de cana-de-açúcar nas categorias: parceria agrícola ou arrendamento rural pelo prazo de 6 anos (1 ciclo de cana) e renováveis automaticamente por igual período. De acordo com estes contratos, os parceiros ou arrendatários cedem suas terras para cultivo da cana-de-açúcar e, em contrapartida, recebem uma determinada quantidade ou percentual sobre a cana-de-açúcar produzida.

A cana-de-açúcar também é comprada diretamente de produtores independentes por meio de negociações anuais ou pelo prazo de 6 anos. Existem duas modalidades de contrato de fornecimento, na primeira delas o fornecedor encarrega-se de colher e transportar a cana-de-açúcar até a Usina; enquanto na segunda, a São Martinho compra a cana-de-açúcar no campo, colhe e transporta. Esta segunda modalidade é a mais usual dentro da Companhia e apresenta maiores vantagens para ambos os lados, uma vez que implica menor custo operacional para o produtor e permite o rápido aproveitamento da cana-de-açúcar colhida para o processo de moagem. Para assegurar a continuidade dos volumes de cana-de-açúcar moída, incentiva-se o processo de fidelização dos fornecedores de

cana-de-açúcar, por meio da troca de informações tecnológicas por meio de palestras, e treinamentos diversos, como, por exemplo, sobre controles de praga. Também são organizadas visitas regulares dos fornecedores às usinas e definido conjuntamente, o acompanhamento técnico e as variedades de cana-de-açúcar a serem plantadas.

O preço pago aos fornecedores é baseado no teor de açúcar contido na cana-de açúcar. Uma amostra da cana-de-açúcar é retirada no momento de sua recepção na usina e analisada em laboratório. O resultado dessa análise, auditado por uma cooperativa formada pelos produtores de cana-de-açúcar, indica o total de açúcares contido na cana-de-açúcar adquirida de cada fornecedor. O pagamento destes fornecedores, em geral, acontece 80% na entrega da cana-de- açúcar e 20% parcelados de janeiro a abril do ano seguinte ao da entrega da cana-de-açúcar, com base nos preços divulgados mensalmente pelo Consecana e ajustados conforme o acumulado da safra.

1.5 PRINCIPAIS CLIENTES

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Em 31 de março de 2025, a São Martinho possuía dois clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Estes clientes representam 42% da receita líquida.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

No período encerrado em 31 de março de 2025 os segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes dos clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida da Companhia estavam concentrados nos segmentos de açúcar e etanol.

1.6 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL

Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

As atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas para produção de açúcar, etanol, cogeração de energia elétrica e produtos derivados, precisam das aprovações junto às Prefeituras e Secretarias Municipais, aos Órgãos Estaduais - Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás) e SEMIL (Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo) - e Órgãos Federais - IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), ANA (Agência Nacional de Águas), ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), ANATEL (Administração Nacional de Telecomunicações), MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e Exército Brasileiro.

Para o exercício dessas atividades, é necessário o cumprimento de legislações e regulamentações, tais como: (i) trabalhista e previdenciária; (ii) de saúde pública, vigilância sanitária, e regulatórias de produtos; (iii) ambiental e de uso de recursos naturais; (iv) de marcas e patentes; (v) de valores mobiliários; (vi) de defesas da concorrência; (vii) tributária e fiscal; (viii) do setor de energia elétrica; (ix) para autorização de compra, armazenagem e consumo de produtos químicos controlados; (x) para autorização de produção de biocombustíveis; e (xi) para produção de alimentação animal.

As áreas agrícolas utilizadas para cultivar sua matéria-prima (próprias, parcerias e de terceiros) e para o processo industrial consideram todos os aspectos e legislações ambientais e agrárias vigentes, com ênfase na preservação e recuperação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável. Ainda, as áreas classificadas como propriedades rurais seguem as disposições da Lei Federal nº 12.651/2012 ("Código Florestal"), bem como do Cadastro Ambiental Rural ("CAR").

Todas as licenças, permissões e autorizações ambientais e de outras naturezas exigidas para a operação das unidades agroindustriais foram obtidas, encontrando-se todas em plena vigência e não existindo objeções dos órgãos competentes no processo de concessão.

A Companhia possui um relacionamento estratégico com as instituições governamentais, que tem como diretriz a ética e a transparência e acredita que sua atuação deve ir além das fronteiras empresariais, e busca contribuir para a formulação de políticas públicas e participar de discussões que sejam, ao mesmo tempo, relevantes para a agenda da Companhia e para o desenvolvimento socioambiental.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor.

A São Martinho, conforme Política de Meio Ambiente aprovada pelo Conselho de Administração em 21.6.2021, assume o compromisso em produzir alimentos, energia e derivados de cana, buscando o desenvolvimento sustentável e conduzindo suas ações por meio de:

- Proteção do meio ambiente, preservação e uso consciente dos recursos naturais, gestão de efluentes e de resíduos dos processos.
- Minimização dos possíveis impactos ambientais, mantendo sua responsabilidade perante a sociedade presente e futura, com foco na melhoria contínua do sistema de gestão e do desempenho ambiental.
- Atendimento às legislações aplicáveis, normas, demais requisitos e compromissos assumidos pela organização.

Todo o ciclo produtivo, do plantio a colheita da cana aos processos industriais e logísticos, é considerado na análise de impactos e oportunidades de melhoria da Companhia. Diversos temas são direcionadores da Gestão Ambiental, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio:

- Uso consciente dos recursos hídricos;
- Gestão eficiente de resíduos sólidos;
- Mitigação e adaptação às mudanças climáticas;
- Preservação da qualidade do solo e água;
- Preservação da fauna e flora;
- Promoção da conscientização ambiental;

A São Martinho busca melhorias nos processos de forma a minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas operações e potencializar sua contribuição para um agronegócio mais sustentável e resiliente. Neste contexto, todas as unidades do estado de São Paulo são signatárias do Protocolo Agroambiental, iniciativa que estimula a adoção de boas práticas ambientais para o setor, e a Unidade localizada no Estado de Goiás segue o mesmo padrão.

Com o objetivo de fortalecer sua atuação ambiental, a Companhia adota padrões internacionais de sustentabilidade e rastreabilidade, como as certificações ISCC EU e ISCC CORSIA, obtida pelas Usinas Santa Cruz e São Martinho, que validam a produção de combustível sustentável para aviação. Também conta com a certificação ISO 14.001, vigente em todas as suas quatro unidades – Usina Santa Cruz, Usina Itacema, Usina São Martinho e, desde a safra passada, Usina Boa Vista – atestando a conformidade com padrões globais de gestão ambiental. As quatro unidades possuem ainda a certificação Bonsucro, voltada especificamente ao setor sucroenergético.

As certificações reconhecem que todos os processos produtivos da unidade, desde o cultivo da cana de açúcar até a fabricação de seus derivados, como açúcar e etanol, seguem padrões globais de sustentabilidade. As certificações ISCC validam a produção sustentável de etanol para aviação, atendendo a critérios internacionais de sustentabilidade, rastreabilidade e redução de emissões de gases de efeito estufa. Já a certificação ISO 14.001 atesta a conformidade das unidades com padrões globais de gestão ambiental. Por sua vez, a certificação Bonsucro, permite que a São Martinho exporte seus produtos para mercados cada vez mais exigentes, como a União Europeia e a Ásia, atestando que suas operações são sustentáveis nas dimensões social, ambiental e econômica.

Para autorizações e licenças dos órgãos ambientais nas esferas Municipais, Estaduais e Federais, a Companhia adotada boas práticas ambientais em seus processos, procedimentos e instruções de trabalho de forma a atender todas as exigências técnicas.

Além das exigências realizadas pelos órgãos ambientais, pela legislação e selos/certificações, são desenvolvidas outras ações voluntárias, com vista a uma produção sustentável, dentre as quais ações destacam-se o Projeto “Viva a Natureza” e Centro de Educação para a Sustentabilidade (CES), anteriormente denominado Centro de Educação Ambiental (CEA), que atualmente passa por um processo de revitalização.

O Projeto “Viva a Natureza” foi criado no ano 2000, na Usina São Martinho em Pradópolis, expandindo para as demais unidades. Ao todo, já foram efetuados o plantio, replantio e doações de mais de 4,6 milhões mudas para recuperação das matas ciliares e remanescentes florestais.

As atividades de Educação Ambiental são desenvolvidas no CES cujo intuito é sensibilizar os colaboradores, visitantes e a comunidade informando-os das práticas de sustentabilidade adotada pela Companhia. Já recebemos mais de 132 mil visitantes. Hoje a Companhia conta com 3 CESs, sendo um localizado na Usina São Martinho, um na Usina Boa Vista e um na Usina Santa Cruz.

A Companhia também está alinhada ao RenovaBio, política pública voltada à expansão da produção de biocombustíveis com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa. Nesse contexto, a São Martinho

realiza a comercialização de CBIOs (Créditos de Descarbonização), reforçando seu compromisso com uma matriz energética mais limpa e com o desenvolvimento sustentável do setor.”

Em relação ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões sociais, a área de Responsabilidade Social acompanha dois processos principais: Pessoa com Deficiência (PcD) e Aprendizagem. Sobre Pessoa com Deficiência, a Companhia cumpre 92,5% (julho/25) da cota legal e vem empenhando esforços para o atingimento da meta de 100% com diversas iniciativas como treinamento da liderança e mapeamento da rede socioassistencial para inclusão de pessoas com deficiência. Quanto a Aprendizagem, além de cumprir a cota estabelecida em lei, a São Martinho vem desenvolvendo processos para aumentar o número de aprendizes com a prática profissional na empresa. Dessa forma, pretende-se aumentar o nível de empregabilidade dos aprendizes ao mesmo tempo que se garante a qualificação de novos profissionais para as operações da Companhia.

Com relação aos Direitos Humanos, possui dois compromissos principais reconhecidos internacionalmente, o Pacto Global da ONU (nov/22) e os Princípios do Empoderamento Feminino (out/19). O Pacto Global prevê o respeito aos Direitos Humanos e os Dez Princípios que derivam da Declaração Universal de Direitos Humanos, Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, enquanto os Princípios do Empoderamento Feminino “são a plataforma norteadora para estabelecer e consolidar parcerias com o setor empresarial, de forma a aumentar seu compromisso e desenvolver suas capacidades para eliminar a discriminação contra as mulheres”, este compromisso está alinhado com o direito humano fundamental da igualdade entre homens e mulheres.

O Código de Ética e Conduta Profissional da São Martinho, tem por objetivo “apresentar princípios e diretrizes de forma a orientar e incentivar o comportamento profissional ético de colaboradores, fornecedores, clientes, concorrentes, acionistas, governo e comunidade”, e dispõe no item 5.3 que as atividades da empresa sejam exercidas “respeitando as leis, as recomendações de acordos e convenções nacionais e internacionais e as que também condenam o trabalho infantil e todo tipo de trabalho forçado”.

Durante a safra 2023/2024, foi aprovado o Programa de Avaliação em Direitos Humanos que tem o objetivo de identificar, prevenir e mitigar impactos, promovendo a promoção dos Direitos Humanos nas operações e relações de negócios. Dessa forma, o citado Programa pretende integrar os processos e iniciativas de proteção dos Direitos Humanos, tais como o Programa Semente e a Rastreabilidade na Cadeia Fornecedores (Matéria-Prima) as quais já estavam em andamento antes mesmo da aprovação do Programa.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

A São Martinho não possui dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties de terceiros que sejam relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

O Código de Ética e Conduta Profissional revisado em 17.6.2024 pelo Conselho de Administração, dispõe sobre o direito pessoal dos colaboradores se candidatarem nas eleições, mas veda a utilização de recursos, programas e serviços, associação de sua marca com atividades de natureza político-partidária. A Política de Investimento Social Privado aprovada pelo Conselho de Administração em 27.4.2020, não permite doações diretas ou por meio de

terceiros, destinadas às pessoas físicas, partidos políticos, coligações partidárias ou candidatos a cargos eletivos, dentro ou fora de campanhas eleitorais, em atendimento à Lei nº 13.165/2015.

Os documentos mencionados (Código de Ética e Conduta Profissional; Política de Meio ambiente e Política de Investimento Social Privado) encontram-se disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia ([São Martinho | Relações com Investidores -Estatuto, Políticas e Outros Documentos](#)), no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br/>).

1.7 RECEITAS RELEVANTES NO PAÍS SEDE DO EMISSOR E NO EXTERIOR

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em R\$ mil

	março, 2025
Receita Líquida	Safra 24/25
Mercado Interno	3.862.250
Mercado Externo	3.299.784
	7.162.034

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

Em R\$ mil

	março, 2025	
Receita Líquida	Safra 24/25	%
Cingapura	1.707.248	24,77%
França	542.595	7,87%
Suíça	720.880	10,46%
Japão	159.586	2,32%
Estados Unidos	70.399	1,02%
Reino Unido	259.565	3,77%
Outros	69.129	1,00
Resultado com derivativos / impostos	(229.618)	-3,33%
Total Receita mercado externo	3.299.784	47,88%

1.8 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não se aplica, uma vez que a Companhia não está sujeita à regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O emissor divulga informações ASG anualmente no Relato Integrado referente ao ano safra, que compreende o período de abril a março do ano seguinte.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relato Integrado da São Martinho foi elaborado em conformidade com as Normas GRI para Relato de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), incluindo a Norma Setorial GRI 13, que estabelece diretrizes para a gestão e a comunicação de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental, e os padrões para setores de Biocombustíveis e Produtos Agrícolas do Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A composição do Relatório conta ainda com Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de acordo com o Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG), considerando emissões de janeiro a dezembro de um mesmo ano. Além de seguir as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e da Task Force on Nature-related Financial Disclosures (TNFD).

A 14ª edição do Relatório é a primeira estruturada com base nas diretrizes de Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC)

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relato Integrado safra 2024/2025 da São Martinho foi auditado por terceira parte independente, conduzido pela KPMG Auditores Independentes.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relato Integrado safra 2024/2025 encontra-se disponível no website Institucional (<https://www.saomartinho.com.br/ListRelatorio.aspx?idCanal=E/5Cl5hbGiTfjZ7mhu2y5w==&linguagem=pt>).

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A elaboração do Relato Integrado contou com Dupla Materialidade, atrelando aspectos ligados aos riscos financeiros à análise de impactos socioambientais. Esse processo foi composto por identificação de temas pertinentes ao setor, consultando políticas da Companhia e referências de mercado; mapeamento dos públicos relevantes e consulta direta a eles; avaliação de resultados, ponderação dos temas de acordo com magnitude, relevância, escopo e público consultados; e validação. Este processo resultou em 10 temas materiais para a Companhia, sendo eles:

- (1) Biodiversidade, ecossistemas e uso do solo (GRI 304 – Biodiversidade; GRI Setorial – Temas 13.3; 13.4; 13.5 e 13.6; SASB-FB-AG-440);
- (2) Estratégia climática e qualidade do ar (GRI 201 – Desempenho Econômico; GRI 305 – Emissões; GRI Setorial – Temas 13.1 e 13.2; SASB-FB-AG-110);
- (3) Gestão de recursos hídricos (GRI – 303 Água e Efluentes; GRI Setorial – Tema 13.7);
- (4) Gestão e rastreabilidade da cadeia de fornecedores (GRI 204 - Práticas de Compra; GRI 308 – Seleção com Critérios Ambientais; GRI 408 – Trabalho Infantil; GRI 409 – Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo; GRI 414 –

Avaliação Social de Fornecedores; GRI Setorial – Temas 13.16; 13.17 e 13.23; SASB-FB-AG-430, SASB-RR-BI-430);

(5) Gestão de pessoas e diversidade (GRI Setorial – Temas 13.15; 13.18; GRI 201 – Desempenho Econômico; GRI 202 – Presença de Mercado; GRI 401 – Emprego; GRI 402 – Relações de Trabalho; GRI 404 – Capacitação e Educação; GRI 405 – Diversidade e Igualdade de Oportunidades; GRI 406 – Não Discriminação; GRI 407 – Liberdade Sindical e Negociação Coletiva)

(6) Inovação e Tecnologia (Indicadores próprios);

(7) Eficiência energética (GRI 302 – Energia);

(8) Gestão de resíduos (GRI 306 – Resíduos; GRI Setorial – Tema 13.8);

(9) Saúde e segurança ocupacional (GRI 403 – Saúde e Segurança do Trabalho; GRI 410 – Práticas de Segurança; GRI Setorial – Tema 13.19);

(10) Relação com comunidades e desenvolvimento Local (GRI Setorial – Temas 13.12; 13.14 e 13.22; GRI 203 – Impactos Econômicos Indiretos; GRI 411 – Direitos de Povos Indígenas; GRI 413 – Comunidades Locais)

Dessa forma, foi possível selecionar os indicadores materiais das Normas GRI, incluindo as Normas Universais (GRI 1: Fundamentos 2021, GRI 2: Conteúdos Gerais 2021 e GRI 3: Temas Materiais 2021), Norma Setorial (GRI 13: Setores de Agropecuária, Aquicultura e Pesca 2022) e Normas Temáticas.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A construção do Relato Integrado leva em consideração a conexão do negócio da Companhia, especificamente das Ambições ESG com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas ao longo do documento. No relatório da safra 2024/2025, os ODS considerados materiais foram:

2: Fome zero e agricultura sustentável;

3: Saúde e bem-estar;

4: Educação de qualidade;

5: Igualdade de gênero;

6: Água potável e saneamento;

7: Energia limpa e acessível;

8: Trabalho decente e crescimento econômico;

9: Indústria, inovação e infraestrutura;

10: Redução das desigualdades;

11: Cidades e comunidades sustentáveis;

12: Consumo e produção responsáveis;

13: Ação contra a mudança global do clima;

15: Vida terrestre.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório Anual de Sustentabilidade possui divulgações de acordo com as recomendações da TCFD, em suas quatro dimensões: governança, gestão de riscos, estratégia e métricas e metas.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A São Martinho realiza Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de acordo com o Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG), considerando emissões de janeiro a dezembro de um mesmo ano e abrangendo escopo 1, escopo 2 e escopo 3.

O Inventário de GEE da Companhia pode ser encontrado no Relato Integrado e no Registro Público de Emissões (RPE), plataforma para divulgação de inventários corporativos, em:

<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/3766>.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Todas as condutas citadas acima são seguidas pela Companhia, conforme descrito nos itens anteriores.

1.10 INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ATIVO RELEVANTE

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve nenhuma aquisição ou alienação de ativo relevante, no último exercício social, que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS/AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não ocorreram operações de fusão, cisão, incorporação e/ou incorporações de ações envolvendo a Companhia no último exercício social.

Em 6.2.2026, a São Martinho S.A. incorporou sua subsidiária integral Nova Egito Agrícola Ltda em Assembleia Geral Extraordinária. A operação aconteceu sem aumento do capital social da Companhia.

Houve aumento de capital social em R\$ 373.916.599,86, sem emissão de ações, aprovado na Assembleia Extraordinária de 25 de julho de 2025, mediante capitalização de parte da reserva de orçamento de capital, passando o capital social de R\$ 4.445.192.198,41 para R\$ 4.819.108.798,27 conforme 40ª Assembleia Geral realizada em 25 de julho de 2025.

Os documentos relacionados às operações acima encontram-se disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/list.aspx?idCanal=Cmz5uKBaLhnxeYu9uUL5zg==&linguagem=pt&ano=2025>), na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

1.13 ACORDOS DE ACIONISTAS

Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Não aplicável. Não foram celebrados, extintos ou modificados acordos de acionistas no último exercício social.

1.14. INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR.

Não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios no último exercício social.

1.15 CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No curso normal dos negócios, não foi celebrado, no último exercício social, contratos relevantes que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

1.16 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.

2.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

Os diretores devem comentar sobre:

As informações contábeis incluídas nessa seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras. A Administração não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, assim como acredita que a geração de caixa é suficiente para atender o financiamento das atividades e cobrir a necessidade de recursos para execução do plano de negócios:

Em 31 de março de 2025, o endividamento bruto era de R\$ 8.089,5 milhões, representando um aumento de R\$ 1.552,6 milhões em relação ao endividamento bruto de R\$ 6.536,8 milhões em 31 de março de 2024, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2025 era de R\$ 3.163,2 milhões, representando uma redução de R\$ 58,8 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 3.222,0 milhões em 31 de março de 2024. Dessa forma, a dívida líquida em 31 de março de 2025 totalizou R\$ 4.926,2 milhões, cerca de 49% superior no período, resultando na relação dívida líquida/patrimônio líquido equivalente a 43%, ou 1,43x, considerando que, em 31 de março de 2025, houve uma redução de R\$ 163,0 milhões no patrimônio líquido, devido, a geração de lucro líquido do período.

A diretoria ressalta que busca constantemente realizar uma gestão eficaz de condição financeira e patrimonial, objetivando a manutenção da sua solidez financeira – refletida no atual rating como grau de investimento em escala global pela S&P BBB-, e contínua geração de caixa de forma sustentável, atrelado ao desenvolvimento constante dos negócios. Para a proteção e potencialização de sua performance e resultados, a Companhia poderá adotar estratégias diversas, tais como hedge de preço, ajuste de mix de produção de açúcar e etanol buscando mercados mais rentáveis, hedge cambial, que contribuem para as decisões estratégicas da Companhia na gestão de recursos e busca pela geração de valor de maneira sustentável.

em R\$ mil	12M25	12M24
Empréstimos e financiamentos Passivo circulante ¹	906.297	1.096.406
Empréstimos e financiamentos Passivo não circulante ¹	7.183.164	5.440.412
Dívida Bruta	8.089.461	6.536.818

b. estrutura de capital

A Diretoria acredita que a Companhia apresentou no período indicado uma estrutura de capital condizente com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

em R\$ mil	12M25	12M24
------------	-------	-------

Capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	15.070.21	13.509.078
Capital Próprio (patrimônio líquido)	6.699.362	6.862.371
Capital total (terceiros + próprio)	21.769.383	20.371.449
Parcela de capital de terceiros	69%	66%
Parcela de capital de próprio	31%	34%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em março/25 as disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía eram mais que suficientes para liquidar o montante de amortização de dívida previsto para os quatro anos seguintes.

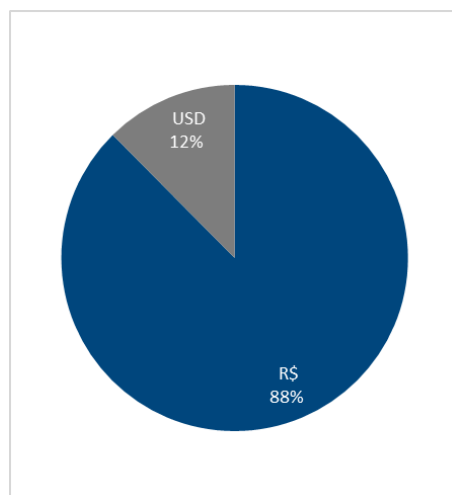
d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	mar-25	mar-24	Var%.
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.953.079	1.216.748	60,5%
BNDES/FINAME	2.028.052	1.721.113	17,8%
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	378.501	720.991	-47,5%
Debêntures	2.447.440	2.317.492	5,6%
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	58.755	102.700	-42,8%
International Finance Corporation (IFC)	1.223.634	457.774	167,3%
Dívida Bruta Total	8.089.461	6.536.818	23,8%
Disponibilidades	3.163.227	3.222.009	-1,8%
Dívida Líquida	4.926.234	3.314.809	48,6%
% Dívida Bruta em moeda estrangeira (USD)	12,4%	10,3%	2,1 p.p.
EBITDA Ajustado LTM	3.445.216	3.070.147	12,2%
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - BRL	1,43 x	1,08 x	32,4%
Dívida Líquida / EBITDA Aj. LTM - USD ¹	1,40 x	1,11 x	25,8%

1 - PTAX médio diário 12 meses: mar/25: R\$ 5,61 e mar/24: R\$ 4,93

No gráfico abaixo, destacamos a visão do endividamento bruto, denominada em Reais (R\$) e em Dólares (USD).



e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode captar empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes. Inclusive, caso ocorra deficiência de liquidez a longo prazo, poderão ser utilizadas as terras próprias da companhia, avaliadas em aproximadamente R\$ 6,3 bilhões a valor de mercado (conforme divulgado em Fato Relevante em 26 de dezembro de 2023), que estão desoneradas e podem ser, portanto, utilizadas como garantia em cenários de stress.

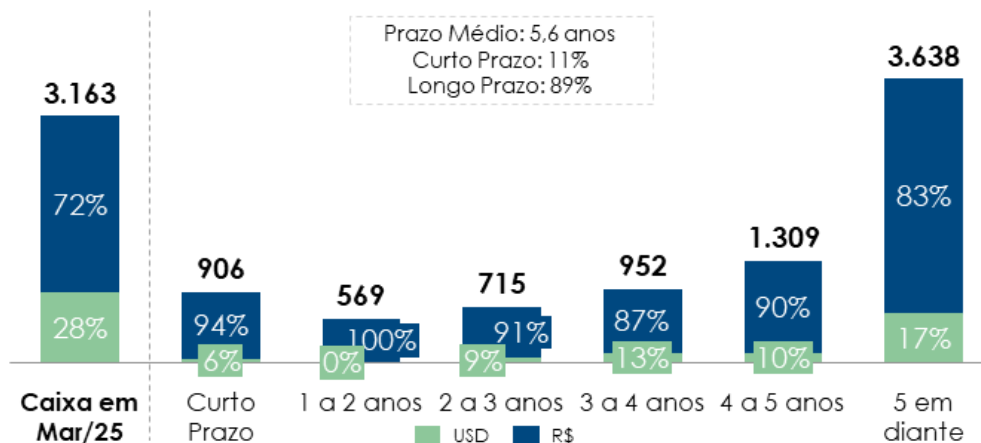
f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como “Créditos rurais securitizados”, estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, de 2021 e 2020, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

O cronograma de amortização das obrigações financeiras (em milhões de reais) vigentes em 31 de março de 2025, segue detalhado a seguir:



Vencimento	Controladora (R\$ mil)	Consolidado (R\$ mil)
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	566.587	568.774
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	713.045	715.300
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	949.868	952.195
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	1.306.788	1.309.189
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	616.605	619.083
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	1.114.307	1.116.864
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	310.367	313.007
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	278.692	281.417
De 1º/04/2034 a 31/03/2035	434.921	437.734
A partir de 1º/04/2035	848.693	869.601
	7.139.873	7.183.164

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de março de 2025, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas existentes em 31 de março de 2025 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na tabela abaixo destacamos os covenants financeiros existentes nos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia:

Operação	Parâmetros	2025	2024	2023
Financiamento BNDES	Dívida Líquida ¹ / EBITDA <= 3,0	2,0 x	1,2 x	1,5 x
	Ativo Circulante/Passivo Circulante >= 1x	2,43x		
Financiamento Rabobank	Dívida Financeira Líquida ² / EBITDA <= 4,0	1,2 x	0,6 x	0,8 x
Debêntures	Dívida financeira líquida ajustada ³ / EBITDA <= 4,0	1,2 x	0,6 x	0,8 x
	Índice de liquidez corrente >= 1,0x	2,4 x	2,2 x	2,2 x
Empréstimo IFC	Dívida Líquida ⁴ / EBITDA(para 4T)<= 4,0x	1,9 x	1,2 x	1,5 x
	Pagamentos diferidos de ativos adquiridos <= 200.000 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida >= 1,0x (se positivo)	0	0	11.571
		-22,6 x	-13,5 x	-13,9 x
	Maior nível do índice de cobertura do serviço da dívida >= 1,0x (se positivo)	3,6 x	9,4 x	6,9 x

A Companhia possui covenants financeiros com 4 contrapartes, cujas respectivas definições de dívida líquida diferem entre si, razão pela qual o resultado dos indicadores no quadro acima, na mesma data, é diferente. Já a definição de EBITDA é em comum em todos os contratos.

Segue abaixo detalhamento dos indicadores:

EBITDA: significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

1. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o BNDES (diretos e indiretos):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Líquida¹/ EBITDA em limite igual ou inferior a 3,0, sendo:

Dívida Líquida¹: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Líquida¹ era de R\$ 7.668,7 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 2,0 x.

Ativo circulante dividido por Passivo circulante maior ou igual a 1.

2. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o Rabobank:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida²/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida² da companhia significa, a qualquer momento, sem duplicação, (a) todas as dívidas (não incluídas as obrigações com fornecedores, tributos, dividendos, provisões e demais contas a pagar) em relação à (i) valores emprestados, incluindo, mas não se limitando a, obrigações relacionadas com empréstimos e cartas de créditos e (ii) todas as obrigações de pagamento evidenciadas por títulos, debentures, notas promissórias, que não sejam representativas ou outros títulos semelhantes - a partir das quais serão deduzidos os montantes

atribuíveis à variação cambial sobre a parcela de longo prazo de dívida em dólar, menos (b) o seu caixa e equivalente de caixa.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Financeira Líquida² era de R\$ 4.812,3 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 1,2 x.

3. Debêntures celebrados em 2021 e 2022, entre a São Martinho e o coordenador líder Itaú (3ª e 5ª emissão), e entre São Martinho e coordenador líder XP Investimentos em 2022 (4ª emissão):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida Ajustada³/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida Ajustada³: significa, qualquer valor devido, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos; (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável; deduzida do somatório das disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; e deduzida dos estoques (exceto quaisquer estoques obsoletos) informados pela Companhia.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Financeira Líquida Ajustada³ era de R\$ 4.603,5 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 1,2 x.

4. Empréstimo IFC celebrado em 2017 e 2021, entre a São Martinho e o IFC. A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

a. Índice de liquidez corrente em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de liquidez corrente significa o resultado obtido da divisão ativo circulante pelo passivo circulante.

Na data de 31 de março de 2025, o ativo circulante era R\$ 6.305,2 milhões e o passivo circulante era R\$ 2.589,6 milhões, resultando em 2,4x.

b. Dívida Líquida⁴/ EBITDA (para 4T) em limite igual ou inferior a 4,0

Dívida Líquida⁴: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados o passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras e da variação cambial de longo prazo.

Na data de 31 de março de 2025 a Dívida Líquida⁴ era de R\$ 7.642,7 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 3.919,6 milhões, resultando em 1,9 x.

c. Pagamentos diferidos de ativos adquiridos em limite igual ou inferior a R\$ 200.000, sendo:

Pagamentos diferidos de ativos adquiridos significa qualquer dívida da companhia relativa ao preço de compra diferido de ativos ou serviços (exceto contas comerciais incorridas e a pagar no curso normal dos negócios a credores/fornecedores comerciais dentro de 90 dias da data em que foram incorridas e que não estejam vencidas).

Na data de 31 de março de 2025 os Pagamentos Diferidos de Ativos eram de R\$ 0 milhões no Passivo Circulante e R\$ 0 no ativo não circulante, resultando em R\$ 0 milhões.

d. Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo: Índice de cobertura do serviço da dívida, obtido pela razão calculada em dólar:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) Dívida Bruta de curto prazo menos o Excesso de Caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões), ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Na data de 31 de março de 2025: EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 766,4 milhões;

Dívida Bruta de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos o excesso de caixa (Caixa de R\$ 629 milhões) reportados no último trimestre, totalizando US\$ - 33,9 milhões. Este indicador está negativo, pois o excesso de caixa da Companhia é superior à dívida de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres. Resultando em -22,6 x.

a. Maior nível do índice de cobertura do serviço de dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Maior nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão calculada em dólares do:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais receita financeira dos últimos 4 trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres;

(b) O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal durante o prazo de vigência da dívida com o IFC, menos excesso caixa reportado no último trimestre, ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2025:

EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 766,4 milhões, o maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal, até o vencimento final da dívida com o IFC, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos excesso caixa reportado no último trimestre era de US\$ 213,8 milhões, resultando em 3, x.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos de empréstimos e financiamentos indicados na tabela acima possuíam os seguintes saldos em 31 de março de 2025: Financiamento BNDES: R\$ 1.832 milhões; Financiamento Finep R\$ 141 milhões; Empréstimo IFC: R\$ 1.505 milhões; Empréstimo Rabobank: R\$ 59 milhões; Debêntures: R\$ 2.502 milhões.

Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos. Os empréstimos e financiamentos atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle acionário, direto ou indireto, sem a prévia anuência do credor; requerer recuperação judicial ou submeter pedido de recuperação extrajudicial; pedido de liquidação ou falência não elidido no prazo legal, restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, de todos ou substancialmente todos os seus respectivos ativos, exceto se (i) previamente autorizado pelo credor; ou (ii) a destinatária de tal transferência seja quaisquer de suas controladas; alteração de seu objeto social de modo a alterar suas atividades principais; ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, de forma alterar o controle; teto mínimo de inadimplemento de obrigações financeiras inclusive protestos; cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários; cumprimento pela companhia da legislação socioambiental.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de março de 2025 a Companhia possuía R\$ 42 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados. A posição em 31 de março de 2024 era de R\$ 107 milhões disponíveis em linha de crédito e não utilizados.

Em 31 de março de 2025 a Companhia possuía R\$ 191 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao FINEP e não utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A seguir são apresentadas as principais alterações nas demonstrações de resultado e de fluxo de caixa, referentes ao exercício em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2025 (12M25) e 2024 (12M24):

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Receita bruta	7.559.970	7.242.929	4,4%
Deduções da receita bruta	(397.936)	(351.191)	13,3%
Receita líquida	7.162.034	6.891.738	3,9%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(5.376.732)	(5.216.291)	3,1%
Lucro bruto	1.785.302	1.675.447	6,6%
Margem bruta (%)	24,9%	24,3%	0,6 p.p
Receitas (despesas) operacionais	(267.899)	856.038	-131,3%
Despesas com vendas	(262.564)	(255.455)	2,8%
Despesas gerais e administrativas	(340.066)	(343.266)	-0,9%
Resultado de equivalência patrimonial	9.456	8.318	13,7%
Outras receitas, líquidas	325.275	1.446.441	-77,5%
Lucro operacional	1.517.403	2.531.485	-40,1%
Resultado financeiro	(1.014.629)	(744.864)	36,2%
Receitas financeiras	378.732	333.691	13,5%
Despesas financeiras	(1.050.689)	(939.183)	11,9%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(126.467)	(93.894)	34,7%
Derivativos	(216.205)	(45.478)	375,4%
Lucro antes do IR e CS	502.774	1.786.621	-71,9%

IR e contribuição social - corrente	(9.570)	(514.421)	-98,1%
IR e contribuição social - diferidos	63.527	204.079	-68,9%
Lucro líquido	556.731	1.476.279	-62,3%
Margem líquida (%)	7,8%	21,4%	-13,6 p.p

Receita Líquida Total: A receita líquida total auferida no 12M25 foi R\$ 7.162 milhões, uma expansão de 3,9% em relação à safra anterior, decorrente da melhor performance do etanol, com maiores volumes (+4,0%) e preços (+14,6%), parcialmente compensada pela menor quantidade de açúcar vendido (-9,4%), e preços em linha com a safra passada.

Os principais direcionadores para a performance de preços na safra se deram, principalmente, pela (i) redução do preço do açúcar no mercado internacional, dado a relação mais apertada entre a oferta e demanda, somado à volatilidade cambial, (ii) aumento do preço do etanol no mercado doméstico e (iii) maiores volumes comercializados de etanol.

Considerando o cenário acima exposto, abaixo está o detalhamento na receita líquida, por produto:

Receita líquida de Açúcar: Na safra 2024/25 a receita recuou 9,8% frente a safra anterior, totalizando R\$ 3.266,4 milhões, motivado por menores preços (-9,4%).

Receita líquida de Etanol: Ao final da Safra 2024/25 a receita do biocombustível totalizou R\$ 3.215,7 milhões (19,2% vs. 12M24), resultado de maiores preços praticados (14,6%), e maiores volumes comercializados (+4,0%). Adicionalmente, ao longo da safra foram comercializados 1.217,5 mil CBIOs, com preço médio líquido de R\$ 54,8/CBIO.

Receita líquida de Energia: No 12M25 a receita líquida totalizou R\$ 233,3 milhões, representando um aumento de 21,8% vis-à-vis 12M24, reflexo principalmente da maior quantidade (22,8%) comercializada, com preços em linha com a safra anterior.

Receita líquida de Levedura: Na safra 2024/25 a receita atingiu R\$ 48,9 milhões, uma redução de 19,1%, reflexo de uma redução nas quantidades comercializadas (+17,9%) e uma redução de preços (-1,5%).

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): No 12M25, o CPV totalizou R\$ 3.493,8 milhões, em linha com 12M24, resultado de um aumento dos custos unitários associados à operação de cana-de-açúcar (+4,1% vs. 12M24), compensado pela redução dos custos de processamento de milho, principalmente na compra de matéria prima

Despesas com Vendas: No acumulado da Safra, tais despesas acumularam R\$ 262,6 milhões (+2,8% vs. 12M24), decorrente do maior volume de etanol entregue.

Despesas Gerais e Administrativas: As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 340,1 milhões no acumulado da Safra 2024/25, em linha com as despesas da Safra anterior, decorrem do aumento nas despesas caixa referentes à mão de obra e itens gerais, compensadas pela redução na marcação a mercado das opções que acompanham a variação de preço das ações da Companhia.

Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro (Caixa) acumulou uma despesa de R\$ 413,2 milhões no acumulado da Safra 2024/25 (+15,1% vs. 12M24), reflexo do aumento da dívida líquida.

Considerando as rubricas sem-impacto caixa (e Resultados de Negócios Imobiliários), o resultado financeiro totalizou uma despesa de R\$ 1.044,9 milhões (+36,6% vis-à-vis 12M24), reflexo, principalmente, da marcação a mercado dos contratos derivativos de dívidas de longo prazo (SWAP), devido a oscilações do CDI.

Lucro Líquido: No acumulado da safra, o Lucro Líquido totalizou R\$ 556,7 milhões (-62,3%) reflexo do término do recebimento das parcelas do Precatório Copersucar (IAA), além da melhor performance do etanol e do reconhecimento de créditos tributários no segundo semestre.

FLUXO DE CAIXA

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2025 (12M25) e 2024 (12M24):

SÃO MARTINHO SIA	12M25	12M24	Var. (%)
Em milhares de Reais Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.689.537	3.766.257	-29%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-1.744.570	-2.496.082	-30%
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	-220.552	-1.333.266	-83%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-30.387	-5.757	n..m.
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	724.415	-63.091	n.m.

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais: As atividades operacionais, em 12M25, geraram um fluxo de caixa líquido de R\$ 2,689 bilhões, representando uma redução de cerca de 29% em comparação com 12M24. A variação na geração de caixa se deve, principalmente, por um lucro líquido menor em 12M25 (vis-à-vis 12M24).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos: O fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento, em 12M25, foi de R\$ 1,744 bilhões, se comparado ao caixa líquido consumido em 12M24, de R\$ 2,496 bilhões, a variação negativa foi de 30%. A evolução no caixa líquido das atividades de investimento, decorre principalmente de aplicações financeiras no período.

Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de financiamentos: Em 12M25, a Companhia consumiu R\$ 221 Milhões do Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento. O dispêndio de caixa no período se deve principalmente a aportes monetários das captações de instrumentos de dívida no mercado de capitais.

2.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Receita Líquida Total ¹	7.199.269	6.922.301	4,0%
Açúcar	3.266.412	3.620.797	-9,8%
Etanol	3.215.675	2.696.851	19,2%
Cana	2.635.007	2.304.787	14,3%
Milho	580.668	392.064	48,1%
Energia Elétrica	233.345	191.650	21,8%
Levedura	48.852	60.417	-19,1%
DDGS	148.462	103.129	44,0%
CBIOs	66.772	75.506	-11,6%
Outros	219.751	173.951	26,3%
Receita Líquida - Cana	6.434.493	6.407.145	0,4%
Receita Líquida - Milho	764.776	515.156	48,5%

1 - Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

Considerando a composição da receita líquida, há uma preponderância da contribuição da comercialização do açúcar e etanol pela Companhia, os quais atendem à demanda do mercado nacional (principalmente o etanol) e mercado internacional (principalmente o açúcar). Adicionalmente, conforme demonstrado na tabela acima, com relação aos últimos dois exercícios sociais, os negócios relacionados aos CBIOs (créditos de descarbonização) referentes ao Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis instituída pela Lei 13.576/2017, que tem como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis no país), e atrelados às vendas de etanol, vêm aumentando sua contribuição nos resultados da Companhia. Destaca-se, ainda, que ao longo dos últimos anos houve aumento da comercialização de levedura, considerando o aumento no volume de produção do produto, que também, pode ser favorecido não somente por seu preço, mas pela volatilidade cambial.

Dessa maneira, entende-se que conforme indicado no item (ii) abaixo, a receita da Companhia é impactada pelos seguintes fatores: (i) cenário da oferta de açúcar no mercado mundial, (ii) preço internacional do petróleo, e por consequência, preço da gasolina no Brasil, (iii) demanda por combustíveis; (iv) flutuações da moeda; (v) sazonalidade; e (vi) inflação.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores entendem que os resultados operacionais foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

Relação da Oferta e Demanda no Mercado de Açúcar, e de Etanol

Os dois principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pela Companhia – etanol e açúcar – são afetados pela relação de oferta e demanda nos mercados dependentes desses produtos e pelos preços de mercado. Para o mercado de açúcar, podemos ser influenciados pela oferta de açúcar bruto por outros países produtores e exportadores, como exemplo, Índia e Tailândia (ainda que o Brasil seja o maior exportador do produto). A precificação portanto, realizada com base nos preços internacionais e denominados em dólar estadunidense, poderá afetar a performance operacional da Companhia. Para isso, a empresa se utiliza comumente, por exemplo, da estratégia de hedge futuro dos preços de açúcar, no intuito de potencializar e proteger seus resultados. Importante mencionar que, para a Companhia, é fundamental a análise da dinâmica e fundamentos do mercado, considerando o resultado do preço do produto denominado em dólar combinado com o câmbio em reais, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Para o mercado de etanol, no qual o Brasil é um dos principais produtores mundiais, grande parte da oferta se concentra no mercado local considerando a demanda pelo produto, principalmente, pelo ciclo Otto, com carros movidos a etanol e gasolina. Os preços de etanol sofrem influência do preço da gasolina no mercado local, (e que está relacionada ao preço internacional do petróleo somado ao câmbio), dado a paridade em relação ao preço da gasolina no mercado local, podendo, portanto sofrer variações, além da influência de políticas governamentais.

O preço do etanol que a Companhia vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência os índices publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Com relação à parcela do etanol que a Companhia exporta, seus preços são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional.

Preço Internacional do Petróleo e Preço da Gasolina no Brasil

Conforme já citado acima, o preço internacional do petróleo pode afetar os resultados da Companhia, uma vez que este consiste na base para a formação de preço da gasolina no mercado brasileiro, somado à volatilidade cambial, que por consequência, afeta a relação de paridade do preço do etanol em relação à gasolina.

Demanda por Combustíveis

A demanda por etanol e gasolina é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, e à percepção de preços nos postos de combustível. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderia afetar negativamente a demanda por combustíveis.

Flutuações da moeda

Conforme citado anteriormente, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses, além de etanol também exportado para regiões diversas. Portanto, uma depreciação do real em relação à outras moedas, como o dólar estadunidense, teria o efeito de aumentar a receita das vendas da Companhia. Uma valorização do real em relação à essas moedas teria o efeito oposto. No entanto, é importante salientar que, mesmo com as tendências com base na flutuação de moedas, acima descritas, para a Companhia, é fundamental a análise considerando o resultado do preço do produto combinado com o câmbio, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Uma proporção da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia pode contar com operações de swap de dívidas, além de contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, que poderiam mitigar o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense tenderia a ter o efeito oposto.

Sazonalidade

A Companhia está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana de- açúcar no Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem início em abril/maio e termina em meados de

novembro/dezembro, dependendo da produtividade dos canaviais e condições climáticas no período. Esse cenário poderia criar variações no estoque de produtos acabados, como açúcar e etanol, que são os principais componentes da receita da Companhia. Adicionalmente, a Companhia tem ampla capacidade de estocagem, tanto para o açúcar, como para o etanol ao longo da safra, que suportam a comercialização dos produtos, conforme definido pela estratégia de comercialização no período, com o objetivo de potencializar resultados de acordo com o cenário vigente no período. Entende-se que os demais segmentos comerciais da Companhia são pouco afetados ou não estão sujeitos a tendências sazonais significativas.

Inflação

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais. Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos, despesas administrativas gerais e de venda, insumos, dentre outros. Ao mesmo tempo, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em linha com os comentários realizados no item 2.2 (a), os Diretores entendem que as variações na receita operacional líquida no período findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios social encerrado em 31 de março de 2024, principalmente, (i) por variações do preço internacional do açúcar em dólar estadunidense, (ii) por variações do preço da gasolina, afetada pelo preço internacional do petróleo, (iii) pela volatilidade cambial, que afeta os preços em dólares estadunidenses convertidos em real, (iv) por variações da oferta global de açúcar, (v) por variações da oferta de etanol, notadamente, no país, (vi) pela variação do volume de vendas dos produtos, principalmente, açúcar e etanol, refletindo decisão da Companhia na definição do mix de produção entre os produtos. Adicionalmente, a Companhia ressalta que, (i) houve o aumento no volume de comercialização de CBIOS (créditos de descarbonização) ao longo dos últimos anos, quando iniciou-se oficialmente, a negociação desse ativo, pela B3, além (ii) do aumento no volume de levedura ao longo dos últimos anos, refletindo, o aumento da produção do produto.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Conforme disposto ao longo dos itens 2.1 e 2.2, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada para o mercado externo, assim como parte das vendas etanol, sendo, portanto, negociadas em outras moedas. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pela Companhia.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas à moeda estrangeira). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. No entanto, conforme citado no item 2.2 (a) acima, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios no exercício social encerrado em 31 de março de 2025, são o CDI e IGP-M, além do IPCA.

2.3 MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS/OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES

Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não ocorreram mudanças nas práticas contábeis que tenham efeitos significativos para os itens 2.1 e 2.2.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

2.4 EFEITOS RELEVANTES NAS DFS

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Em outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a implantação de uma unidade produtora de Biometano, no município de Américo Brasiliense, em São Paulo, com capacidade aproximada de 15,6 milhões de Nm³ de Biometano durante o período de moagem, além da geração de Cbios referentes à produção de combustível renovável. O início da operação está previsto para o segundo semestre de 2025, com aproximadamente 40% da capacidade da planta entregue na safra 25/26 e 100% a partir da safra 26/27, conforme divulgado no fato relevante de 30 de outubro de 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa

Conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2025 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral sobre a aquisição de parte dos ativos biológicos e direitos da Raízen Energia S.A. ("Raízen"), relativos à Usina Santa Elisa ("Transação"). A São Martinho assumirá aproximadamente 10.600 hectares de cana de contratos da Usina Santa Elisa, os quais serão integralizados pela Raízen em uma sociedade ("Newco") para fins da Transação.

As áreas estão localizadas em um raio médio de 25 quilômetros da Unidade São Martinho (Pradópolis-SP), sendo, aproximadamente, 80% de cana própria e 20% de fornecedores. Estima-se que, dado potencial do ambiente (condições de solo predominantemente A e B, e condições climáticas), o volume de cana totalizará 600 mil toneladas na safra 2026/27 e 800 mil toneladas a partir da safra 2028/29.

A Unidade São Martinho possui capacidade de moagem de 50 mil toneladas de cana por dia e processará a cana-de-açúcar referente à Transação.

A Transação soma até R\$ 242 milhões, sujeitos a ajustes até o fechamento, pagos sem necessidade de investimentos adicionais na indústria e agrícola (apenas gastos variáveis usuais para administrar as novas áreas).

A Transação foi condicionada à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ao cumprimento de determinadas condições previstas nos contratos.

Incorporação da Nova Egito Agrícola Ltda. ("Nova Egito")

Em 6 de fevereiro de 2026, como conclusão da operação de aquisição parcial dos ativos biológicos da Usina Santa Elisa, a Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, incorporou a Nova Egito Agrícola Ltda. (empresa adquirida pela São Martinho em 15 de julho de 2025). Com a incorporação, a Nova Egito foi extinta, com sucessão dos direitos e obrigações pela Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que pudessem impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

a) A Diretoria avalia o desempenho comercial com base, principalmente, na margem operacional, ou spread entre o preço médio dos produtos e a soma do custo dos produtos vendidos e despesas operacionais. Concentra-se no volume e qualidade dos produtos produzidos, no preço e custo por unidade vendida e, finalmente, no EBITDA. O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia. Define-se EBITDA como:

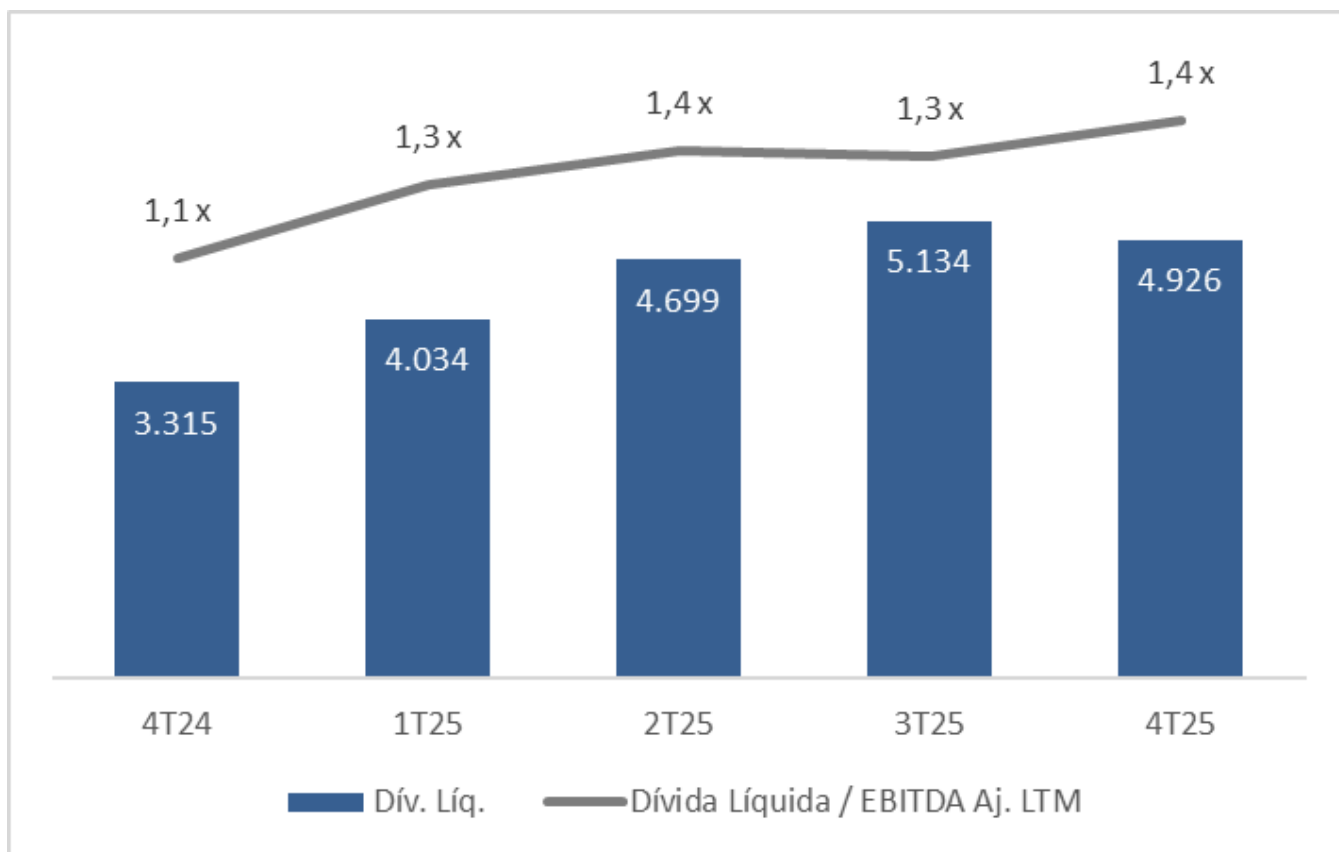
- lucro operacional
- menos despesa financeira líquida
- menos depreciação e amortização

A Diretoria acredita que o EBITDA constitui ferramenta útil de medida do desempenho de fluxo de caixa operacional. No entanto, o EBITDA não constitui medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS, não tem um significado padronizado e como nem todas as empresas utilizam cálculos idênticos, a apresentação do EBITDA da São Martinho talvez não possa ser comparada a outras medidas semelhantes ou ao fluxo de caixa livre, utilizado discricionariamente pela Companhia, pois não considera certas necessidades de caixa, tais como Capex, pagamentos de juros, pagamentos de imposto e pagamentos de serviço de dívida. O EBITDA não deverá ser considerado alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicativo do desempenho operacional da Companhia, nem como alternativa ao fluxo de caixa, como indicativo de liquidez.

Adicionalmente, é divulgado o EBITDA Ajustado, definido abaixo:

- EBITDA
- desconsiderando itens não caixa lançados no CPV (Custo do Produto Vendido)
- desconsiderando receitas e (despesas) operacionais – não recorrentes
- desconsiderando o resultado de equivalência patrimonial
- desconsiderando vencimento de dívida (Hedge Accounting)
- desconsiderando os impactos da adoção da norma contábil IFRS 16 – arrendamentos a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2019
- considerando a receita financeira de Negócios Mobiliários

O índice de dívida líquida/EBITDA Ajustado LTM é o resultado da dívida líquida ao final do exercício social ou período aplicável dividido pelo EBITDA Ajustado para os 12 últimos meses encerrados nos referidos exercícios sociais ou períodos. Abaixo segue índice para os trimestres e encerramento do ano-safra 2024/2025:



b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A reconciliação do EBITDA Ajustado ao EBITDA contábil, em relação ao último exercício social (31/03/2025 – 12M25) comparado ao exercício social anterior (31/03/2024 – 12M24) segue abaixo:

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Lucro Antes do Imposto de Renda ¹	502.772	1.786.621	-71,9%
Depreciação e Amortização ¹	(2.402.179)	(2.357.244)	1,9%
Despesa Financeira Líquida	(1.014.627)	(744.864)	36,2%
EBITDA Contábil ¹	3.919.578	4.888.729	-19,8%
Margem (%)	54,4%	70,6%	-16,2 p.p.
Direitos Copersucar	-	(1.213.646)	-100,0%
Efeito não Caixa do IFRS 16	(565.303)	(631.744)	-10,5%
Resultados de Negócios Imobiliários	6.918	1.807	n.m
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.456)	(8.318)	13,7%
Vencimento de Dívida (Hedge)	30.317	19.957	51,9%

Opções Virtuais - Não exercíveis	509	3.048	-83,3%
Ativos Biológicos	62.653	10.315	n.m
EBITDA Ajustado	3.445.216	3.070.147	12,2%
Margem (%)	47,9%	44,4%	3,5 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	(1.873.792)	(1.840.303)	1,8%
EBIT Ajustado	1.571.424	1.229.844	27,8%
Margem (%)	21,8%	17,8%	

1 - Contempla os impactos do IFRS 16

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, são medidas não contábeis mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque mostra o verdadeiro lucro contábil a partir das atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. A maioria dos analistas de mercado utiliza este indicador para analisar múltiplos que, normalmente, não são divulgados nos resultados por uma questão de práticas de mercado.

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES AS DFS

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Conforme mencionado na nota explicativa 31 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de março de 2025, em fato relevante divulgado em 19 de maio de 2025 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data (“RCA”), foi aprovada a 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente).

As Debêntures servirão de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio da 104ª (centésima quarta) emissão da Vert Companhia Securitizadora, nos termos Lei nº 11.076/2004 e normativos da CVM, em especial a Resolução CVM nº 60/2021.

Serão emitidas até 1.250.000 (um milhão, duzentas e cinquenta mil) Debêntures, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), de forma que a Emissão terá valor total inicial de até R\$ 1.250.000.000,00 (um bilhão, duzentos e cinquenta milhões de reais), podendo ser diminuído, desde que observado o montante mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

Etanol de Milho

Segunda Fase

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 11 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da São Martinho aprovou, a expansão da unidade produtora de etanol a partir do processamento de milho (“Segunda Fase”), no município de Quirinópolis, em Goiás.

A São Martinho, no combinado da Primeira e Segunda Fase, terá capacidade de processar aproximadamente 1.150 mil toneladas de milho, produzindo cerca de 485 mil m3 de etanol, 310 mil toneladas de DDGS e 21 mil toneladas de Óleo de Milho. Adicionalmente, a Companhia contará com capacidade estática de armazenagem de 480 mil toneladas de milho.

Aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 15 de julho de 2025, a companhia informou a aquisição de parte dos ativos biológicos e direitos da Raízen Energia S.A., relativos à Usina Santa Elisa (“Transação”).

A Transação foi condicionado à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ao cumprimento de determinadas condições previstas nos contratos.

Em 6 de fevereiro de 2026, como conclusão da operação de aquisição parcial dos ativos biológicos da Usina Santa Elisa, a Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, incorporou a Nova Egito Agrícola Ltda. (empresa adquirida pela São Martinho em 15 de julho de 2025). Com a incorporação, a Nova Egito foi extinta, com sucessão dos direitos e obrigações pela Companhia.

2.7 DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Estatuto Social, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: a) 5% de reserva legal, até o limite de 20% do capital social; b) 25% como dividendo obrigatório; c) remanescente ficará à disposição da assembleia geral, que poderá deliberar, por proposta da administração, pela retenção da parcela do lucro líquido do exercício previsto em orçamento de capital, por ela previamente aprovado, na forma do Artigo 196 da Lei das S.A. A assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que serão excluídos da base de cálculo do dividendo obrigatório.
Valores das retenções de lucros e percentuais em relação aos lucros totais declarados	No exercício encerrado em 31 de março de 2025, foram retidos: a) R\$ 27.836.549,57 para Reserva Legal; b) R\$ 235.411.318,31 para reserva de orçamento de capital, a ser destinado a investimentos planejados relacionados, principalmente, com Capex de Melhoria Operacional, Projetos de Investimentos e/ou Capital de Giro. A retenção do lucro líquido total declarado, deduzido o valor da reserva legal, corresponde a 57%.
Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com a Política vigente, como remuneração aos acionistas, a Companhia irá distribuir anualmente por meio de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, no mínimo: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme definido no Estatuto Social ou (ii) 40% do Lucro Caixa, o que for maior. Mediante proposta da Diretoria e aprovação do Conselho de Administração, a Companhia pode pagar juros sobre capital próprio, os quais serão imputados líquidos do imposto de renda na fonte, aos dividendos intermediários ou ao dividendo anual.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos serão distribuídos anualmente. De acordo com o Estatuto, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Poderá, ainda, por deliberação do Conselho de Administração, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como administrativas ou arbitrais	Além das previsões legais que autorizam restrições à distribuição de dividendos, como no caso de constituição de reserva para contingências, a Companhia está sujeita às restrições contratuais nesse sentido, caso esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias estabelecidas em tais contratos. Até a apresentação deste Formulário, a Companhia cumpriu todas as obrigações contratuais e legislação aplicável e, portanto, não está sujeita a qualquer restrição nesse sentido.
Política de destinação de resultados	A Companhia possui Política de Remuneração aos Acionistas aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 9.12.2019, disponível no site de RI:

[https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?
idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&linguagem=pt&ano=2021](https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&linguagem=pt&ano=2021)

2.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.3.2025.

2.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 PLANOS DE NEGÓCIOS

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

	12M25	12M24	Δ 12M25/12M24
Plantio de Cana - Reforma	578.878	499.970	15,8%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	552.895	534.846	3,4%
Tratos Culturais	879.240	845.900	3,9%
Manutenção	2.011.012	1.880.716	6,9%
Melhoria Operacional	102.425	197.413	-48,1%
Modernização/Expansão	532.929	406.778	31,0%
Tratos Culturais Não Recorrentes	86.425	-	n.m.
TOTAL GERAL	2.732.791	2.484.907	10,0%

O Capex de Manutenção totalizou R\$ 2.011,0 milhões, no acumulado da safra, representando um crescimento de 6,9% vis-à-vis 12M24. A expansão reflete, principalmente, iniciativas de plantio de cana-de-açúcar realizadas no período visando maior disponibilidade de matéria prima para safras subsequentes. Além disso, a postergação de plantio do 4T24 para 1T25 impactou as bases comparativas, potencializando as variações no trimestre e no acumulado da safra.

O Capex dedicado à Melhoria Operacional totalizou, no acumulado da safra até março, o Capex de Melhoria somou R\$ 102,4 milhões, redução de 48,1% frente a 12M24 reflexo da menor necessidade de reposição de maquinário agrícola e industrial.

O Capex de Expansão somou, no 12M25, R\$ 532,9 milhões devido ao cronograma de desembolso dos projetos anunciados para safra: i) Colhedora de 2 linhas na Unidade São Martinho, ii) Biometano na Unidade Santa Cruz, iii) expansão da capacidade de cristalização nas unidades de São Paulo, iv) expansão das áreas irrigadas nas unidades São Martinho e Santa Cruz.

Guidance de Capex – Safra 2025/26

	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.990,5	2.011,0	-1,0%
Melhoria Operacional	125,0	102,4	22,0%

Modernização/Expansão	200,0	532,9	-62,5%
Tratos Culturais Não Recorrentes	-	86,4	-100,0%
Capex Total	2.315,5	2.732,8	-15,3%

O Capex de Manutenção previsto para a Safra 2025/26 totaliza cerca de R\$ 2,0 bilhões, uma redução de 1% frente a 12M25, que reflete uma normalização das atividades de plantio, tratos culturais e manutenção agroindustrial.

Para o Capex de Melhoria Operacional estima-se um desembolso de R\$ 125 milhões, representando uma expansão de 22,0% em relação a 12M25. O incremento previsto reflete o cronograma de reposições de frota agrícola e industrial.

Os investimentos em Modernização/Expansão projetados para a Safra 2025/26 contemplam uma redução de 62,5% (vs. 12M25) decorrente principalmente do cronograma de desembolso dos projetos aprovados na Safra 2024/25, totalizando R\$ 200,0 milhões a serem gastos em 12M26. Tal montante inclui i) dispêndios residuais de projetos em fase de conclusão, incluindo o projeto de Biometano, ii) expansão do plano de irrigação visando maior resiliência frente a condições climáticas adversas, e iii) desembolso não-recorrente de manutenção da caldeira da Unidade Itacema devido ao incidente ocorrido em março/25, e iv) investimentos menores que apresentam taxa de retorno desalavancado entre 15% e 20% a.a. em média.

O Capex Total para Safra 2025/26 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões, representando uma redução de 15,3% frente a 12M25.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Etanol de Milho

Primeira Fase

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 20 de janeiro de 2021 e 14 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da São Martinho aprovou, a implantação de uma unidade produtora de etanol a partir do processamento de milho, no município de Quirinópolis, em Goiás. A nova unidade produtora está anexa à Unidade Boa Vista.

Segunda Fase

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 11 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da São Martinho aprovou, a expansão da unidade produtora de etanol a partir do processamento de milho (“Segunda Fase”), no município de Quirinópolis, em Goiás.

A São Martinho, no combinado da Primeira e Segunda Fase, terá capacidade de processar aproximadamente 1.150 mil toneladas de milho, produzindo cerca de 485 mil m3 de etanol, 310 mil toneladas de DDGS e 21 mil

toneladas de Óleo de Milho. Adicionalmente, a Companhia contará com capacidade estática de armazenagem de 480 mil toneladas de milho.

Biometano

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 30 de outubro de 2023, o Conselho de Administração aprovou, a implantação de uma unidade produtora de Biometano ("Projeto"), no município de Américo Brasiliense, em São Paulo.

A unidade produtora, anexa à Unidade Santa Cruz ("USC"), terá capacidade para produção aproximada de 15,6 milhões de Nm³ de Biometano (Metro Cúbico Normal, padrão ANP) durante período de moagem, além da geração de Cbios referentes à produção de combustível renovável atrelada as melhores práticas de sustentabilidade.

Aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa

Conforme divulgado ao mercado por via de Fato Relevante no dia 15 de julho de 2025, a companhia informou a aquisição de parte dos ativos biológicos e direitos da Raízen Energia S.A., relativos à Usina Santa Elisa ("Transação").

A Transação está condicionado à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ao cumprimento de determinadas condições previstas nos contratos.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme descrito no item anterior, o DDGS (Dried Distiller's Grains with Solubles) e Óleo de Milho são produtos utilizados no mercado animal com custos associados incluídos no Capex estimado da planta.

Adicionalmente, o Biometano produzido na Usina Santa Cruz está contratado por 5 anos, com possível extensão por mais 5 anos.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No processo de avaliação de projetos e novas oportunidades de crescimento a companhia considera sua matriz de sustentabilidade e ESG (atualizada anualmente no Relatório Anual de Sustentabilidade) e potenciais externalidades associadas (tal como o potencial de geração de CBIOS).

2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTES O DESEMPENHO OPERACIONAL

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3.1 PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

A companhia divulga (i) projeções de produção, (ii) projeção de CAPEX e (iii) informações sobre plena capacidade de moagem de cana-de-açúcar e milho.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Safra Atual:

O período projetado compreende a evolução do desempenho de produção e dispêndio de Capex da safra atual, e o prazo de validade é até o encerramento da safra em curso ou caso ocorra a divulgação de Guidance atualizado.

Plena Capacidade de Moagem:

CANA-DE-AÇÚCAR:

A Companhia também apresenta uma expectativa de desempenho de produção (moagem e TCH) do canavial até o atingimento e estabilização da capacidade plena de moagem da companhia (24 milhões de toneladas), que pode ocorrer até a Safra 2027/2028.

MILHO:

A Companhia também apresenta uma expectativa de desempenho de moagem até o atingimento e estabilização da capacidade plena de moagem dos projetos anunciados (Primeira e Segunda Fase de Etanol de Milho), que pode ocorrer até a Safra 2029/30.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

As expectativas divulgadas ao mercado têm como premissa o alinhamento às projeções internas da Companhia baseadas no desempenho operacional histórico e conhecimento da eficiência agrícola e produtiva. Estas expectativas não contemplam possíveis aquisições e parcerias que, porventura, venham a ocorrer. Eventualmente, alterações não esperadas no clima podem afetar o atingimento das projeções divulgadas.

Portanto, este item apresenta premissas e considerações futuras que não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e que as projeções foram realizadas, em sua maioria baseada em expectativas atuais que podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

As premissas consideradas nas estimativas estão sujeitas a fatores de influência que escapam ao controle da administração da Companhia. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nas estimativas, a Companhia pode revisá-lo para patamares superiores ou inferiores, conforme o caso.

A estimativa de produção total de açúcar, etanol e energia é estabelecida considerando basicamente o volume de cana moída e a quantidade de ATR médio presente na cana.

O dimensionamento do volume de cana a ser moída é definido partindo, em resumo, da premissa de produtividade agrícola (TCH) média de cada usina, que por sua vez, depende das condições climáticas de cada região e do volume de cana de fornecedores disponível.

Os parâmetros que definem o mix de produção de Açúcar ou Etanol, obedecem prioritariamente a rentabilidade de cada produto, medida por sua margem de contribuição e, adicionalmente, leva em consideração os volumes previamente contratados, bem como as características logísticas e de armazenagem.

O dimensionamento do volume de milho processado é definido por parâmetros industriais das plantas existentes, assim como a conversão da matéria prima em produto final (Etanol, DDGS e Óleo de milho).

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Conforme destacado, as projeções divulgadas neste item são considerações que não constituem promessa de desempenho.

SAFRA 2025/26

PRODUÇÃO

No dia 23 de junho de 2025, foi divulgado Fato Relevante detalhando as estimativas de produção e o volume de cana disponível para processamento ao longo da Safra 2025/26 (Guidance). No dia 10 de novembro de 2025 as estimativas de produção de volume de cana foram atualizadas.

Em 10 de dezembro de 2025 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem de cana-de-açúcar (Realizado). A tabela abaixo apresenta o comparativo:

	Realizado 12M26	Guidance 12M26*	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	21.672,6	22.000,0	-1,5%
ATR (kg/ton)	139,4	137,6	1,3%
ATR Produzido	3.020,7	3.027,5	-0,2%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.423,1	1.420,1	0,2%
Etanol (mil m³)	908,7	914,6	-0,6%
Energia Exportada (mil MWh)	840,2	896,4	-6,3%
Levedura (mil toneladas)	18,3	20,6	-11,2%
Mistura Açúcar - Etanol	49% - 51%	49% - 51%	

(*) Guidance atualizado, via Fato Relevante, em 10 de novembro de 2025.

Abaixo estão detalhadas as estimativas de produção da operação de etanol de milho, divulgadas em 23 de junho de 2025:

Processamento de Milho	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			

Milho Processado (mil tons)	515,0	511,4	0,7%
ATR Produzido (mil tons)	377,9	370,8	1,9%
Dados de Produção			
Etanol (mil m³)	216,9	212,6	2,0%
DDGS (mil tons)	139,7	137,4	1,7%
Óleo de Milho (mil tons)	8,2	7,9	4,3%

CAPEX:

Em relação ao CAPEX, conforme Fato Relevante de 23 de junho de 2025, revisado em 11 de agosto de 2025 e 10 de novembro, o Capex Total para Safra 2025/26 está estimado em cerca de R\$ 2,8 bilhões, conforme resumo abaixo:

Em milhões de reais	Atualizado 12M26	Guidance** 12M25	Var. (%)
Manutenção	1.910,9	1.990,5	-4,0%
Melhoria Operacional	104,9	125,0	-16,1%
Modernização/Expansão	821,0	881,0	-6,8%
Total Geral	2.836,8	2.996,5	-5,3%

(**) Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de agosto de 2025.

PLENA CAPACIDADE DE MOAGEM

CANA-DE-AÇÚCAR:

Condicional a um cenário climático favorável nos próximos anos, estima-se uma trajetória de crescimento da produtividade de cana (toneladas de cana por hectare) favorecendo o atingimento e estabilização da plena capacidade de moagem de cana-de-açúcar (aproximadamente, 24 milhões de toneladas) – conforme dados abaixo: Safra 22/23 (encerrada) – 20 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 71 ton/ha;

- . Safra 23/24 (encerrada) – 23 milhões de toneladas (conforme Fato Relevante de 22 de dezembro de 2023) e produtividade por período (ton/ha) – 85 ton/ha;
- . Safra 24/25 (encerrada) – 21,2 milhões de toneladas (conforme Fato Relevante de 27 de dezembro de 2024) e produtividade por período (ton/ha) – 80 ton/ha;
- . Safra 25/26 (encerrada) – 21,7 milhões de toneladas (conforme Fato Relevante de 10 de dezembro de 2025) e produtividade por período (ton/ha) – 78 ton/ha;
- . Safra 26/27 - capacidade plena de moagem – 24 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 90 ton/ha;
- . Safra 27/28 - capacidade plena de moagem – 24 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 90 ton/ha;
- . Safra 28/29 - capacidade plena de moagem – mais de 24 milhões de toneladas e produtividade por período (ton/ha) – 90 ton/ha.

MILHO:

- . Safra 25/26 – Primeira Fase de Etanol de Milho – 515 mil de toneladas produzindo aproximadamente 217 mil m3 de etanol, 140 mil toneladas de DDGs e 8 mil toneladas de Óleo de Milho;
- . Safra 26/27 – Primeira Fase de Etanol de Milho – 515 mil de toneladas produzindo aproximadamente 217 mil m3 de etanol, 140 mil toneladas de DDGs e 8 mil toneladas de Óleo de Milho;
- . Safra 27/28 – Primeira e Segunda Fase de Etanol de Milho – 833 mil de toneladas produzindo aproximadamente 352 mil m3 de etanol, 225 mil toneladas de DDGs e 15 mil toneladas de Óleo de Milho;
- . Safra 28/29 – Primeira e Segunda Fase de Etanol de Milho – 1.055 mil de toneladas produzindo aproximadamente 446 mil m3 de etanol, 284 mil toneladas de DDGs e 19 mil toneladas de Óleo de Milho;
- . Safra 29/30 – Primeira e Segunda Fase de Etanol de Milho – 1.150 mil de toneladas produzindo aproximadamente 485 mil m3 de etanol, 310 mil toneladas de DDGs e 21 mil toneladas de Óleo de Milho.

A Companhia informa que se trata de expectativa com base em variáveis exógenas, que não dependem de ações e fogem ao controle da Companhia. Os principais fatores que norteiam as expectativas indicadas acima são: aumento na produtividade; normalização das condições climáticas e redução do custo de insumos agrícolas e industriais.

3.2 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

As projeções de moagem e CAPEX das safras 2022/23, 2023/24 e 2024/25 foram modificadas e divulgados por meio dos fatos relevantes de encerramento das respectivas safras, conforme demonstrado no item “b”.

As projeções de moagem da safra 2025/26 foram divulgadas, conforme Fato Relevante de 23 de junho de 2025 e revisadas em 10 de novembro de 2025.

Em 10 de dezembro de 2025 foi publicado Fato relevante de encerramento das operações de Cana-de-açúcar referente a Safra 2025/26.

As projeções de CAPEX da safra 2025/26 foram divulgadas, conforme Fato Relevante de 23 de junho de 2025, revisadas em 11 de agosto de 2025 e novamente em 10 de novembro de 2025.

As demais projeções divulgadas pela Companhia não sofreram qualquer revisão ou alteração.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

SAFRA 2022/23 ("12M23")

PRODUÇÃO

No dia 20 de junho de 2022, foi divulgado Fato Relevante com as estimativas de produção (Guidance). No dia 5 de dezembro de 2022 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem de cana-de-açúcar referente à safra 2022/2023 (Realizado). A tabela abaixo apresenta o comparativo:

	Realizado 12M23	Guidance Atualizado 12M23	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil tons)	20.024	20.011	0,1%
ATR Médio (kgs/ton)	140	140	-0,1%
Total ATR Produzido (mil tons)	2.805	2.805	0,0%
Dados de Produção			
Açúcar (mil tons)	1.206	1.201	0,4%
Etanol (mil m³)	902	903	-0,2%
Cogeração (mil MWh)	732	736	-0,5%
Mix Açúcar – Etanol	45%-55%	45%-55%	

Comparativamente ao Guidance de dados operacionais da safra houve redução de 1,4% no volume de cana processada, que somou aproximadamente 20,0 milhões de toneladas, e com nível de ATR médio cerca de 1,5% inferior ao estimado, refletindo, principalmente, os efeitos da estiagem e das geadas ocorridas no mês de julho, que afetaram momentaneamente a produtividade de nossos canaviais.

Em decorrência desse cenário, e somado à decisão de mix de produção da safra, a Companhia teve redução efetiva de produto, em ATR equivalente, de aproximadamente, 2,7% em relação às nossas expectativas iniciais.

CAPEX

Em relação ao Guidance de investimento para a safra 22/23, foi revisado o Capex de manutenção em 2,1% em relação as estimativas iniciais, decorrente da variação de preços dos insumos utilizados no plantio (renovação) e tratos culturais, assim como diesel no período.

Quanto ao Capex dedicado à melhoria operacional, estima-se um total atualizado de R\$ 237 milhões, 1,3% superior ao Guidance publicado em 20 de junho de 2022.

Em relação a modernização/expansão estima-se um montante de aproximadamente R\$ 790 milhões (+38,6% vis-à-vis a Guidance anterior), contemplando novos investimentos aprovados para safra, incluindo: (i) o plano hídrico, (ii) a flexibilização da produção de anidro em São Paulo e iii) o plano de irrigação na Usina São Martinho. Todos os projetos apresentam taxa de retorno desalavancado próximo a 18% a.a. em média.

Adicionalmente, as estimativas contemplam: (i) a planta de etanol de milho em Goiás (~R\$ 400 milhões) e (ii) a UTE fase II em São Paulo (~R\$ 150 milhões).

Considerando os pontos mencionados, o Capex total foi revisado para aproximadamente R\$ 2,9 bilhões.

Em milhões de reais	Atualizado 12M23	Guidance 12M23	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.831	1.793	2,1%
Melhoria Operacional	237	234	1,3%
Modernização/Expansão	790	570	38,6%
Capex Total	2.858	2.597	10,1%

SAFRA 2023/24 ("12M24")

PRODUÇÃO

No dia 19 de junho de 2023 foi divulgado Fato Relevante detalhando as estimativas de produção e o volume de cana disponível para processamento ao longo da safra 23/24 (Guidance). No dia 22 de dezembro de 2023 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem de cana-de-açúcar referente à safra 2023/2024 (Realizado). A tabela abaixo apresenta o comparativo:

	Realizado 12M24	Guidance 12M24	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	23.066,7	21.500,0	7,3%
ATR Médio (kg/ton)	136,8	141,9	-3,6%

ATR Produzido (mil tons)	3.155,2	3.050,5	3,4%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.468,3	1.379,8	6,4%
Etanol (mil m³)	948,0	944,9	0,3%
<i>Mix Açúcar - Etanol</i>	49% - 51%	47% - 53%	

A melhor produtividade decorre de i) condições climatológicas normalizadas entre outubro de 2022 e setembro de 2023, ii) dos investimentos, principalmente em tratos culturais, ocorridos nas safras anteriores, e iii) manejo agrícola diferenciado combinado ao uso de variedades genéticas com melhor produtividade.

O mix de produção efetivo reflete as condições mercadológicas que favoreceram a comercialização de açúcar em relação ao etanol.

Em relação à planta de etanol milho, as projeções permaneceram as mesmas daquelas divulgadas no Fato Relevante de 19 de junho de 2023:

	Guidance 12M24
Dados Operacionais	
Processamento de Milho	
Milho Processado (mil tons)	420,0
Dados de Produção	
Etanol (mil m³)	160,4
DDGS (mil tons)	134,3
Óleo de Milho (mil tons)	6,6

CAPEX

Conforme Fato Relevante anunciado em 9 de novembro de 2023, o valor estimado para o Capex de Manutenção foi de R\$ 1.943,6 milhões, uma redução de 2,8% em relação ao Guidance inicial, reflexo do arrefecimento de preços de insumos agrícolas, utilizados no plantio (renovação) e tratos culturais, no período.

Quanto ao Capex dedicado à Melhoria Operacional, estimou-se um total de R\$ 323,0 milhões decorrente do cronograma de reposição de frota e maquinário agrícola para atender às próximas safras com maior disponibilidade de equipamentos e de cana-de-açúcar.

Em relação à Modernização/Expansão, o montante previsto foi de aproximadamente R\$ 465 milhões (+47,9% vis-à-vis Guidance anterior), contemplando novos investimentos aprovados para safra, incluindo: (i) projeto de Biometano na Unidade Santa Cruz, conforme Fato Relevante publicado em 30/10/2023, (ii) projeto inicial de colhedoras de duas linhas na Unidade São Martinho, e iii) investimentos menores que apresentam taxa de retorno desalavancado superior a 18% a.a. em média.

Considerando os pontos mencionados, o Guidance de Capex Total para a safra 23/24 foi revisado para aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, conforme resumo abaixo:

<i>Em milhões de reais</i>	Atualizado 12M24	Guidance 12M24	Var. (%)
Capex de manutenção	1.943,6	2.000,0	-2,8%
Melhoria Operacional	323,0	157,0	105,7%
Modernização/Expansão	465,0	314,5	47,9%
Capex Total	2.731,6	2.471,5	10,5%

SAFRA 2024/25 ("12M25")

PRODUÇÃO

No dia 11 de novembro de 2024 foi divulgado Fato Relevante detalhando as estimativas de produção e o volume de cana disponível para processamento ao longo da safra 24/25 (Guidance). No dia 27 de dezembro de 2024 foi divulgado Fato Relevante informando o encerramento do período de moagem de cana-de-açúcar referente à safra 24/25 (Realizado). A tabela abaixo apresenta o comparativo:

	Realizado 12M25	Guidance 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	21.788,2	22.170,0	-1,7%
ATR Médio (kg/ton)	142,6	142,7	-0,1%
ATR Produzido (mil tons)	3.106,3	3.163,1	-1,8%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.329,0	1.319,8	0,7%
Etanol (mil m³)	1.009,6	1.050,1	-3,9%
Mix Açúcar - Etanol	45% - 55%	44% - 56%	

O volume de cana processada totalizou cerca de 21,79 milhões de toneladas, quantidade 1,7% inferior ao Guidance, com nível de ATR Médio de 142,6 kgs/tons (em linha com o Guidance).

O ATR Total Produzido apresentou queda de 1,8%, (frente ao Guidance), mas com melhor aproveitamento de mix para açúcar – reflexo das melhores condições mercadológicas. A menor moagem no período é reflexo i) de chuvas entre outubro e dezembro de 2024, ocasionando uma redução de dias de moagem, e ii) do contingente de cana-de-açúcar ("cana bisada") para safra 25/26.

Este anúncio refere-se somente à operação agrícola de cana-de-açúcar. As unidades produtoras de etanol de milho e energia elétrica permaneceram em operação, em linha com o Guidance divulgado via Fato Relevante em 11 de novembro de 2024.

CAPEX

	Atualizado 12M25	Guidance 12M25	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.950,0	1.900,0	2,6%
Melhoria Operacional	100,0	100,0	0,0%
Modernização/Expansão	670,0	495,1	35,3%
Tratos Culturais Não Recorrentes	80,0	-	n.m.
	2.800,0	2.495,1	12,2%

O valor estimado para o Capex de Manutenção é de R\$ 1.950,0 milhões, um aumento de 2,6% em relação ao Guidance inicial, decorrente de iniciativas de plantio de cana-de-açúcar e reforma do canavial visando maior disponibilidade de matéria prima para períodos subsequentes.

Quanto ao Capex dedicado à Melhoria Operacional, estima-se um total de R\$ 100,0 milhões em linha com o Guidance inicial, voltado à necessidade de reposições de frota agrícola e industrial.

Estima-se um investimento complementar de R\$ 80 milhões em Tratos Culturais, visando preservar a produtividade e minimizar os impactos para safras seguintes dos focos de incêndio que atingiram os canaviais da companhia em agosto/2024.

O Guidance de Capex Total para a safra 2024/25 foi revisado para R\$ 2,8 bilhões.

Em relação à Modernização/Expansão, o montante previsto é de aproximadamente R\$ 670 milhões (+35,3% vis-à-vis Guidance inicial), contemplando os investimentos aprovados para a safra, incluindo: (i) projeto de Biometano na Unidade Santa Cruz, conforme Fato Relevante publicado em 30/10/2023, (ii) projeto inicial de colhedoras de duas linhas na Unidade São Martinho, iii) expansão da capacidade de cristalização nas unidades de São Paulo, adicionando cerca de 100 mil toneladas de açúcar a partir da safra 2025/26, iv) expansão das áreas irrigadas nas unidades São Martinho e Santa Cruz, atingindo cerca de 50 mil hectares de irrigação em toda a companhia, visando produtividade e longevidade do canavial v) investimentos menores, aprovados ao longo da safra, que apresentam taxa de retorno desalavancado entre 15% e 20% a.a. em média.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

ESTIMATIVAS 2025/26 ("12M25")

PRODUÇÃO

Agrícola - Cana de Açúcar	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	22.600,0	21.788,2	3,7%
ATR Médio (kg/ton)	139,9	142,5	-1,9%
ATR Produzido (mil tons)	3.161,1	3.105,6	1,8%

Nesta seção estão detalhados os volumes de matéria-prima disponíveis para processamento e as projeções de produção para a Safra 2025/26, conforme Fato Relevante divulgado em 23 de junho de 2025.

As operações de cana-de açúcar indicam um total de 3.161,1 mil toneladas de ATR a serem produzidas em 12M26 (+1,8% vs. 12M25), decorrente da expansão da moagem em 3,7% ano-contra-ano, totalizando 22,6 milhões de toneladas de cana processada, com ATR médio previsto de 139,9 quilos por tonelada de cana (1,9% vs. 12M25).

A expectativa de maior processamento de cana se refere: i) aos efeitos positivos dos investimentos, realizados após os incêndios, na recuperação do canavial para a Safra 2025/26, ii) à recorrência das melhores práticas agrícolas associadas a investimentos consistentes em tratos culturais, manejo agrícola diferenciado e uso de variedades genéticas com melhor produtividade, contrapondo iii) as condições climáticas adversas, com menor ocorrência de chuvas entre janeiro e maio/25, que prejudicaram as estimativas de produtividade do canavial da São Martinho e do setor para 12M26.

Abaixo estão detalhadas as estimativas de produção da operação de etanol de milho:

Processamento de Milho	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Dados Operacionais			
Milho Processado (mil tons)	515,0	511,4	0,7%
ATR Produzido (mil tons)	377,9	370,8	1,9%
Dados de Produção			
Etanol (mil m³)	216,9	212,6	2,0%
DDGS (mil tons)	139,7	137,4	1,7%
Óleo de Milho (mil tons)	8,2	7,9	4,3%

Para a Safra 2025/26 estima-se uma performance da planta de etanol de milho com i) eficiências industriais em linha com o ano anterior e os parâmetros do projeto, refletindo a estabilidade e normalização das condições de operação da planta, e ii) expansão do processamento de milho associada à maior moagem diária e mais dias efetivos de produção, resultando no processamento de 515 mil toneladas de milho e na produção de aproximadamente 217 mil metros cúbicos de etanol, com 140 mil toneladas de DDGS e 8 mil toneladas de óleo de milho.

REVISÃO DO GUIDANCE DE PRODUÇÃO

Conforme Fato Relevante divulgado em 10 de novembro de 2025, segue detalhamento das estimativas atualizadas para disponibilidade de matéria-prima para processamento e produção para Safra 2025/26:

Agrícola - cana de açúcar	Atualizado 12M26	Guidance 12M26*	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	22.000,0	22.600,0	-2,7%
ATR (kg/ton)	137,6	139,9	-1,6%

ATR Produzido	3.027,5	3.161,1	-4,2%
Dados de Produção			
Açúcar (mil toneladas)	1.420,1		
Etanol (mil m³)	914,6		
Energia Exportada (mil MWh)	896,4		
Levedura (mil toneladas)	20,6		
Mistura Açúcar - Etanol	49% - 51%		

(*) Guidance inicial publicado, via Fato Relevante, em 23 de junho de 2025.

Nas operações de cana-de-açúcar estima-se um total de 3.027,5 mil toneladas de Açúcar Total Recuperável (ATR produzido) a serem produzidas no 12M26, -4,2% em relação ao Guidance de 23 de junho de 2025 (“Guidance inicial”), efeito da moagem de 22,0 milhões de toneladas de cana (uma redução de 2,7% em relação ao Guidance inicial), e um ATR médio de 137,6 Kg/ton (1,6% abaixo do Guidance inicial).

A expectativa de menor ATR produzido deriva das condições climáticas adversas, notadamente, da menor ocorrência de chuvas entre janeiro e maio/25, que prejudicaram a produtividade do canavial (em toneladas de cana por hectare) e ATR médio da São Martinho, assim como do setor, para 12M26.

O mix de produção assume caráter mais alcooleiro, com destinação de 49% dos açúcares totais recuperáveis à produção de açúcar, reflexo das condições de mercado do adoçante e biocombustível.

Não houve alterações nas estimativas de produção da operação de etanol de milho.

ENCERRAMENTO DO PERÍODO DE MOAGEM

Conforme Fato Relevante divulgado em 10 de dezembro de 2025, a tabela abaixo apresenta a comparação entre os dados de produção informados no Guidance, atualizado via Fato Relevante em 10 de novembro de 2025, e o resultado efetivo da safra:

Agrícola - cana de açúcar	Realizado 12M26	Guidance 12M26*	Var. (%)
Dados Operacionais			
Cana Processada (mil toneladas)	21.672,6	22.000,0	-1,5%
ATR (kg/ton)	139,4	137,6	1,3%
ATR Produzido	3.020,7	3.027,5	-0,2%
Dados de Produção			

Açúcar (mil toneladas)	1.423,1	1.420,1	0,2%
Etanol (mil m³)	908,7	914,6	-0,6%
Energia Exportada (mil MWh)	840,2	896,4	-6,3%
Levedura (mil toneladas)	18,3	20,6	-11,2%
Mistura Açúcar - Etanol	49% - 51%	49% - 51%	

(*) Guidance atualizado, via Fato Relevante, em 10 de novembro de 2025.

A Operação de cana-de-açúcar encerrou o período de moagem para Safra 2025/26 em linha com o *Guidance* atualizado. O volume de cana processada totalizou cerca de 21,67 milhões de toneladas com nível de ATR Médio de 139,4 kgs/tons. O ATR Total Produzido totalizou 3.020,7 milhões. O mix de produção reflete as condições mercadológicas – com destinação de 51% dos açúcares totais recuperáveis (ATR) para produção de etanol.

Este anúncio refere-se somente à operação agrícola de cana-de-açúcar. As unidades produtoras de etanol de milho e energia elétrica permanecem em operação, em linha com o *Guidance*.

CAPEX

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de junho de 2025, abaixo estão as estimativas de CAPEX:

	Guidance 12M26	Realizado 12M25	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.990,5	2.011,0	-1,0%
Melhoria Operacional	125,0	102,4	22,0%
Modernização/Expansão	200,0	532,9	-62,5%
Tratos Culturais Não Recorrentes	-	86,4	-100,0%
Capex Total	2.315,5	2.732,8	-15,3%

O Capex de Manutenção previsto para a Safra 2025/26 totaliza cerca de R\$ 2,0 bilhões, uma redução de 1% frente a 12M25, que reflete uma normalização das atividades de plantio, tratos culturais e manutenção agroindustrial.

Para o Capex de Melhoria Operacional estima-se um desembolso de R\$ 125 milhões, representando uma expansão de 22,0% em relação a 12M25. O incremento previsto reflete o cronograma de reposições de frota agrícola e industrial.

Os investimentos em Modernização/Expansão projetados para a Safra 2025/26 contemplam uma redução de 62,5% (vs. 12M25) decorrente principalmente do cronograma de desembolso dos projetos aprovados na Safra 2024/25, totalizando R\$ 200,0 milhões a serem gastos em 12M26. Tal montante inclui i) dispêndios residuais de projetos em fase de conclusão, incluindo o projeto de Biometano, ii) expansão do plano de irrigação visando maior resiliência frente a condições climáticas adversas, e iii) desembolso não-recorrente de manutenção da caldeira da Unidade Iracema devido ao incidente ocorrido em março/25, e iv) investimentos menores que apresentam taxa de retorno desalavancado entre 15% e 20% a.a. em média.

O Capex Total para Safra 2025/26 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,3 bilhões, representando uma redução de 15,3% frente a 12M25.

PRIMEIRA REVISÃO DO GUIDANCE DE CAPEX

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de agosto de 2025, segue detalhamento das estimativas revisadas para Capex da Safra 2025/26:

Detalhamento do CAPEX	Atualizado 12M26	Guidance 12M26	Var. (%)
Manutenção	1.990,5	1.990,5	0,0%
Melhoria Operacional	125,0	125,0	0,0%
Modernização/Expansão	881,0	200,0	n.m
Etanol de Milho - Segunda Fase	439,0	-	n.m.
Ativos Biologicos - Usina Santa Elisa	242,0	-	n.m.
Demais Proejetos	200,0	200,0	0,0%
Total Geral	2.996,5	2.315,5	29,4%

O valor estimado para Modernização/Expansão foi atualizado para R\$ 881,0 milhões, um aumento de R\$ 681,0 milhões em relação ao Guidance inicial, decorrente da i) aprovação da Segunda Fase de Etanol de Milho totalizando R\$ 439,0 milhões na Safra 2025/26 (publicado via Fato Relevante em 11 de agosto de 2025) e ii) aquisição parcial de ativos biológicos da Usina Santa Elisa (divulgado via Fato Relevante em 15 de julho de 2025) somando R\$ 242,0 milhões (sujeitos a ajustes até o fechamento).

Não houve alterações ao estimado para o Capex de Manutenção, Melhoria Operacional e Demais projetos de Modernização/Expansão.

O Guidance de Capex Total para a safra 2025/26 foi revisado para aproximadamente R\$ 3,0 bilhões.

SEGUNDA REVISÃO DO GUIDANCE DE CAPEX

Conforme Fato Relevante divulgado em 10 de novembro de 2025, segue detalhamento das estimativas atualizadas para Capex da Safra 2025/26:

Em milhões de Reais	Atualizado 12M26	Guidance 12M26**	Var. (%)
Manutenção	1.910,9	1.990,5	-4,0%
Melhoria Operacional	104,9	125,0	-16,1%
Modernização/Expansão	821,0	881,0	-6,8%
Etanol de Milho - Seguda Fase	439,0	439,0	0,0%
Ativos biológicos - Usina Santa Elisa	242,0	242,0	0,0%

Demais projetos	140,0	200,0	-30,0%
Total Geral	2.836,8	2.996,5	-5,3%

(**) Guidance corrente publicado, via Fato Relevante, em 11 de agosto de 2025.

O Capex de Manutenção previsto para a Safra 2025/26 totaliza cerca de R\$ 1,9 bilhão, uma redução de 4,0% frente ao Guidance publicado em 11 de agosto de 2025 ("Guidance corrente"), reflexo: i) de iniciativas voltadas à otimização e redução de custos das atividades de plantio e tratos culturais, e ii) de alterações no cronograma de manutenção agroindustrial.

Para o Capex de Melhoria Operacional estima-se um desembolso de aproximadamente R\$ 104,9 milhões, representando uma redução de 16,1% em relação ao Guidance corrente. A menor alocação reflete ajustes realizados no cronograma de reposições de frota agrícola e industrial.

O Capex de Modernização/Expansão estimado para Safra 2025/26 soma R\$ 821,0 milhões, uma redução de 6,8% vis-à-vis o Guidance corrente, decorrente do cronograma de desembolso de projetos em fase de conclusão.

O Capex Total para Safra 2025/26 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,8 bilhões, representando uma redução de 5,3% frente ao Guidance corrente.

No que diz respeito à produção futura de longo prazo até o atingimento e estabilização da plena capacidade de moagem de cana-de-açúcar (aproximadamente, 24 milhões de toneladas) e milho (aproximadamente, 1.150 mil de toneladas), ficam mantidas as estimativas indicadas no item 3.1.d, já considerando o encerramento do período de moagem de cana de açúcar da safra 25/26, conforme Fato Relevante de 10 de dezembro de 2025. A unidade produtora de etanol de milho permanece em operação.

4.1 DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

A decisão de investir nos valores mobiliários emitidos pela Companhia implica em exposição a diversos riscos, os quais devem ser devidamente analisados pelos potenciais investidores. É fundamental considerar todas as informações contidas neste Formulário de Referência, bem como nas demonstrações financeiras, notas explicativas e no Relatório de Sustentabilidade.

A atividade da São Martinho e do setor sucroenergético brasileiro está sujeita a influência externas, tais como a conjuntura econômica mundial e a política cambial do país, que podem influenciar o preço de mercado dos produtos vendidos e dos valores mobiliários emitidos. Ademais, a Companhia e suas subsidiárias podem estar sujeitas a riscos financeiros e de mercado, meio ambiente (ambiental), de pessoas, operacional, jurídico e regulatório, conformidade, terceiros, tecnologia da informação e emergentes.

Importante destacar que os fatores de risco descritos neste documento refletem os conhecidos até a presente data e que podem impactar adversamente a Companhia e suas subsidiárias. No entanto, é plausível que outros riscos ainda não identificados possam surgir e impactar negativamente no futuro.

Portanto, é importante que os investidores estejam cientes de que a variação no preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela São Martinho pode ser relevante e que, em determinadas circunstâncias, os acionistas podem perder parte de seus investimentos. É válido mencionar que os fatores de risco descritos abaixo seguem ordem decrescente de relevância.

Assim, os fatores de risco descritos nesta seção têm por objetivo informar e alertar os investidores, sem, no entanto, esgotar todas as possibilidades de riscos aos quais a São Martinho e suas subsidiárias estão expostas. É fundamental, portanto, que os investidores realizem uma análise criteriosa das informações disponíveis antes de tomar a decisão de investir nos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

- **emissor**

Riscos decorrentes da disponibilidade de matéria-prima podem afetar a produção e aumentar os custos operacionais

A produção da Companhia depende principalmente da cana-de-açúcar e, a partir da safra 2023/2024, também do milho. Fatores biológicos e climáticos, como condições climáticas extremas (secas, geadas ou inundações), podem influenciar a disponibilidade e qualidade da matéria-prima, gerando impactos adversos na produção de açúcar, etanol e energia.

Doenças e pragas nas lavouras de cana-de-açúcar representam outro risco significativo, e podem afetar a produção, ocasionando a perda total ou parcial das lavouras e a perda dos investimentos realizados com plantio e tratamentos culturais.

Além disso, a Companhia não pode garantir que os contratos celebrados com parceiros, arrendadores ou fornecedores sejam renovados ou mantenham as mesmas condições que haviam sido inicialmente pactuadas. A aquisição de cana em áreas mais afastadas também pode impactar o custo da matéria-prima.

Riscos de variações de preços, taxas, câmbio e insumos na comercialização de produtos de commodities.

A São Martinho enfrenta riscos relacionados à variação de oferta e demanda, oscilação de preços ou outros fatores econômicos que podem resultar em excesso de estoque ou falta de produtos, que podem impactar negativamente seus resultados. Tanto o açúcar quanto o etanol e outros coprodutos estão sujeitos às oscilações

de preço e especulações, além de serem precificados em dólares americanos, o que os torna vulneráveis à variação cambial em relação ao real.

Por exemplo, um menor volume de exportação indiana ou tailandesa e de outros países exportadores pode impactar positivamente os preços do açúcar no mercado global. Por outro lado, o aumento da produção de etanol no país pode levar a uma queda nos preços do biocombustível, representando um desafio adicional.

A Companhia ainda está sujeita às oscilações nos volumes de estoques e no custo dos produtos vendidos durante a safra e no período de entressafra. Portanto, falhas na estratégia de precificação e negociação dos produtos, bem como falhas nas previsões de oferta e demanda, podem ter efeitos adversos nos resultados da São Martinho.

Os preços dos produtos vendidos, dos insumos e matérias-primas comprados estão sujeitos às flutuações de mercado que podem afetar a Companhia e seus resultados operacionais. Vários fatores contribuem para a variação desses preços, incluindo:

- A oferta e a demanda no mercado nacional e internacional;
- Condições climáticas adversas ou extremas e desastres naturais;
- Capacidade produtiva própria e a de seus concorrentes;
- Políticas governamentais de produção, comercialização, exportação e consumo desses produtos;
- Disponibilidade e custo de produtos alternativos (como gasolina e adoçantes artificiais, para etanol e açúcar, respectivamente);
- Políticas governamentais, mudanças das regulamentações do setor e incentivos e subsídios nacionais e internacionais;
- Tarifas e restrições à importação;
- Especulação em relação aos preços futuros desses produtos ou matérias-primas;
- Desenvolvimento das negociações comerciais bilaterais e multilaterais.

Riscos relacionados à segurança cibernética e falhas nos sistemas de tecnologia da informação

Os riscos relacionados a sistemas de tecnologia da informação são uma preocupação constante, uma vez que a Companhia utiliza cada vez mais tecnologia em suas operações.

A Companhia possui informações confidenciais sobre negócios e lacunas na segurança dos sistemas de tecnologia da informação, a crescente utilização de dispositivos móveis e outras tecnologias que permitem o acesso remoto aos sistemas, a utilização de softwares e equipamentos obsoletos e a falta de atualizações e correções de segurança podem tornar os sistemas mais vulneráveis a ataques, o que pode levar a problemas legais, impactos financeiros e reputacionais.

Riscos associados à indisponibilidade de “pessoas chave” e dificuldade em atrair e reter talentos

A Companhia está sujeita ao risco de perda de membros-chave da gestão e à incapacidade de atrair e manter profissionais altamente qualificados. Esses indivíduos possuem um amplo conhecimento do negócio e são fundamentais para o crescimento e desempenho da Companhia. A perda de talentos pode impactar adversamente a condução dos negócios e atividades da Companhia.

A Companhia pode enfrentar dificuldades em atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituir aqueles que deixaram a empresa. Isso pode ser especialmente problemático se a Companhia não puder manter um time de profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas e estratégicas. Se a Companhia não puder atrair ou manter esses profissionais, sua capacidade de administrar e expandir suas operações pode ser comprometida, o que pode impactar negativamente seus resultados.

Riscos relacionados à questões geopolíticas, economia global e efeitos adversos

Os conflitos geopolíticos em regiões-chave, tem impactado a economia global e podem impactar negativamente a São Martinho.

A variação do dólar, pode afetar o custo dos produtos importados, receita e a despesa dolarizada. O aumento do preço do barril de petróleo pode impactar os preços do etanol e açúcar e pode contribuir para a inflação, o que pode impactar negativamente a economia como um todo e custo operacional da Companhia nas suas operações.

Com agravamento ou postergação dos conflitos, é possível que os mercados enfrentem volatilidade contínua e uma série de consequências econômicas e de segurança. Isso pode incluir a escassez de oferta de diferentes produtos, bem como aumentos adicionais nos preços de commodities, como gás natural canalizado, entre outros. A instabilidade geopolítica pode afetar a segurança dos fornecimentos globais de energia, o que poderia levar a interrupções no fornecimento de petróleo e gás natural, além de impactar a economia global como um todo e exacerbar o risco de ataques cibernéticos.

Riscos emergentes associados a eventos naturais, tais como desastres, catástrofes, acidentes, incêndios e outras ocorrências

A Companhia está exposta a riscos que podem impactar suas propriedades, instalações, infraestrutura, redes de distribuição e estoques.

Eventos como incêndios em áreas industriais ou agrícolas, explosões, vazamentos de produtos químicos ou combustíveis, acidentes, interrupções de negócios devido a fatores políticos, manifestações sociais ou ambientais, greves e/ou paralisações de funcionários próprios ou terceirizados, surtos de doenças, medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia, condições climáticas adversas, inundações, crises hídricas e desastres naturais, como deslizamentos de terra, rompimentos de barragens, falhas em satélites que afetem a operação de dispositivos GPS, falhas mecânicas ou interrupções nos processos agroindustriais e administrativos, dentre outros, podem gerar danos materiais ou ambientais, perda de receita, passivos ou aumento de custos.

Atividades humanas, sejam dolosas ou culposas podem resultar em danos à propriedade, infraestrutura ou ao meio ambiente. Incêndios causados por negligência, vandalismo ou falhas nos sistemas de combate e prevenção podem representar um risco significativo. Além disso, resíduos agrícolas, como palhas e bagaços, podem aumentar a probabilidade de ocorrência de incêndios, exigindo a adoção de medidas adequadas de prevenção e controle.

A Companhia também está exposta a riscos decorrentes de problemas em sua infraestrutura logística, de seus fornecedores e prestadores de serviços.

Riscos relacionados ao não cumprimento de regulações, processos judiciais, administrativos e procedimentos de investigação

A Companhia está sujeita a riscos de eventuais alegações de descumprimentos da legislação.

Eventuais litígios podem se transformar em processos individuais ou ações coletivas, ações civis públicas, movidas por autoridades como o Ministério Público, podendo resultar em penalidades. Esses riscos podem ser decorrentes de passivos judiciais e administrativos, bem como a possibilidade de descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC).

Mais detalhes sobre os processos relevantes que a Companhia enfrenta podem ser encontrados nos itens 4.4 a 4.7.

Risco de crises hídricas agrícolas e/ou industriais

A agroindústria enfrenta riscos relacionados à escassez de água e à ocorrência de crises hídricas. Esses riscos podem afetar as operações, a produtividade e outras atividades agrícolas e agroindustriais. Vários critérios devem ser considerados para avaliar esses riscos e adotar medidas adequadas de mitigação.

As tendências climáticas e as mudanças no regime de chuvas também devem ser consideradas, podendo afetar os níveis dos principais reservatórios de abastecimento. A agroindústria está sujeita a eventos climáticos extremos,

como secas prolongadas e chuvas intensas, que podem afetar a disponibilidade de água e a produtividade das culturas.

A capacidade de captação e armazenamento de água também é um fator-chave. A Companhia deve avaliar sua infraestrutura de captação e armazenamento de água, garantindo que esteja adequada às demandas atuais e futuras. A construção de reservatórios, sistemas de captação de água da chuva e a utilização de tecnologias de armazenamento são estratégias importantes para minimizar os riscos de escassez hídrica.

Por fim, a interrupção do fornecimento de água é um risco significativo. A agroindústria deve estar preparada para lidar com situações de interrupção no fornecimento de água, seja por motivos climáticos, problemas nas infraestruturas de distribuição ou restrições regulatórias.

Riscos de passivos decorrentes de relações com terceiros

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas relações com terceiros, como fornecedores, clientes, parceiros comerciais e contratados. Essas relações podem dar origem a passivos, litígios e disputas legais, os quais podem impactar negativamente a reputação, os resultados financeiros e a posição competitiva da Companhia.

Um dos riscos é a possibilidade de envolvimento em litígios decorrentes de contratos firmados com terceiros. Caso a Companhia seja acionada e envolvida em processos judiciais decorrentes do não cumprimento da legislação pelos seus fornecedores, poderá sofrer punições e ter sua imagem e reputação afetadas. Inclui-se também disputas contratuais, reclamações de qualidade de produtos ou serviços, problemas de entrega, violações de propriedade intelectual ou qualquer outra questão que resulte em demandas judiciais ou arbitragens.

A São Martinho atua em conformidade com as leis e exige o mesmo de seus fornecedores e contratados em geral, por meio de um sistema de gerenciamento de riscos de terceiros, mas não é possível garantir que seus fornecedores e terceiros contratados cumpram a legislação e poderá ser responsabilizada pelos danos causados por práticas irregulares realizadas por estes terceiros.

Riscos operacionais e de segurança na produção, armazenamento e transporte de produtos e combustíveis

A produção, armazenamento e transporte de produtos e combustíveis envolve um alto grau de risco operacional para a Companhia. A fabricação, manuseio, armazenamento e transporte de materiais inflamáveis pode resultar em acidentes, danos a pessoas, propriedades, instalações e equipamentos, bem como danos ambientais.

Um acidente com alto impacto pode afetar pessoas, levar à interrupção das atividades e causar perdas financeiras significativas, como custos de remediação, despesas com indenização e possível responsabilização legal. Além disso, tais incidentes podem prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia implementa medidas de segurança rigorosas. No entanto, não há garantia de que tais medidas serão suficientes para prevenir acidentes.

Riscos decorrentes do descumprimento de contratos

Os contratos de compra e venda de insumos, matéria-prima, energia e serviços são essenciais para as operações da Companhia, mas apresentam riscos. Possíveis consequências de descumprimento contratual incluem: (i) interrupções de fornecimento, (ii) aumento de custos de produção, (iii) perda de vendas e oportunidades de negócios, (iv) perda da qualidade dos produtos, (v) disputas e litígios judiciais e (vi) danos à imagem e reputação.

A Companhia pode ser afetada em diversos aspectos se os contratos não forem cumpridos pelas contrapartes. Além disso, também pode ser afetada por mudanças na conjuntura econômica e política que afetem a capacidade de pagamento das contrapartes, além de flutuações nos preços das commodities e outras variáveis relevantes.

É importante reconhecer que, apesar dos esforços da Companhia, esses riscos não podem ser completamente eliminados.

Riscos advindos de potenciais conflitos de interesses

A Companhia enfrenta riscos decorrentes de potenciais conflitos de interesses que podem causar impactos adversos em seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e reputação.

A Companhia possui políticas de transações com partes relacionadas e conflito de interesses, e mantém um alto nível de transparência com adoção de práticas de governança corporativa, mas não é possível garantir que essas políticas e práticas serão totalmente eficazes (mais informações sobre as transações com partes relacionadas podem ser encontradas no item 11. deste Formulário de Referência).

Riscos relacionados à falta de financiamento, cláusulas restritivas e risco de liquidez

A Companhia utiliza financiamentos de instituições financeiras nacionais e estrangeiras, bem como do mercado de capitais, para financiar suas atividades.

Fatores externos, como eventos macroeconômicos, podem afetar a disponibilidade e a viabilidade desses financiamentos, dificultando a obtenção de novas captações necessárias para suas atividades. Ademais, a Companhia pode estar sujeita a cláusulas restritivas (covenants) em seus contratos de financiamento, que podem levar ao vencimento antecipado de suas dívidas e limitar seu acesso a novas linhas de financiamento, caso descumpridas. Essas cláusulas geralmente estão relacionadas a aspectos financeiros, como "cross-default" e "negative pledge", e podem não ser cumpridas pela Companhia, prejudicando seus negócios e resultados.

Há também o risco de liquidez, que é a possibilidade de não conseguir cumprir suas obrigações financeiras devido à falta de recursos disponíveis. Caso não consiga cumprir suas obrigações financeiras, a Companhia pode ter seu acesso a novos financiamentos limitado, o que pode impactar negativamente suas atividades, negócios e resultados.

Riscos relacionados ao retorno dos investimentos devido às condições de mercado e outras variáveis

A Companhia enfrenta riscos relacionados ao retorno insatisfatório de investimentos devido às condições de mercado e mudanças nos cenários projetados.

Os estudos de viabilidade são fundamentais para embasar as decisões de investimento, pois fornecem projeções e estimativas de desempenho futuro dos projetos. Essas premissas estão sujeitas a incertezas e imprecisões, o que pode levar a resultados diferentes dos esperados.

Fatores como taxa de juros, inflação, recessão, câmbio, oferta e demanda e questões regulatórias são algumas das principais fontes de incerteza que podem impactar diretamente o retorno dos projetos.

- **Riscos relacionados às mudanças regulatórias**

A Companhia está sujeita à várias leis e regulamentações que abrangem áreas como meio ambiente, tributos, trabalhista, saúde e segurança, produção, preços, produção e distribuição de açúcar, etanol e energia, mercado de capitais e outras. Mudanças ou interpretações divergentes dessas leis pelos órgãos governamentais podem afetar as operações da São Martinho.

Os governos federal, estadual e municipal podem alterar leis e regulamentos que regem o setor sucroenergético, o que pode prejudicar significativamente a Companhia, caso não venha a cumprir com as novas exigências, podendo estar sujeita a penalidades ou ser afetada em seus negócios em casos de intervenções na economia.

O cumprimento das regulamentações governamentais é crucial para a continuidade das atividades da Companhia, assim como é crucial que não ocorram intervenções na economia que alterem as condições normais de mercado.

Riscos decorrentes de mudanças na legislação tributária e de passivos de planejamento tributário

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às autuações e multas fiscais decorrentes de divergências ou interpretações diferentes das autoridades fiscais em relação às práticas contábeis e tributárias adotadas. Mudanças na jurisprudência fiscal também podem impactar a interpretação e a aplicação das leis tributárias, aumentando a incerteza e o risco de autuações fiscais.

Adicionalmente, mudanças na legislação tributária e na interpretação das leis pelos tribunais podem resultar em obrigações fiscais adicionais, exigindo o pagamento de impostos, multas e juros. Essas mudanças podem ocorrer tanto em nível federal quanto estadual ou municipal.

Atualmente, a Companhia beneficia-se de incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos pelo Estado de Goiás, sujeitos a condições específicas. A não conformidade com essas condições poderia resultar na revogação dos benefícios e a obrigação de pagar tributo, eventuais juros e multa. Além disso, os benefícios fiscais podem não ser renovados ou prorrogados.

É importante destacar que benefícios fiscais concedidos sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) podem ser declarados inconstitucionais. Já foram propostas ações perante o Supremo Tribunal Federal contestando a constitucionalidade de certos benefícios fiscais. Portanto, a Companhia está exposta ao risco de possíveis contestações judiciais e revogação de benefícios fiscais.

As mudanças na legislação tributária e a possibilidade de revogação ou inconstitucionalidade de benefícios fiscais representam riscos que podem ter um impacto adverso nas atividades e nos resultados da Companhia.

Riscos relacionados à segurança e privacidade de dados

A Companhia enfrenta riscos decorrentes da divulgação não autorizada de dados e do comprometimento da integridade de sua tecnologia da informação devido a falhas ou ataques cibernéticos. Além disso, a não conformidade com leis e regulamentos relacionados à privacidade, segurança e proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), pode gerar passivos e afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia lida com a obtenção, armazenamento, processamento e uso de informações confidenciais e dados pessoais. É essencial garantir que qualquer tratamento de dados pessoais sob responsabilidade da Companhia esteja em conformidade com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis, como a LGPD.

A proteção dos dados de clientes, funcionários e fornecedores é uma prioridade para a Companhia. A Companhia depende de terceiros para o tratamento e proteção dos dados dos usuários, como fornecedores de sistemas, softwares e ferramentas. Caso esses terceiros não cumpram as leis de proteção de dados e privacidade, a Companhia pode ser responsabilizada por danos causados aos titulares dos dados pessoais devido a tais violações.

Falhas na proteção de dados pessoais e a não conformidade com a legislação aplicável podem resultar em multas elevadas, divulgação pública da violação, exclusão dos dados pessoais da base de dados e até suspensão das atividades da Companhia, o que prejudicaria sua reputação e resultados.

Riscos relacionados à regulação de qualidade, segurança de produtos e segurança alimentar

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos que visam garantir a qualidade, segurança e conformidade de seus produtos. Essas regulamentações abrangem tanto a produção agrícola quanto a fabricação de alimentos e bebidas, e são essenciais para proteger os consumidores e garantir a conformidade com os padrões estabelecidos.

No que diz respeito à qualidade e segurança de produtos, a São Martinho deve cumprir rigorosos padrões de produção, embalagem, armazenamento e transporte. Isso envolve a adoção de medidas de controle de qualidade em todas as etapas do processo, desde a seleção da matéria-prima até a entrega final. Além disso, é necessário atender às normas de higiene, rastreabilidade e controle de contaminação para garantir a segurança dos produtos oferecidos.

A Companhia também está sujeita à regulamentações específicas de segurança alimentar. Essas regulamentações visam garantir a segurança para o consumo humano, prevenindo a ocorrência de doenças transmitidas por alimentos e assegurando a qualidade nutricional dos produtos. Medidas de controle e monitoramento são implementadas para garantir o cumprimento dessas regulamentações, incluindo testes laboratoriais, inspeções e auditorias periódicas.

O não cumprimento dessas regulamentações pode resultar em consequências adversas para a Companhia, como penalidades e danos à reputação.

Riscos do não cumprimento da regulação ambiental

O não cumprimento da regulação ambiental pode acarretar diversos riscos e impactos para a Companhia, podendo resultar em passivos, bem como prejudicar suas atividades. É fundamental que a Companhia obtenha e cumpra as licenças e autorizações ambientais e de saúde exigidas pelas autoridades para suas operações, como as licenças de instalação e operação. Essas licenças podem estabelecer condições específicas, incluindo a necessidade de investimentos em equipamentos de controle de poluição.

A legislação ambiental brasileira também impõe restrições ao acesso a financiamentos públicos no caso de violações das obrigações de proteção ambiental. O descumprimento dessas leis e regulamentos, assim como das condições impostas nas licenças e autorizações, pode resultar em penalidades e até mesmo na revogação dessas autorizações. Além disso, a Companhia deve estar em conformidade com os limites das Áreas de Preservação Permanente e Reservas Legais em suas áreas agricultáveis, sob o risco de sanções civis, criminais e administrativas.

A responsabilidade da Companhia em alguns casos, também se estende a danos causados por terceiros contratados. Os custos associados ao cumprimento das obrigações ambientais, bem como as punições e reparações de danos, podem ter um impacto material negativo na imagem, nos negócios e nos resultados da Companhia. A regulamentação ambiental também pode resultar em atrasos na implementação de novos projetos, devido ao tempo necessário para obter as licenças ambientais dos órgãos governamentais competentes.

• setores da economia nos quais o emissor atue

Riscos da volatilidade de mercado e variações de preços, taxas, câmbio e insumos na comercialização de produtos de commodities

A São Martinho é uma empresa que atua no mercado de commodities e enfrenta riscos relacionados à variação de oferta e demanda, oscilação de preços e aumento de custos, inerentes a esse mercado, o que pode impactar negativamente seus resultados. Açúcar, etanol, milho, câmbio, petróleo e energia estão sujeitos a fatores climáticos, econômicos, regulatórios e geopolíticos que tornam seus preços vulneráveis.

Os preços das commodities vendidas e aquelas utilizadas pela São Martinho em suas operações (insumos e matérias-primas) estão sujeitos a flutuações de mercado que podem afetar negativamente seus negócios e resultados. Vários fatores contribuem para a variação desses preços, incluindo:

- A oferta e a demanda no mercado nacional e internacional;
- Condições climáticas;
- Políticas governamentais de produção, comercialização, exportação e consumo desses produtos;
- Disponibilidade e custo de produtos alternativos (como gasolina para o etanol e adoçantes artificiais para o açúcar);
- Políticas governamentais, mudanças das regulamentações do setor e incentivos e subsídios nacionais e internacionais;
- Especulação em relação aos preços futuros desses produtos ou matérias-primas;
- Capacidade produtiva própria e a de concorrentes;
- Crises econômicas, inflação e recessão;
- Tarifas e restrições à importação.

Riscos relacionados a fatores biológicos, doenças e pragas nas lavouras

A São Martinho está exposta a riscos decorrentes de fatores biológicos, como doenças e pragas que podem afetar as lavouras e suas atividades. A ocorrência de doenças e pragas pode resultar na perda parcial das plantações afetadas.

Os custos associados ao tratamento de doenças e pragas geralmente são altos. Incidentes graves de doenças ou pragas nas lavouras, podem afetar adversamente os níveis de produção, as vendas e o desempenho da Companhia.

Riscos relacionados à concorrência no setor

O setor de açúcar, etanol e outros produtos agrícolas é caracterizada por uma intensa competição. A São Martinho enfrenta a concorrência de outras empresas do setor, tanto a nível nacional como internacional. Essa concorrência pode ser influenciada por diversos fatores, tais como variações na oferta e demanda global de produtos, entrada de novos concorrentes, mudanças nas preferências dos consumidores, evolução tecnológica e outros fatores.

A participação de mercado e a rentabilidade da Companhia podem ser afetadas por esses fatores. O planejamento estratégico da Companhia precisa estar em constante atenção às mudanças no mercado, às estratégias dos concorrentes e às preferências dos consumidores para manter sua posição competitiva. A capacidade da Companhia de competir efetivamente no setor depende de sua capacidade de inovação, eficiência operacional e qualidade dos produtos.

Avanços tecnológicos podem resultar em novos métodos de produção, melhorias na eficiência operacional e desenvolvimento de produtos inovadores. A São Martinho precisa acompanhar e adotar essas tecnologias para garantir sua vantagem competitiva e atender às demandas do mercado.

Ainda, a concorrência acirrada por matéria-prima no setor representa um risco para a São Martinho. A Companhia precisa estar preparada para enfrentar essa concorrência garantindo a fidelidade dos seus fornecedores.

- **questões ambientais**

Riscos de contaminação e dano Ambiental

A São Martinho está exposta a riscos de contaminação ambiental, decorrentes de acidentes no desempenho de suas atividades (e/ou de terceiros contratados), com produtos e eventuais problemas na emissão de particulados, os quais podem acarretar consequências negativas para suas atividades, reputação e punições.

As atividades relacionadas ao cultivo da cana-de-açúcar, o processamento industrial, o armazenamento, descarte de resíduos e transporte de combustíveis podem ser fontes de contaminações caso não sejam devidamente gerenciados. A depender do dano causado, este pode ter efeitos de longo prazo e irreversíveis e afetar extensões e ambientes variados.

A responsabilidade pela contaminação ambiental pode ser objetiva e desencadear a obrigação de reparar e/ou indenizar os danos ambientais, e responsabilidades administrativa e criminal em alguns casos, além de prejudicar a imagem e a confiança da empresa.

- **seus fornecedores**

Riscos relacionados à dependência de fornecedores de matéria-prima

Para atingir sua capacidade operacional, a São Martinho depende do fornecimento de matéria-prima, como a cana de açúcar, e de uma variedade de serviços ao longo de sua cadeia produtiva.

Cerca de 1/3 da cana processada pela Companhia é proveniente de fornecedores, enquanto 2/3 são de cana própria. Riscos associados aos fornecedores incluem perda de fornecedores de cana-de-açúcar para a

concorrência, problemas de qualidade dos produtos fornecidos, aumento de preços, mudanças nas condições contratuais e passivos trabalhistas.

Qualquer alteração adversa nessas relações contratuais pode afetar sua margem de lucro. Além disso, a disponibilidade, qualidade e preços de outros bens e serviços essenciais, como materiais de manutenção, fertilizantes, combustíveis e defensivos agrícolas, também podem impactar adversamente as operações da Companhia.

Além da cana-de-açúcar, a Companhia passou a fabricar etanol de milho na planta industrial de Goiás, Unidade Boa Vista (UBV), a partir da safra 23/24. Essa atividade envolve a busca por fornecedores confiáveis e competitivos de milho, bem como serviços especializados relacionados à produção de etanol de milho. A Companhia está sujeita a riscos associados à disponibilidade e qualidade do milho, variações no preço e competitividade do grão e eventuais problemas logísticos no abastecimento. Esses fatores podem afetar tanto a produção de etanol de milho como a performance geral. Sendo essencial garantir o estabelecimento de parcerias sólidas e estratégicas nessa nova vertente de negócio.

Riscos relacionados aos fornecedores de bens e serviços

A São Martinho possui fornecedores de bens e serviços, tanto nacionais como estrangeiros, ao longo de sua cadeia produtiva. A disponibilidade, qualidade e preços desses bens e serviços estão sujeitos a diversos fatores, incluindo alterações macroeconômicas e na legislação tributária, que podem afetar o desempenho operacional e financeiro da Companhia, especialmente no caso de insumos e produtos essenciais para suas atividades.

Os principais bens e/ou serviços adquiridos pela Companhia incluem: (i) aquisição de materiais de manutenção, incluindo pneumáticos; (ii) aquisição de fertilizantes; (iii) aquisição de combustíveis, com destaque para o diesel e; (iv) aquisição de defensivos agrícolas.

Variações nos preços das matérias-primas fornecidas por esses fornecedores, flutuações na disponibilidade de mão-de-obra e situações extremas, como questões geopolíticas, podem impactar o fornecimento de insumos e serviços.

A negligência ou má conduta por parte dos fornecedores também pode comprometer a qualidade e a segurança da cadeia de suprimentos.

Riscos relacionados à logística de transporte e infraestrutura podem afetar a entrega dos produtos e o recebimento de insumos agroindustriais

A distribuição dos produtos da Companhia depende de um eficiente sistema de transporte, utilizando principalmente ferrovias e rodovias, com preferência pelas ferrovias. No entanto, problemas na infraestrutura desses meios de transporte representam riscos significativos para o escoamento dos produtos e o recebimento dos insumos necessários. É fundamental que os sistemas de transporte e infraestrutura operem regularmente para atender às demandas da Companhia.

Interrupções significativas no uso da infraestrutura de transporte, decorrentes de desastres naturais, incêndios, inundações, acidentes, falhas em sistemas, greves (como a greve dos caminhoneiros ocorrida em maio de 2018), bem como outros eventos imprevistos, até mesmo climáticos, podem impactar negativamente a capacidade de produção, distribuição e recebimento de produtos.

Qualquer alteração, problema ou interrupção significativa na rede logística utilizada pela Companhia, seus fornecedores ou prestadores de serviços pode resultar em atrasos ou falhas na entrega de produtos, afetando negativamente suas operações. Restrições impostas pelas normas de trânsito também podem ter impacto nos resultados.

- **questões sociais**

Risco de desvios de comportamentos éticos e de conformidade

A São Martinho enfrenta o risco de desvios de comportamentos éticos por parte de seus colaboradores, terceiros e stakeholders, o que pode acarretar problemas significativos para a empresa. Tais desvios podem incluir práticas fraudulentas, corrupção e comportamentos antiéticos, resultando em diversos impactos adversos em sua operação e reputação.

O desvio de comportamentos éticos representa uma ameaça à integridade e à imagem da empresa. A ocorrência de fraudes e atos de corrupção pode resultar em perdas substanciais e penalidades, além de danos à reputação.

Essas práticas podem abalar a confiança depositada na Companhia, afastar potenciais investidores e clientes, e até mesmo resultar em rescisão de contratos. Além disso, a exposição pública de desvios éticos pode levar a uma deterioração da reputação da empresa perante o mercado, dificultando a atração de talentos qualificados e impactando sua capacidade de competir de forma eficaz.

A ocorrência de desvios éticos também pode levar a consequências legais, com ações judiciais, investigações e possíveis sanções impostas por órgãos reguladores e autoridades governamentais. Essas medidas podem resultar em impactos financeiros significativos, além de demandar recursos e tempo da alta administração da empresa para lidar com os processos legais e reparação de danos.

Riscos de Segurança e saúde ocupacional nas operações

As operações da Companhia, e do setor sucroenergético, envolvem uma série de riscos relacionados à segurança e saúde ocupacional dos colaboradores. Esses riscos podem resultar em acidentes de trabalho, doenças ocupacionais e impactos negativos na produtividade e bem-estar dos funcionários, caso não sejam implementadas ferramentas que possibilitem o adequado gerenciamento e mitigação dos riscos.

A natureza das atividades agrícolas e industriais da São Martinho apresenta desafios específicos em termos de segurança e saúde. Nas atividades agrícolas, os trabalhadores manuseiam máquinas e equipamentos pesados e agentes químicos e há riscos de incêndios e de acidentes relacionados ao uso de ferramentas agrícolas.

Na etapa industrial, existem riscos de incêndio e explosão, manuseio de produtos químicos, exposição a ruídos e vibrações, além de riscos ergonômicos e de acidentes de trabalho. A falta de cuidados com relação à segurança e saúde ocupacional pode levar a acidentes e até mesmo perda de vidas.

A exposição a esses riscos também pode gerar custos significativos, incluindo despesas de reparação, médicas, indenizações trabalhistas, penalidades regulatórias e danos à imagem. A reputação da companhia pode ser prejudicada se não forem adotadas práticas adequadas de segurança e saúde, afastando potenciais investidores, parceiros comerciais e clientes.

As ações e medidas mitigatórias a fim de diminuir a exposição ao risco da São Martinho são descritas no item 5.1.

Riscos do não cumprimento da legislação trabalhista por terceiros contratados

O não cumprimento da legislação trabalhista por terceiros contratados representa um risco para a São Martinho.

Embora a São Martinho cumpra a legislação e esteja comprometida em promover condições de trabalho dignas, respeitando os direitos trabalhistas e garantindo remuneração justa, segurança ocupacional e acesso a benefícios sociais, bem como investindo em programas de capacitação e treinamento para os trabalhadores, está sujeita a passivos trabalhistas decorrentes das suas relações com terceiros contratados.

A Companhia exige o mesmo rigor no cumprimento da legislação por seus contratados, no entanto, não é possível garantir completamente que estes cumpram a legislação. Situações graves decorrentes da relação com terceiros podem desencadear o rompimento do contrato e a cobrança de multas.

Riscos e impactos da atividade nas comunidades locais

A atividade sucroenergética pode impactar as comunidades locais, principalmente por conta do tráfego de caminhões nas vias utilizadas pela São Martinho, para transporte de seus produtos.

A intensificação do tráfego de caminhões pode resultar em ruídos, emissões, aumento da poeira nas estradas, e perturbações para os residentes próximos às áreas de produção e transporte.

Outro risco é o impacto direto e indireto na mão de obra e economia das comunidades locais. As operações da Companhia dependem de uma força de trabalho e fornecedores locais, e uma alteração brusca na demanda por produtos, serviços e mão-de-obra, pode afetar a economia local.

f. seus clientes

Riscos de crédito e outros riscos de contraparte de clientes

A São Martinho depende da contrapartida de seus clientes para manutenção de sua saúde financeira. A incapacidade de renovar ou manter contratos com clientes compradores de volume relevante, bem como a dificuldade em negociar novos contratos em condições equilibradas, pode impactar adversamente os negócios e resultados da Companhia.

Alguns dos maiores compradores de açúcar e de etanol respondem por parte relevante da receita bruta total. Assim, existe o risco de redução do faturamento caso esses clientes reduzam suas compras e não seja possível realocar esses volumes para outros clientes.

Além disso, a Companhia está exposta ao risco de crédito dos clientes, uma vez que possui créditos com prazos variáveis e os clientes têm diferentes níveis de solvência. Alterações negativas no risco de crédito dos clientes podem aumentar o risco de inadimplência. Caso um número significativo de clientes não cumpra suas obrigações de pagamento, seja devido a mudanças adversas no setor ou questões macroeconômicas, a condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia podem ser afetados de maneira negativa.

- **questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição**

Riscos climáticos, incêndios e estiagem prolongada

A Companhia enfrenta riscos significativos relacionados a questões climáticas, como incêndios e estiagem prolongada e altas temperaturas, que podem ter impactos em suas operações. Esses riscos envolvem a possibilidade de incêndios em áreas agrícolas, representando uma ameaça tanto para as plantações quanto para as instalações e infraestrutura da Companhia.

Os incêndios em áreas agrícolas podem resultar em danos às plantações e às estruturas utilizadas na produção, além de potencialmente colocar em risco a segurança de funcionários e moradores locais. Além disso, incêndios em áreas industriais representam uma preocupação adicional, pois podem resultar em danos às instalações da Companhia, afetando negativamente suas operações e resultados.

As atividades agrícolas são altamente dependentes das condições climáticas. A ocorrência de estiagens prolongadas, geadas ou inundações pode afetar negativamente a disponibilidade de matéria-prima, como a cana-de-açúcar e milho, e também sua qualidade, comprometendo as operações da Companhia e seus resultados financeiros.

Dentro deste contexto, a Companhia também enfrenta riscos significativos relacionados à crise hídrica agroindustrial. A escassez de água e as mudanças nos padrões climáticos podem impactar diretamente as operações da São Martinho. A falta de chuvas adequadas e a redução dos recursos hídricos disponíveis podem afetar a irrigação das plantações e a disponibilidade de água para os processos industriais, comprometendo a produção de cana-de-açúcar e a produtividade industrial.

- **seus acionistas, em especial os acionistas controladores**

Risco de dependência dos acionistas controladores e membros da administração para a estratégia e operações

A São Martinho é dependente dos seus acionistas controladores para a definição da estratégia de negócios, tomada de decisão estratégica e implementação das operações. A atuação e influência dos acionistas controladores podem afetar significativamente a direção e o desempenho da Companhia, incluindo a alocação de recursos, a política de dividendos, a realização de investimentos e a gestão de riscos. Mudanças nos interesses, objetivos ou estratégias dos acionistas controladores podem resultar em alterações significativas na gestão e na governança da Companhia, o que pode impactar os negócios e a rentabilidade.

Além disso, a saída ou substituição de acionistas controladores ou membros chave da administração pode gerar incertezas e desafios operacionais. A perda de conhecimento, experiência e conexões estratégicas dessas pessoas pode prejudicar a continuidade dos negócios, afetar a capacidade de implementar com sucesso as estratégias e iniciativas planejadas e resultar em instabilidade ou falta de liderança efetiva. A falta de continuidade na gestão e nas políticas estratégicas da Companhia pode ter impactos adversos na confiança dos investidores, nas relações com fornecedores e clientes, bem como na reputação e valor de mercado da Companhia.

- **seus administradores**

Responsabilidades legais e riscos associados aos administradores

A Companhia entende que, atualmente, não está exposta a quaisquer riscos relevantes cuja fonte primária sejam seus administradores, além dos riscos relacionados ao item acima que já foram tratados.

- **países estrangeiros onde o emissor atue**

Riscos políticos e econômicos internacionais e seus impactos nos negócios

A Companhia enfrenta diversos riscos decorrentes de fatores políticos e econômicos em outros países, os quais podem ter efeitos adversos significativos em suas atividades.

A competitividade dos produtos brasileiros nos mercados internacionais é influenciada por uma série de fatores, como o regime de importação, tributação e incentivos à produção local existente em outros países, questões logísticas, econômicas, políticas e sociais dos principais mercados para os quais seus produtos são exportados.

Neste sentido, as atividades internacionais da Companhia apresentam riscos importantes. Alterações nas leis de comércio internacional e regulamentações tributárias e outros aspectos legais podem afetar significativamente as operações e a rentabilidade da empresa. Mudanças nas condições sociais, políticas e econômicas dos países em que a Companhia atua, incluindo recessões e instabilidades, podem gerar impactos negativos em suas operações e resultados financeiros.

A volatilidade dos mercados de câmbio e as restrições à conversão de moedas também representam riscos significativos para a Companhia. Flutuações abruptas nas taxas de câmbio podem afetar a rentabilidade das exportações e a capacidade da empresa de converter os ganhos obtidos em moedas estrangeiras.

A imposição de quotas de importação e exportação e a criação de barreiras comerciais em outros países podem limitar o acesso da Companhia a esses mercados, prejudicando a expansão das exportações e dificultando a realocação dos produtos em outros mercados de forma favorável.

As sanções econômicas e comerciais impostas por diferentes países também representam um risco significativo para a Companhia. Restrições a transações ou negociações com clientes em territórios específicos, pessoas designadas e países sancionados podem ter efeitos adversos nos negócios da Companhia, afetando, inclusive, empréstimos e financiamentos.

- **suas controladas e coligadas**

Responsabilidades legais e riscos relacionados às controladas e coligadas

Não aplicável, pois os riscos relacionados às controladas operacionais da Companhia refletem fatores de risco da Companhia e estão descritos nos demais tópicos do item 4.1 deste Formulário de Referência.

- **outras questões não compreendidas nos itens anteriores**

Não aplicável.

4.2 DESCRIÇÃO DOS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. Falta de Matéria-prima e Falhas em Operações Agrícolas

A produção da Companhia depende da cana-de-açúcar e do milho (este último, a partir da Safra 23/24). A cana-de-açúcar é cultivada em terras próprias ou de terceiros, na proporção aproximada de 70% e 30% respectivamente, nos estados de São Paulo e Goiás. Fatores biológicos, como pragas, doenças e fatores climáticos, como falta de chuvas e geadas, podem afetar a produtividade e o nível de sacarose dos canaviais, e, conseqüentemente, a produção e receita de vendas dos produtos açúcar, etanol e energia, podendo também implicar na perda de investimentos com plantio e tratos culturais e aumento dos custos de produção. Os mesmos fatores biológicos e climáticos podem afetar a matéria-prima adquirida de terceiros, podendo impactar a Companhia, uma vez que parte da cana-de-açúcar e o milho são adquiridos de fornecedores.

A São Martinho reconhece que não possui controle absoluto sobre a renovação e as condições dos contratos firmados com seus parceiros, arrendadores e fornecedores. Portanto, não é possível garantir que tais contratos sejam renovados ou mantenham as condições pactuadas inicialmente. Essa falta de garantia expõe a Companhia a potenciais riscos, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de matéria-prima.

Caso ocorra uma redução significativa nessa disponibilidade devido a condições adversas, falta de renovação de contratos ou quebras contratuais, a produção pode ser afetada negativamente podendo resultar em queda na produtividade e/ou aumento nos custos, prejudicando os resultados da Companhia.

Ainda, a aquisição de cana-de-açúcar e milho em áreas mais afastadas também pode ter impactos negativos. O transporte da matéria-prima de áreas distantes pode acarretar custos logísticos adicionais, elevando os custos totais de aquisição da cana de-açúcar e milho.

2. Variações de preços, taxas, câmbio e insumos

A São Martinho é uma empresa que atua no mercado de commodities e enfrenta riscos relacionados à variação de oferta e demanda, oscilação de preços e aumento de custos, inerentes a esse mercado, o que pode impactar negativamente seus resultados. Açúcar, etanol, milho, câmbio, petróleo e energia estão sujeitos a fatores climáticos, econômicos, regulatórios e geopolíticos que tornam seus preços vulneráveis.

Os preços das commodities vendidas e aquelas utilizadas pela São Martinho em suas operações (insumos e matérias-primas) estão sujeitos a flutuações que podem afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais. Vários fatores contribuem para a variação desses preços, incluindo:

- A oferta e a demanda no mercado nacional e internacional;
- Condições climáticas extremamente favoráveis ou adversas;
- Políticas governamentais de produção, comercialização, exportação e consumo desses produtos;
- Disponibilidade e custo de produtos alternativos (como gasolina para o etanol e adoçantes artificiais para o açúcar);
- Políticas governamentais, mudanças das regulamentações do setor e incentivos e subsídios nacionais e internacionais;
- Especulação em relação aos preços futuros desses produtos ou matérias-primas;
- Capacidade produtiva própria e a de concorrentes;
- Crises econômicas, inflação e recessão;
- Tarifas e restrições à importação.

3. Mudanças regulatórias

A Companhia está sujeita a diversas leis federais, estaduais e municipais e ampla regulamentação governamental, as quais se referem a matérias ambientais, tributárias, trabalhistas, societárias, regulatórias, de saúde e segurança, de produção, preços e distribuição e comercialização de açúcar, etanol e energia, de mercado de capitais, dentre outras. Eventuais mudanças ou divergências de interpretações de referido arcabouço legal pelas autoridades pode impactar as operações da Companhia.

Os órgãos de governo Federal, Estadual e Municipal poderão rever a regulamentação que rege o setor sucroenergético, impondo novas obrigações ou intervindo na economia e a Companhia pode ser significativamente prejudicada por qualquer destas alterações.

Além de possíveis impactos na receita e custos, devido a intervenções do governo na economia (por exemplo, nos preços de combustíveis), o não cumprir de novas exigências regulatórias poderão impactar em punições e restrições às operações.

O cumprimento das regulamentações governamentais é crucial para a continuidade das atividades da Companhia, e qualquer descumprimento ou mudança nas regulamentações pode ter efeitos adversos em suas operações, situação financeira e resultados operacionais.

4. Cyber e falhas nos sistemas de tecnologia da informação

Os riscos relacionados à segurança cibernética e falhas nos sistemas de tecnologia da informação são uma preocupação constante para a São Martinho e para todas as outras empresas, já que a dependência desses sistemas é cada vez maior para a condução das operações.

A falta de segurança dos sistemas de tecnologia da informação pode causar exposição a invasões ou ataques, o que pode levar a problemas operacionais, legais e impactos financeiros e reputacionais. Por mais que sejam implementadas medidas de proteção, as tecnologias estão em constante evolução e atualização, o que pode trazer novos riscos.

Por outro lado, a utilização de softwares e equipamentos obsoletos pode tornar os sistemas mais vulneráveis a ataques e invasões. A crescente utilização de dispositivos móveis e outras tecnologias que permitem o acesso remoto aos sistemas da empresa também representam risco, decorrentes da possibilidade de acessos não autorizados ou vazamentos de informações sensíveis.

5. Indisponibilidade de Pessoas

A atração e retenção de profissionais altamente qualificados são desafios significativos para a Companhia, pois a perda de membros-chave da alta administração pode impactar negativamente suas operações e desempenho. Esses indivíduos desempenham um papel crucial no crescimento e sucesso da Companhia, devido ao seu amplo conhecimento do negócio.

A dificuldade em substituir esses profissionais com a mesma qualificação pode resultar em lacunas de competências e conhecimentos, prejudicando a continuidade e eficiência das atividades da Companhia.

4.3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Taxa de Câmbio

Descrição Qualitativa

A São Martinho depende significativamente do mercado externo para uma parte relevante de suas receitas, com aproximadamente 91% da produção de açúcar e 9% do etanol, considerando a receita líquida da safra 24/25. Essas receitas estão atreladas à moeda americana, o dólar dos Estados Unidos. Além disso, parte do passivo da empresa, incluindo amortização/juros de dívidas e pagamentos a fornecedores, está vinculada a moedas estrangeiras, predominantemente o dólar americano.

A taxa de câmbio entre o Real brasileiro (BRL) e o Dólar americano (USD) desempenha um papel crucial na rentabilidade da Companhia. A volatilidade dessa taxa de câmbio tem um impacto direto nos resultados financeiros da empresa. Flutuações adversas no câmbio podem afetar negativamente a conversão de receitas em moeda estrangeira para a moeda local, afetando a rentabilidade e a margem de lucro da São Martinho.

Dessa forma, a empresa está exposta ao risco cambial, que pode surgir devido a oscilações na taxa de câmbio entre o Real brasileiro e o Dólar americano. Para gerenciar esse risco, a São Martinho adota estratégias de hedge, como contratos futuros ou opções, para proteger-se contra movimentos desfavoráveis da taxa de câmbio e minimizar a volatilidade nos resultados financeiros.

Descrição Quantitativa

A volatilidade diária anualizada da moeda americana (USD/BRL Ptax) nas últimas duas safras foi a seguinte:

Últimas Duas Safras	Safra 23/24	Safra 24/25
Volatilidade	10%	12%

Fonte: Bloomberg

Conforme as notas explicativas, item 22.1 das demonstrações financeiras de 31/03/2025, é apresentada uma análise de sensibilidade para avaliar os possíveis efeitos da volatilidade cambial em algumas contas importantes, como caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos financeiros. É importante ressaltar que essa exposição não leva em consideração os instrumentos enquadrados no hedge accounting. Os ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras considerando taxas de câmbio específicas, sendo R\$ 5,7416 por US\$1,00 para os ativos e R\$ 5,7422 por US\$1,00 para os passivos.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos potenciais da queda e alta na taxa de câmbio sobre essas contas, levando em consideração as taxas de câmbio mencionadas acima. Essa análise ajuda a compreender como a volatilidade cambial pode afetar os resultados financeiros da empresa.

Vale destacar que os valores apresentados na análise de sensibilidade são apenas estimativas e estão sujeitos a mudanças, uma vez que as taxas de câmbio podem variar ao longo do tempo. A São Martinho adota uma postura de monitoramento contínuo das flutuações cambiais e, quando apropriado, implementa estratégias de gestão de riscos cambiais.

			Cenários Prováveis (5%)
Consolidado	Fator de risco	Nacional (US\$ mil)	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	55.124	(15.827)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	12.043	(3.458)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	232	(67)
Instrumentos financeiros derivativos			
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	1.772	(89)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta na preço futuro de commodities	909	(45)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	552.000	(6.782)
Exposição Líquida		622.080	(26.268)

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=MTU+51Kmm5DdaZuzsVXkAw==&linguagem=pt>

Preço do Açúcar e do Etanol

Descrição Qualitativa

A Companhia está exposta a variações nos preços do açúcar e do etanol, sendo a maior exposição relacionada aos preços internacionais do açúcar. Esses preços são influenciados por fatores externos que podem impactar os mercados desses produtos.

Para mitigar o risco de variação de preços, a Companhia adota estratégias de proteção e utiliza instrumentos financeiros para fins de hedge. As políticas e diretrizes relacionadas à proteção contra esse risco, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos, são formalizadas em documentos internos.

As áreas responsáveis por acompanhar e implementar essas estratégias são a área Comercial, Financeira e de Gestão de Riscos. Essas áreas trabalham em conjunto para monitorar os movimentos de preços, avaliar os riscos e tomar as medidas adequadas para proteger a Companhia contra as variações desfavoráveis nos preços do açúcar e do etanol.

Essas práticas visam garantir a estabilidade financeira da São Martinho, reduzir a exposição a riscos de mercado e contribuir para a sustentabilidade dos resultados da empresa.

Descrição Quantitativa

O quadro abaixo demonstra a volatilidade diária anualizada dos preços de açúcar nas últimas duas safras e posição com hedge em 31/03/2025.

Últimas Duas Safras	Safra 23/24	Safra 24/25
Volatilidade	31%	28%

Fonte: Bloomberg

A São Martinho adotou a metodologia de contabilidade de hedge (hedge accounting) para registrar uma parte dos seus instrumentos financeiros. Foram selecionados os seguintes instrumentos para essa finalidade: (a) derivativos relacionados ao açúcar, etanol e moeda estrangeira, especialmente o dólar americano; (b) dívidas em moeda estrangeira (dólar americano) utilizadas como proteção das vendas.

Para aplicar o hedge accounting, a Companhia conduziu testes tanto prospectivos como retrospectivos para avaliar a eficácia dos efeitos das variações de preços sobre o valor das vendas futuras. No caso específico do hedge de açúcar, os derivativos foram designados para mitigar os impactos da variação dos fluxos de caixa

provenientes das vendas futuras de açúcar. A seguir, é apresentado os volumes dos hedges de açúcar realizados durante a última safra:

	Volume de Hedge Açúcar	Preço Médio (cUSD/lb)	Preço Médio (R\$/Ton)
Safra 24/25	805.699	19,60	
	573.201	19,60	2.565
	232.499	19,60	Em aberto

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=zOEaF17oJggg6oteBIWldw==&linguagem=pt>

A compra de milho da safra 24/25 foi realizada visando garantir o abastecimento da matéria-prima para a produção de etanol e outros derivados, além de buscar melhores condições de preço e qualidade do produto. A São Martinho tem um compromisso constante com a excelência em sua gestão de suprimentos e busca as melhores oportunidades de negociação no mercado.

A São Martinho, consciente da importância do gerenciamento de suas obrigações financeiras, tem em seu portfólio empréstimos e financiamentos que estão sujeitos a diferentes modalidades de taxa de juros, sejam elas pré-fixadas ou pós-fixadas. Além disso, a Companhia mantém aplicações financeiras que também estão sujeitas a essas mesmas variações de taxas. Nesse contexto, a empresa está exposta a flutuações nas taxas de juros internas e externas, o que pode impactar diretamente seu custo de capital de terceiros.

Para minimizar os riscos associados a essas flutuações, a São Martinho S/A adota estratégias de gerenciamento de risco, incluindo a utilização de instrumentos financeiros, como swaps, que visam mitigar os efeitos adversos das variações nas taxas de juros. Essas práticas visam garantir uma gestão eficiente de suas obrigações financeiras, protegendo a empresa de possíveis impactos negativos decorrentes de alterações nas taxas de juros.

Em relação ao endividamento líquido da companhia, destacamos que, em 31/03/2025, esse valor totalizava R\$ 4,93 bilhões, sendo que 88% correspondem a obrigações em moeda local e 12% em moeda estrangeira. A São Martinho S/A adota uma abordagem transparente e em conformidade com as normas contábeis ao reconhecer seus empréstimos e financiamentos pelo valor justo, deduzindo os custos incorridos na transação. Essas obrigações são apresentadas nas demonstrações financeiras de acordo com seus respectivos vencimentos, refletindo o valor bruto amortizado ao longo do tempo.

	Encargos anuais vigentes		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Taxa	Indexador	2025	2024	2025	2024
Em moeda nacional						
Linhas do BNDES I	2,1%	+TJLP	76.937	90.619	76.937	90.619
Linhas do BNDES II	4,2%	+IPCA	1.347.807	1.261.389	1.393.676	1.302.977
Linhas do BNDES III (ii)	4,2%	PRÉ	134.816	183.246	134.816	183.246
Linhas do BNDES IV	2,7%	+TR	253.012	-	253.012	-
FINEP	-	-	-	3.377	-	3.377
FINEP II	2,7%	+TR	140.975	140.894	140.975	140.894
Agro Export	101,0%	CDI	97.954	104.370	97.954	104.370
ABC (Inovacred)	5,6%	+TR	28.636	-	28.636	-

Crédito Rural	-	-	-	185.723	-	185.723
Crédito Rural II	8,5%	PRÉ	9.503	-	9.503	-
Crédito Rural III	100,0%	CDI	5.377	-	5.377	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	99,0%	CDI	1.953.079	922.970	1.953.079	922.970
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) II	-	-	-	293.778	-	293.778
Debêntures (iii)	6,0%	+IPCA	2.447.440	2.317.491	2.447.440	2.317.491
<i>International Finance Corporation (IFC)</i>	1,4%	+CDI	277.816	309.628	277.816	309.628
Outros créditos securitizados			-	28	-	28
Total em moeda nacional			6.773.352	5.813.513	6.819.221	5.855.101
Em moeda estrangeira						
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,6%	Sofr 6M	58.755	301.379	58.755	301.379
International Finance Corporation (IFC) (iv)	1,3%	Sofr 6M	1.211.485	380.338	1.211.485	380.338
Total em moeda estrangeira			1.270.240	681.717	1.270.240	681.717
Total (i)			8.043.592	6.495.230	8.089.461	6.536.818
Saldo no passivo circulante			903.719	1.094.298	906.297	1.096.406
Saldo no passivo não circulante			7.139.873	5.400.932	7.183.164	5.440.412
			8.043.592	6.495.230	8.089.461	6.536.818

Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=MTU+51Kmm5DdaZuzsVXkAw==&linguagem=pt>

O gráfico abaixo representa o cronograma de amortização da dívida referente às informações das demonstrações financeiras de 31/03/2025:

Cronograma de Amortização da Dívida

R\$ - Milhões



Fonte: <https://ri.saomartinho.com.br/Download.aspx?Arquivo=c8lhk5ZgTMDyT/IPKFnRUQ==&linguagem=pt>

4.4 PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Processo nº 13856.000971/2007-15 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/12/2007
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 45.787.070,52
f. principais fatos	Auto de infração lavrado para exigência de Contribuição Previdenciária incidente sobre as receitas de exportações realizadas via ato cooperado nos períodos de 05/2002 a 12/2003. Em 01/2008 foi protocolada impugnação, julgada parcialmente procedente com o cancelamento de parte da exigência decaída. Na DRJ houve a manutenção da responsabilidade solidária e dos lançamentos não decaídos. Em 05/2009 as devedoras solidárias e a São Martinho apresentaram recurso voluntário ao CARF. Em 07/2021, o processo foi incluído para julgamento do CARF. Em 09/2021, CARF negou provimento ao Recurso Voluntário. Em 06/2022, proferido despacho pela RFB suspendendo a exigibilidade do Debcad 37.255.468-7 enquanto aguarda julgamento do Leading case RE 816.830/SC.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: Impugnação parcialmente procedente, com o cancelamento de parte da exigência decaída. 2ª instância: negou provimento ao Recurso Voluntário.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Leading case RE 816.830/SC.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 15956.720.292/2014-92 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	27/10/2014
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 11.721.722,61
f. principais fatos	Auto de Infração para cobrança de IRPJ e CSLL recolhidos a menor em razão de redução indevida do lucro real causada por postergação de receitas no ano 2011, sob o fundamento de que não teria sido observado o regime de competência na contabilização e tributação das receitas decorrentes das operações de vendas para entrega futura. Em 01/2015 foi protocolada impugnação. Em 10/2020 houve indeferimento da impugnação. Em 11/2020 foi protocolado Recurso Voluntário.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Indeferimento da impugnação e manutenção integral do auto de infração.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 2ª instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 10840-901113/2016-61 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	31/10/2016
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 12.264.249,48

f. principais fatos	Despacho decisório em 10/2016 glosando créditos de COFINS referentes ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas; (iii) amortização de plantio; (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 11/2016 protocolo de manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidida a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 10840-900998/2016-81 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	31/10/2016
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 10.063.201,39
f. principais fatos	Despacho decisório em 10/2016 glosando créditos de COFINS referentes ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de

	insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas; (iii) amortização de plantio; (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 11/2016 protocolo de manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidida a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 10840.900621/2017-11 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/09/2017
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 8.203.415,51
f. principais fatos	Despacho decisório em 10/2016 glosando créditos de COFINS referentes ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas; (iii)

	amortização de plantio; (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 11/2016 protocolo de manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidida a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 10840-900.615/2017-56- tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/09/2017
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 6.983.637,15
f. principais fatos	Despacho decisório em 10/2016 glosando créditos de COFINS referentes ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas; (iii) amortização de plantio; (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 11/2016 protocolo de manifestação de inconformidade sustentando a

	legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidida a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 10840.901109/2016-01 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	04/09/2017
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 7.549.299,83
f. principais fatos	Despacho decisório em 10/2016 glosando créditos de COFINS referentes ao 3º trimestre de 2012, apropriados sobre: (i) aquisições de insumos e encargos de depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado utilizados na fase agrícola do processo de produção (cultivo da cana-de-açúcar); (ii) despesas com o arrendamento de terras agrícolas; (iii) amortização de plantio; (iv) insumos relacionados à venda de cana formada em razão de expressa vedação. Em 11/2016 protocolo de manifestação de inconformidade sustentando a legitimidade dos créditos tendo em vista que se relacionam com insumos utilizados pela Companhia. Em 03/2018 protocolo informando o julgamento do REsp 1.221.170/PR, no qual restou decidida a possibilidade de créditos de PIS/COFINS com base no critério da essencialidade e relevância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve

h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 16561.720111/2019-39 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	03/09/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 9.888.953,85
f. principais fatos	Auto de Infração cobrando IRPJ/CSLL de 2014 a 2016 decorrentes de dedução de despesas de amortização fiscal de ágio, em que a companhia figura como responsável solidária (art. 124, I do CTN) e a Raízen Energia S/A como principal. Em 01/2020 foi apresentada impugnação. Em 08/2020, proferida decisão de negando provimento à impugnação. Em 10/2020 protocolado Recurso Voluntário pela companhia. Em 12/2024, provido o Recurso Voluntário e afastada responsabilidade da companhia. Em 03/2025 Recurso Especial da Procuradoria.
g. resumo das decisões de mérito	1ª instância: Manutenção do auto de infração e da responsabilização solidária. 2ª instância: Provido o Recurso Voluntário e afastada responsabilidade da companhia.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso Especial da Procuradoria.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 10840.909113/2019-52-tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 6.728.521,90
f. principais fatos	Despacho decisório não homologando a compensação de créditos de COFINS apurados no 2º trimestre de 2012. Em 02/2020 foi protocolada manifestação de inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância administrativa.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor .
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 10840.910328/2019-16 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	10/01/2020
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 7.013.673,53
f. principais fatos	Despacho decisório não homologando a compensação de créditos de COFINS apurados no 4º trimestre de 2012. Em 03/2020 foi protocolada manifestação de inconformidade.
g. resumo das decisões de mérito	Não houve

proferidas	
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 1ª instância administrativa.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
K. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 4.01.19.012651-92 - tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	06/06/2019
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 24.531.074,43
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 07/2019 imputando crédito indevido de ICMS no período de 06/2014 a 04/2019 por adoção de procedimento irregular de apuração do crédito outorgado do álcool anidro. Em 08/2019 foi protocolada a impugnação administrativa em 1ª Instância para cancelar integralmente o auto de infração. Em 04/2020 apresentada manifestação do contribuinte quanto aos argumentos do Fisco e da Diligência, requerendo o cancelamento integral do AIIM. Em 07/2021 indeferimento integral da impugnação de 1ª instância. Em 08/2021 protocolado Recurso Voluntário em 2ª instância administrativa. Em 02/2022 houve decisão acatando os argumentos da impugnação, convertendo o julgamento em diligência. Em 03/2024 houve julgamento pela 2ª Câmara Julgadora do Conselho Administrativo Tributário de Goiás, que por unanimidade deu provimento ao recurso da empresa, improcedente auto de infração de multa e auto de infração ICMS reduzido.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Impugnação indeferida e auto de infração mantido. 2ª Instância: Recurso voluntário provido.
h. estágio do processo	Aguardando recurso da fazenda ou arquivamento.
i. chance de perda	Possível

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 4.01.16.032671-46 - tributário

a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	07/11/2016
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 17.665.954,64
f. principais fatos	Auto de Infração lavrado em 11/2016, imputando escrituração indevida de créditos de ICMS em que a companhia (i) apropriou créditos de bens destinados à construção civil e atividades alheias às atividades-fim do estabelecimento de janeiro/2011 a dezembro/2013; e (ii) erro no cálculo do coeficiente de creditamento. Em 01/2017 foi protocolada impugnação sendo o julgamento em 1ª Instância convertido em diligência em 10/2017. Em 12/2017 houve a adesão ao Programa de Parcelamento no Estado com relação à parte do crédito tributário. Após diligências, em 12/2020 foi proferido despacho decisório nº 2975/2020 de 1ª Instância requisitando a apresentação de documentos para confirmação dos créditos dos exercícios 2011 a 2013. Em 02/2021 protocolada resposta ao despacho decisório nº 2975/2020. Em 05/2021 proferido despacho decisório requerendo nova diligência. Em 07/2021 após diligência, o processo foi recebido pelo julgador. Em 02/2023 houve decisão parcialmente favorável ao contribuinte. Em 10/2023 intimados de decisão de 1ª instância e protocolado Recurso Voluntário. Em 02/2024, em sessão de julgamento, foi proferida decisão para diligências que comprovem o direito aos créditos em debate. Em 03/2024 foi recebida intimação do resultado da diligência.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Manutenção do auto de infração.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de 2ª instância administrativa.
i. chance de perda	Possível

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 4.131.811-0 - tributário

a. juízo	Secretaria da Fazenda/SP
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	18/03/2020
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/SP e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 28.856.520,74
f. principais fatos	Auto de Infração imputando crédito indevido de ICMS relacionado a bens do ativo permanente, partes e peças de reposição de maquinário principal ou bens alheios à atividade do estabelecimento. Em 04/2020 protocolada impugnação acompanhada de laudo pericial contratado pela companhia. Em 11/2020 decisão parcialmente favorável em 1ª instância reduzindo o valor da multa aplicada. Em 02/2021, protocolado recurso ordinário e contrarrazões ao recurso de ofício da Fazenda. Em 08/2022 processo distribuído para 8ª câmara julgadora do Tribunal de Impostos e Taxas – TIT. Em 04/2023 processo convertido em diligência. Em 12/2024 a autuada se manifestou sobre a diligência. Em 01/2025, julgamento da defesa, reduzido o auto de infração e multa.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Impugnação deferida parcialmente para reduzir parte do crédito tributário. Conversão em diligência. Retorno e defesa procedente, redução de auto de infração e multa.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento em 2ª instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 4.01.21.013525-95 - tributário

a. juízo	Secretaria da Fazenda/GO
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	28/10/2021
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/GO e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 4.294.603,39
f. principais fatos	Auto de Infração imputando crédito indevido de ICMS correspondente a crédito outorgado decorrente do Programa “PRODUZIR” do Estado de Goiás nos períodos de 01/2012 a 05/2014. Em 11/2021 foi apresentada impugnação. Em 03/2022, proferido despacho determinando o encaminhamento dos autos à DRF de origem, a fim de que o Auditor Fiscal (i) manifeste sobre as alegações suscitadas pela companhia em sua defesa; (ii) realize nova análise, apreciação e se for o caso, refaça a auditoria levando em conta os argumentos, demonstrativos e documentos apresentados pela companhia; (iii) manifeste sobre os demais argumentos defensórios, especialmente sobre as nulidades citadas nos autos do processo original de nº 40114027216.30. Em 06/2022, companhia apresentou resposta à diligência. Em 09/2023, proferida Decisão para i) excluir a solidariedade passiva dos diretores perante o lançamento do ICMS; ii) rejeitar as alegações quanto à decadência do crédito tributário; e iii) julgar totalmente procedente o lançamento do ICMS acrescido de penalidade, porém com a aplicação do enunciado nº 09 da súmula do CAT relativo à utilização da Taxa SELIC para atualização dos valores do crédito tributário. Em 02/2024, companhia foi intimada a pagar o débito ou apresentar o recurso. Em 03/2024 protocolado recurso voluntário da companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: i) exclusão da solidariedade passiva dos diretores; ii) rejeição das alegações da companhia quanto à decadência do crédito tributário; e iii) julgado totalmente procedente o lançamento.
h. estágio do processo	Aguardando eventual recurso da Fazenda ou trânsito em julgado.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.

k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.
--	---

Processo nº 4.149.123-3 - tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/SP
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	30/01/2023
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/SP e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 13.398.845,11
f. principais fatos	Auto de Infração para exigência de ICMS/ST de 12/2018 a 05/2019 acrescido de juros e multas por venda de mercadorias (etanol hidratado combustível) à companhia situada no Estado do Paraná e recolhimento do ICMS sob a alíquota interestadual (12%). Em 02/2023 protocolo de impugnação administrativa. Em julgamento de 1ª instância foi mantido integralmente o auto de infração. Em 07/2023 a companhia apresentou recurso ordinário. Em 03/2024 houve nova conversão em diligência pelo TIT. Em 01/2025, Recurso Ordinário.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: Impugnação indeferida.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de Recurso Ordinário em 2ª Instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 5.011.886-9- tributário	
a. juízo	Secretaria da Fazenda/SP
b. instância	Administrativa
c. data de instauração	23/05/2023

d. partes no processo	Secretaria da Fazenda/SP e São Martinho
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 12.642.3651,01
f. principais fatos	Auto de Infração para cobrança de ICMS em razão de vendas de levedura e parede celular amparadas pela isenção prevista no inciso V, artigo 41, Anexo I do RICMS/00. Em 02/2023 foi protocolada impugnação administrativa. Em 12/2023, decisão mantendo integralmente o auto de infração. Em 01/2024 a companhia apresentou recurso ordinário. Recurso Ordinário incluído na pauta de julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: Impugnação indeferida.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de Recurso Ordinário em 2ª Instância.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 5047239-11.2019.8.09.0134 - tributário

a. juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/02/2019
d. partes no processo	Município de Quirinópolis-GO e São Martinho.
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 6.113.692,07
f. principais fatos	Ação declaratória com pedido de tutela antecipada para suspensão da exigibilidade do ITBI cobrado pela prefeitura de Quirinópolis-GO em decorrência da transmissão dos imóveis da UBV (incorporada) para a companhia. Em 4/2019, tutela concedida reconhecendo a isenção do ITBI nos termos do artigo 156, §2º, I, da Constituição Federal. Em 7/2020, protocolo de novo parecer da Prefeitura de Quirinópolis reduzindo a base de cálculo e conseqüentemente o valor da causa. Em 8/2023 iniciado trabalho de prova pericial com quesitos já apresentados pela

	companhia. Em 3/2024 Aguardando conclusão da perícia contábil nos autos. Houve troca de perito.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve.
h. estágio do processo	Aguardando decisão do mérito.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Processo nº 5008722-08.2021.4.03.6102 - tributário	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	25/04/2019
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho.
e. valores bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	-
f. principais fatos	Mandado de Segurança impetrado para reconhecer a inexigibilidade dos créditos tributários extintos por decisão administrativa irrecorrível proferida no PA nº 15956.000508/2010-76. Em 11/2021, deferida a medida liminar. Em 12/2021, a Receita Federal alegou ilegitimidade passiva e requereu a denegação da segurança. Em 05/2024, sentença concedeu a segurança. Em 06/2024, apelação da Fazenda. Conclusos para julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: segurança concedida.
h. estágio do processo	Aguarda-se julgamento da apelação.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Estratégico.

k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.
--	---

Processo nº 5002828-22.2019.4.03.6102 - tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	Judicial
c. data de instauração	25/04/2019
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 2.011.688.443,83
f. principais fatos	Mandado de Segurança impetrado em 04/2019 para questionar a incidência de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre valores transferidos pela Copersucar a suas cooperadas em função do repasse de verba indenizatória decorrente das diferenças de preços de álcool e açúcar calculados pela FGV e aqueles fixados pelo IAA entre 03/1985 e 10/1989. Em 04/2019 liminar indeferida. Em 09/2019 a segurança foi denegada pela sentença contra a qual a companhia interpôs Recurso de Apelação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª Instância: Sentença improcedente.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de apelação.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	O valor envolvido no processo está depositado judicialmente, em caso de perda não haverá impacto negativo na situação financeira da companhia.

Ação Anulatória nº 5009414-75.2019.4.03.6102 Execução Fiscal nº 5004159-05.2020.4.03.6102	
Embargos à Execução Fiscal nº 5003268-47.2021.403.6102 - tributário	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância (Exec. Fiscal) 2ª Instância (Anulatória)
c. data de instauração	17/12/2019
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho

e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 27.796.163,01
f. principais fatos	Ação cautelar convertida em ação anulatória em 01/2020 para anular o auto de infração lavrado no processo administrativo nº 15956.600497/2010-24 cobrando IRPJ e CSLL que seriam devidos em razão da exclusão da depreciação acelerada incentivada de atividade rural no ano de 2005. Em 06/2020 ajuizada Execução Fiscal das CDA's nº 80.6.20034350-52 e 80.2.20.017725-40. Em 03/2021 o seguro garantia apresentado na Ação anulatória foi transferido para execução fiscal. Em 09/2021 proferida sentença parcialmente procedente nos autos da anulatória reconhecendo a decadência dos tributos devidos no período entre janeiro e agosto/2010. Em 09/2021 a companhia protocolou Embargos de Declaração. Em 10/2021 houve peticionamento na execução para informar o aceite da garantia nos embargos à execução fiscal nº 5003268-47.2021.403.6102. Em 10/2021 nos Embargos à Execução houve despacho suspendendo e sobrestando a execução fiscal nº 5004159-05.2020.4.03.6102. Em 12/2021 nova sentença na anulatória, com provimento parcial aos embargos de declaração da companhia e negando os embargos da União. Em 12/2021 recurso de apelação da União contra sentença de 12/2021 nos autos da anulatória. Em 12/2021 recurso de apelação da companhia. Em 02/2022, as apelações foram aceitas apenas no efeito devolutivo. Em 09/2023 proferida sentença de improcedência nos embargos à execução. Em 09/2023 protocolo de recurso de apelação nos embargos à execução. Em 09/2024, despacho nos autos da Execução Fiscal determinando o sobrestamento da ação até julgamento do processo nº 5009414-75.2019.403.6102. Em 03/2025, juntado endosso de garantia nos embargos à execução fiscal.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1) Anulatória - 1ª Instância: (i) sentença parcialmente procedente reconhecendo a decadência dos tributos devidos no período entre janeiro e agosto de 2010; (ii) nova sentença com provimento parcial aos embargos de declaração da companhia e indeferimento dos embargos de declaração da União. 2ª instância: Recurso de Apelação recebido apenas no efeito devolutivo. 2) Execução Fiscal: Decisão suspendeu a ação até julgamento da ação anulatória. 3) Embargos à Execução Fiscal: Sentença improcedente e recurso de apelação aguardando julgamento.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de apelação na ação anulatória e nos embargos à execução.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é	Valor.

considerado relevante	
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A companhia garante o valor do processo através de seguro garantia. A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Ação Anulatória nº 5004373-93.2020.4.03.6102 Execução Fiscal nº 5004987-98.2020.4.03.6102

Embargos à Execução Fiscal nº 5006004-72.2020.4.03.6102- tributário

a. juízo	Justiça Federal e Tribunal Regional Federal da 3ª Região
b. instância	1ª Instância (Exec. Fiscal) 2ª Instância (Anulatória)
c. data de instauração	24/06/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 24.576.313,01
f. principais fatos	Ação cautelar convertida em ação anulatória em 08/2020 para anular o auto de infração lavrado no processo administrativo nº 15956.720140/2012-28 cobrando IRPJ e CSLL que seriam devidos em razão da exclusão da depreciação acelerada incentivada de atividade rural no ano de 2009. Em 07/2020 ajuizada Execução Fiscal para cobrança das CDA's nº 80.2.20.112519-34 e 80.6.20.211452-06. Em 09/2020 protocolados embargos à execução fiscal nº 5006004-72.2020.4.03.6102. Em 08/2020 o seguro garantia transferido para a execução fiscal. Em 09/2021 a União determinou a suspensão e sobrestamento da execução fiscal enquanto aguarda o julgamento da Ação Anulatória nº 5004373-93.2020.4.03.6102. Em 11/2021 proferida sentença de improcedência, autorizando a União a liquidar a apólice de seguro dada em garantia para suspender a exigibilidade do crédito questionado. Em 11/2021 a companhia apresentou embargos de declaração. Em 12/2021 foi proferida sentença negando provimento aos embargos de declaração da companhia. Em 12/2021 a companhia protocolou recurso de Apelação. Em 03/2022, a União, apresentou contrarrazões ao recurso de apelação. Em 22/03/2022, conclusos para julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1) Anulatória - 1ª instância: (i) sentença deferindo parcialmente a tutela provisória para determinar a renovação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa e para determinar a não inclusão no CADIN; (ii) decisão acolhendo os embargos de declaração opostos pela União indeferindo a tutela provisória; (iii) sentença de improcedência, autorizando a União a liquidar a apólice de seguro dada em garantia para suspender a exigibilidade do crédito questionado. 2) Execução fiscal: Decisão sobrestando a ação até julgamento da ação anulatória 3) Embargos à Execução Fiscal: Sentença reconhecendo a litispendência parcial com a ação anulatória nº 5004373-93.2020.4.03.6102, bem como

	julgando improcedente o pedido relativamente à alegada inconstitucionalidade do Decreto-lei nº 1025/69.
h. estágio do processo	Execução fiscal suspensa. Aguardando julgamento da apelação na ação anulatória.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A companhia garante o valor do processo através de seguro garantia. A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Execução Fiscal nº 5007583-55.2020.4.03.6102	
Embargos à Execução nº 5000948-24.2021.4.03.6102 - tributário	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11/11/2020
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 16.084.416,42
f. principais fatos	Execução Fiscal ajuizada em 11/2020 para cobrança da contribuição incidente sobre a receita bruta (art. 22-A da Lei nº 8.212/91) apurada no processo administrativo nº 10865.002245/2007-30 (CDA nº 35.927.733-0). Em 12/2020 protocolado nos autos apólice do seguro garantia. Em 02/2021 protocolado Embargos à Execução Fiscal. Em 07/2021 sentença de improcedência aos embargos à execução para manutenção da execução fiscal. Em 07/2021, Embargos de Declaração da companhia. Em 08/2021 embargos de declaração deferido para suspender a execução fiscal. Em 09/2021, companhia protocolou apelação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença improcedente.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de Apelação nos autos dos Embargos à execução.
i. chance de perda	Possível

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A companhia garante o valor do processo através de seguro garantia. A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Execução fiscal nº 5009793-45.2021.4.03.6102	
Embargos à execução nº 5000490-70.2022.4.03.6102- tributário	
a. juízo	Justiça Federal
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	24/12/2021
d. partes no processo	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 49.053.560,20
f. principais fatos	Execução fiscal ajuizada em 12/2021 para cobrança das CDA's nº 80.6.21.287065-31 e 80.2.21.140268-87 do processo administrativo nº 15956.000510/2010-45. Em 02/2022 foram protocolados embargos à execução fiscal nº 5000490-70.2022.4.03.6102 garantidos por seguro garantia. Em 03/2022 a União aceitou o seguro garantia e suspendeu a execução fiscal até o julgamento dos embargos à execução. Em 05/2022, autos suspensos/sobrestados por decisão judicial. Em 11/2022 nos autos dos embargos à execução foi indeferido o pedido para produção de provas pericial. Em de 02/2023 foi indeferido o requerimento de inspeção judicial. Em 08/2023 embargos julgados improcedentes. Em 09/2023 protocolo de apelação da companhia. Em 12/2023 apelação recebida com efeito devolutivo. Em 01/2024 embargos de declaração nos embargos à execução contra recebimento da apelação no efeito devolutivo.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1. Execução fiscal: Sobrestada 2. Embargos à execução: Sentença improcedente e apelação recebida apenas com efeito devolutivo.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da apelação e dos embargos de declaração nos embargos à execução.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do	A companhia garante o valor do processo através de seguro garantia. A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão

processo	provisionados.
----------	----------------

Despacho decisório 10840-903.875/2023-21- tributário	
a. juízo	Receita Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	13/02/2025
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 30.431.481,76
f. principais fatos	Despacho decisório. Glosa de créditos COFINS - não homologação de DCOMP de gastos com benefícios aos colaboradores decorrentes de imposição legal/acordo coletivo. Período: 01/22 a 03/22. Em 03/25, manifestação de inconformidade apresentada.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade.
i. chance de perda	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Despacho decisório 10840-903.877/2023-11 - tributário	
a. juízo	Receita Federal

b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	13/02/2025
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 5.333.433,35
f. principais fatos	Despacho decisório. Glosa de créditos COFINS - não homologação de DCOMP de gastos com benefícios aos colaboradores decorrentes de imposição legal/acordo coletivo. Período: 04/22 a 06/22. Em 03/25, manifestação de inconformidade apresentada.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Despacho decisório 10840-903.874/2023-87 - tributário

a. juízo	Receita Federal
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	17/02/2025
d. partes no processo	Receita Federal e São Martinho
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 6.619.224,14

f. principais fatos	Despacho decisório. Glosa de créditos PIS- não homologação de DCOMP de gastos com benefícios aos colaboradores decorrentes de imposição legal/acordo coletivo. Período 01/22 a 03/22. Em 03/25, manifestação de inconformidade apresentada.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não há.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade.
i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

Auto de infração 5.038.505-7 - tributário

a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	13/05/2024
d. partes no processo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e Santa Cruz
e. valores, bens ou direitos envolvidos em 31/03/2025	R\$ 5.232.727,72
f.principais fatos	Auto de infração cobrando ICMS de Jun-Out/21 e Jun-Dez/22 em exportação de parede celular, açúcar e álcool etílico indicadas em NFs-e. Em 06/24 apresentada a impugnação. Em 09/24, convertido o julgamento em diligência. Em 12/24, julgada a defesa e reduzido o auto de infração e multa. Em 03/25, as partes interpuseram recurso.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1. Defesa parcialmente provida para reduzir auto de infração e multa.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos recursos.

i. chance de perda	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	A chance de perda é revisada regularmente. Em caso de alteração do risco, os valores serão provisionados.

4.5 VALOR TOTAL PROVISIONADO DOS PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não há processos com risco de perda provável descritos no item 4.4.

4.6 PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não há processos sigilosos relevantes.

4.7 OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

As contingências repetitivas ou conexas não sigilosas, que em conjunto são relevantes e não foram abrangidas nos itens anteriores se referem ao âmbito:

Ambiental:

Fato e/ou causa jurídica	Autos de infração da CETESB, secretarias de meio ambiente e/ou polícia ambiental decorrente de incêndio em área de cultivo de cana- de-açúcar e ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.
Valores envolvidos	R\$ 9.588.738,66
Valor provisionado se houver	R\$ 115.579,22
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A contingência decorre de fatores externos ou da operação agrícola da emissora e suas controladas.

Cível:

Fato e/ou causa jurídica	Indenizações decorrentes de acidentes de trânsito.
Valores envolvidos	R\$ 27.365.412,82
Valor provisionado se houver	R\$ 5.129.242,65
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	A contingência decorre da operação agroindústria da emissora e suas controladas.

Trabalhista

Fato e/ou causa jurídica	Reclamações trabalhistas que discutem diferenças de horas extras; intervalo intrajornada; periculosidade e insalubridade; diferenças salariais; e indenizações. Ação Civil Pública, Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Anulatórias para cancelar os mencionados autos.
Valores envolvidos	R\$ 122.792.711,63
Valor provisionado se houver	R\$ 98.942.993,67
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Divergência de interpretação de dispositivos legais e instrumentos coletivos.

Tributário:

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de créditos de PIS/COFINS.
Valores envolvidos	R\$ 65.577.163,50
Valor provisionado se houver	R\$ 414.085,92
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensação de créditos originados da aquisição de insumos utilizados na fase agrícola do processo produtivo, aquisição de produtos sujeitos à alíquota zero e crédito presumido de etanol.

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de créditos de ICMS
Valores envolvidos	R\$ 10.102.136,10
Valor provisionado se houver	R\$ 169.157,39
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Compensação de créditos originados da aquisição de insumos utilizados na fase agrícola do processo produtivo, sobre bens destinados ao ativo imobilizado; Créditos outorgados concedidos pelo Estado de Goiás; Ausência de recolhimento de ICMS-ST na venda interestadual de etanol e Cobrança de ICMS nas vendas de levedura com isenção.

Fato e/ou causa jurídica	Contribuição Previdenciária
Valores envolvidos	R\$ 3.519.768,17
Valor provisionado se houver	R\$ 256.656,44
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Inexigibilidade da contribuição previdenciária no período de maio, agosto/1994 a janeiro/1997, decorrente do cotejo realizado entre a Lei nº 8.870/94 (§2º do art. 25), declarada inconstitucional pelo STF na ADI 1.103 – DF e inexigibilidade de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, realizadas por intermédio de cooperativa.

Fato e/ou causa jurídica	Glosa de saldo negativo de IRPJ/CSLL
Valores envolvidos	R\$ 13.582.487,43
Valor provisionado se houver	R\$ 325.382,92
Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Antecipação dos pagamentos por estimativa realizados com créditos de PIS/COFINS que deram origem aos saldos negativos de IRPJ/CSLL posteriormente também utilizados para compensação.

5.1 DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E RISCOS DE MERCADO

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos, revisada e aprovada em 17.6.2024 pelo Conselho de Administração, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&linguagem=pt&ano=2024>) na Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

O objetivo da política é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades no processo de gestão de riscos, abrangendo a contextualização, identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento destes. As atividades de monitoramento e controle são conduzidas considerando três linhas: 1ª linha - Áreas Proprietárias; 2ª linha - Áreas de Suporte; 3ª linha - Auditoria Interna. A atividade de monitoramento e os níveis de risco atribuídos devem ser realizados de maneira responsável, diligente e imparcial em cada uma das linhas de defesa.

A Matriz de Riscos é o principal instrumento utilizado para o monitoramento de riscos. Ela é composta por nove categorias de riscos: Pessoas (ex.: acidentes, disponibilidade de mão de obra), Terceiros (ex.: responsabilidades decorrentes de terceiros), Conformidade (ex.: desvios éticos, corrupção, fraude, proteção de dados pessoais, conflitos de interesse), Meio Ambiente (ex.: contaminação, danos ambientais, incêndios), Jurídico e Regulatório (ex.: descumprimento de obrigações legais ou contratuais, litígios), Operacional (ex.: falta de matéria-prima, falhas em processos agrícolas e industriais, logística, fornecedores, insumos), Tecnologia da Informação (ex.: invasões, ataques cibernéticos, falhas na infraestrutura de T.I.), Financeiro e de Mercado (ex.: variações de preços, cumprimento de acordos financeiros, risco de crédito, liquidez, indisponibilidade de financiamentos) e Riscos Emergentes (ex.: pandemias, eventos climáticos, riscos sistêmicos). Os riscos são monitorados e revisados mensalmente na Matriz de Riscos, e os resultados são reportados à Administração.

Ao adotar essa abordagem abrangente, integrada e sistemática para a gestão de riscos, a empresa busca garantir que os riscos sejam devidamente identificados, avaliados e tratados, contribuindo para a proteção dos ativos e para a tomada de decisões mais informadas e seguras. Isso fortalece a capacidade de lidar com incertezas e de enfrentar os desafios do ambiente de negócios de forma eficaz.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Além da Matriz de Riscos, a Companhia utiliza diversos instrumentos para proteção, que variam de acordo com o tipo de risco enfrentado. Esses instrumentos podem incluir a adoção de práticas, políticas e procedimentos específicos, bem como a contratação de seguros.

Para lidar com os riscos financeiros e de mercado, a São Martinho adota uma estratégia de proteção por meio da realização de hedge, para proteção de riscos associados a variações de preços.

A estratégia de hedge é implementada de forma criteriosa e baseada em análises técnicas e de mercado, levando em consideração fatores como oferta e demanda, comportamento dos preços, sazonalidade e volatilidade. A empresa busca realizar operações de hedge que sejam eficientes e alinhadas aos seus objetivos estratégicos, considerando as condições do mercado e suas expectativas de preço.

Essa abordagem de gerenciamento de riscos permite proteção de suas receitas, redução da exposição a oscilações de preço e minimização de potenciais impactos adversos. Além disso, contribui para uma gestão mais eficiente do fluxo de caixa, permitindo uma melhor previsibilidade e planejamento financeiro.

A São Martinho monitora continuamente suas posições de hedge. As operações são discutidas de forma regular e sistemática no âmbito do Comitê de Posições. Este comitê se reúne quinzenalmente para analisar e monitorar os indicadores de risco, bem como os parâmetros das estratégias de precificação adotadas pela empresa e fatores que podem impactar a São Martinho.

Quanto aos riscos relacionados ao meio ambiente, a empresa implementa políticas, procedimentos e ações preventivas para mitigar potenciais danos e contaminações. Essas medidas visam garantir a conformidade com regulamentações ambientais e promover práticas sustentáveis em todas as etapas das operações. A São Martinho também promove ações de monitoramento ambiental contínuo, investe em tecnologia e práticas sustentáveis e realiza programas de conscientização ambiental para seus colaboradores e comunidades.

No que diz respeito aos riscos de saúde e segurança operacionais, a Companhia tem implementado programas de capacitação, ginásticas laborais além de ferramentas que permitem registrar condições de risco e comportamentos inadequados para que possam ser sanados, reforçando seu compromisso com a saúde e bem-estar de seus colaboradores. Para mitigar os efeitos negativos intrínsecos ao processo, além das ferramentas supracitadas, para a área industrial existem autorizações para trabalhos críticos específicos, que consiste em uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar na identificação dos perigos e riscos das atividades, bem como quais as medidas devem ser implementadas para que seus riscos sejam eliminados ou mitigados. Essa ferramenta é de uso de toda a operação e tem nas figuras dos líderes e gestores a última palavra sobre as medidas adotadas ou que ainda precisam ser implementadas para garantir a segurança de todos os seus colaboradores. Desta forma, e para que seja assegurada a saúde e segurança de todos, há equipes ambulatoriais e médicas, que acompanham e monitoram a saúde de cada colaborador, antecipando possíveis problemas e indicando os melhores tratamentos.

A Companhia investe em tecnologias e sistemas de segurança avançados, promove uma cultura de segurança sólida e incentiva a participação ativa dos colaboradores na identificação de riscos, além de promover ações corretivas rápidas diante de qualquer incidente ou condição de trabalho insegura exigindo uma abordagem proativa e contínua. Em 2022 a São Martinho implantou o programa SOU seguro, composto por 5 pilares fundamentais sendo eles: Valor e Governança, Pessoas e Desenvolvimento, Manutenção e Mudança, Percepção, Gerenciamento de riscos e Conformidade. Em 2023 adotou o jargão "Pause, Processe e Prossiga", afim de reforçar ainda mais a mensagem de segurança em todas as atividades. Essa iniciativa visa aprimorar a conscientização dos colaboradores sobre segurança, incentivando a pausar para análise e avaliação, o processamento das informações e a retomada das atividades de forma segura e consciente.

No caso dos riscos operacionais relacionados à matéria-prima, a São Martinho adota a formalização de contratos com cláusulas que garantem um suprimento estável e confiável. Além disso, a empresa implementa controles e procedimentos para garantir a disponibilidade de matéria-prima, evitar falhas em processos agrícolas e industriais, gerenciar riscos relacionados à logística e aos fornecedores. A diversificação das fontes de suprimento e a manutenção de relacionamentos sólidos com os fornecedores também são adotadas para mitigar potenciais impactos adversos nas operações.

Para mitigar os riscos operacionais de falhas em processos agrícolas e industriais, bem como incêndios em áreas agrícolas e industriais, a São Martinho adota diversas medidas preventivas e de controle.

Em relação aos processos agrícolas, a Companhia implementa práticas e técnicas avançadas de manejo, monitoramento e controle de cultivos. Isso inclui o uso de sistemas de irrigação eficientes, o monitoramento regular (através do COA, centro de operações agrícolas) das condições das plantações, o controle de pragas e doenças, além do treinamento adequado dos colaboradores envolvidos nessas atividades. A São Martinho também mantém uma estrutura de equipes de campo capacitadas, que atuam de forma proativa para identificar e solucionar problemas relacionados aos processos agrícolas.

No que diz respeito aos processos industriais, a empresa adota rigorosos protocolos de segurança, visando prevenir acidentes e falhas em equipamentos. São realizadas inspeções regulares nas instalações industriais para identificar possíveis problemas ou pontos de vulnerabilidade. Além disso, a São Martinho investe em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, assegurando o seu bom funcionamento e monitora continuamente suas operações através do COI (centro de operações industriais) minimizando os riscos de paralisações não planejadas.

Quanto à prevenção de incêndios em áreas agrícolas e industriais, a São Martinho possui um programa de gestão de riscos e controle de segurança contra incêndios e frota própria para combate. Isso inclui a manutenção de equipamentos de combate a incêndios, a implantação de sistemas de detecção e alarme, assim como a adoção de planos de emergência bem definidos. A empresa também promove treinamentos periódicos para os colaboradores, a fim de capacitá-los sobre medidas preventivas e procedimentos de segurança em caso de incêndio.

Essas ações combinadas visam mitigar os riscos operacionais associados a falhas nos processos agrícolas e industriais, assim como a ocorrência de incêndios, garantindo a segurança das operações e a continuidade dos negócios da São Martinho.

Na categoria Jurídico e Regulatório, a empresa realiza uma análise criteriosa das obrigações legais e contratuais, buscando o cumprimento rigoroso dessas normas. São adotadas medidas para evitar litígios e monitorar possíveis mudanças na legislação, buscando a conformidade com as regulamentações em vigor.

No que diz respeito aos riscos de Conformidade, a São Martinho adota políticas e procedimentos específicos para garantir o cumprimento de normas éticas, a prevenção de corrupção, a proteção de dados pessoais e a gestão de conflitos de interesse. A Companhia busca promover uma cultura de integridade e ética em todos os níveis organizacionais, por meio de treinamentos sobre o tema, reforçando seus princípios e valores, além de investir em sistemas de monitoramento e controle para detectar e prevenir desvios.

Para a categoria de riscos associados a Terceiros, a empresa realiza uma análise das informações no processo de seleção de parceiros e fornecedores. Contratos também contam com cláusulas que preveem obrigações e penalidades.

No âmbito dos riscos Cibernéticos, adota medidas de segurança e possui um plano de melhorias contínuas para proteger suas informações e sistemas contra invasões e ataques.

Atenta aos Riscos Emergentes, como pandemias, eventos climáticos e demais riscos. A São Martinho acompanha as tendências climáticas e as mudanças regulatórias, buscando se adaptar e implementar medidas preventivas para mitigar os riscos associados a esses eventos imprevisíveis.

Essas são apenas algumas das estratégias e instrumentos adotados pela empresa para proteger-se contra os diferentes tipos de riscos. A escolha dos instrumentos adequados é feita com base na avaliação detalhada de cada situação de risco, visando garantir a segurança, a continuidade dos negócios e a proteção dos ativos da empresa.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da empresa é composta por diversas instâncias. Essas instâncias incluem o Conselho de Administração, o Comitê Financeiro, o Comitê de Auditoria, a Presidência, a Diretoria Executiva e a Gerência de Riscos.

O Conselho de Administração desempenha um papel fundamental na governança corporativa da empresa e é responsável por aprovar a política de gerenciamento de riscos e supervisiona sua implementação. O Comitê Financeiro e o de Auditoria são órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração e desempenham um papel de monitoramento e gestão de riscos e controles internos da empresa. A Diretoria Executiva tem a responsabilidade de implementar as políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. Também é responsável por garantir que a gestão de riscos esteja alinhada com as estratégias e objetivos corporativos.

A Gerência de Riscos desempenha um papel operacional na implementação das políticas e diretrizes de gerenciamento de riscos. Essa área é responsável por suportar e fornecer as diretrizes para a identificação, análise e avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos com uma abordagem comum em diferentes áreas e elaborar relatórios e comunicar regularmente sobre o status dos riscos. Ela atua de forma transversal, colaborando com as diversas unidades de negócio para garantir a eficácia do processo de gerenciamento de riscos.

Suas principais atribuições estão consolidadas na tabela abaixo:

Conselho de Administração	Aprova a Política de Gestão de Riscos, define o apetite de risco da Companhia e monitora os riscos estratégicos e os táticos de nível alto e muito alto.
Comitê Financeiro	Analisa o risco e retorno das propostas de investimentos, desinvestimentos e alavancagem, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão. Além disso, pode propor ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de exposição, bem como medidas de proteção aos riscos financeiros. O Comitê Financeiro também realiza análises de tendência e comportamento do endividamento da empresa, operações financeiras e gestão de riscos cambiais e de mercado futuro.
Comitê de Auditoria	Acompanha a gestão de riscos e avalia o cumprimento de seus objetivos. Responsável por avaliar a efetividade dos sistemas de controle e gerenciamento de riscos, bem como monitorar a exposição de riscos da São Martinho e seus planos de mitigação.
Diretoria Responsável pela Área de Riscos	Execução das atividades da área de gestão de riscos, de acordo com as diretrizes transmitidas pelo Diretor Presidente; coordenação e participação nos comitês de posição e de ética.
Gerência de Riscos	Monitora e comunica os níveis de riscos e as ações de mitigação. Trabalha em estreita colaboração com as demais áreas da empresa para garantir que os riscos sejam identificados e tratados de forma adequada. Mantém registros atualizados dos riscos e suas respectivas medidas de controle, além de fornecer suporte na implementação de políticas e procedimentos relacionados ao gerenciamento de riscos.

Os grupos de trabalho utilizados para monitoramento de riscos são: Comitê de Posições; Reunião de Riscos e Mercado; Comitê Tático de GRC e Comitê de S&OP.

Grupo do Trabalho	Monitoramento	Categoria
Comitê de Posições e Reunião de Risco de Mercado	Volatilidade de Preços de Commodities, Câmbio e estratégias de Hedge	Riscos Financeiros e de Mercado
Comitê Tático de GRC	Consolidado, Alinhamento entre as Diretorias e Gerências	Riscos Táticos e Estratégicos

	de Unidade	
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos	Riscos Corporativos

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Além da estrutura operacional e dos comitês envolvidos na gestão de riscos, a São Martinho também adota políticas específicas e procedimentos internos em cada uma de suas áreas para fortalecer o gerenciamento de riscos.

Essas políticas e procedimentos são desenvolvidos com base nas melhores práticas e normas aplicáveis, considerando as características e necessidades de cada setor de atividade.

Essas políticas e procedimentos internos são revisados e atualizados periodicamente para garantir sua relevância e eficácia contínua. A São Martinho promove a conscientização de seus colaboradores sobre essas políticas, para assegurar sua compreensão e aplicação adequada em todas as atividades da empresa.

Os principais mecanismos para verificação do cumprimento e aprimoramento das políticas e procedimentos são a área de sistema de gestão integrada, controles internos e a auditoria interna.

5.2 DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A São Martinho adota um conjunto robusto de práticas de controles internos, alinhadas às melhores referências internacionais de governança corporativa. As principais práticas incluem:

- Auditoria Independente: As demonstrações financeiras da Companhia são submetidas a análises críticas por auditoria externa, assegurando transparência e conformidade com as normas contábeis.
- Riscos e Controles Internos: Áreas responsáveis por monitorar continuamente os riscos de falhas nos controles internos, com base nos frameworks ISO 31000 e COSO (Committee of Sponsoring Organizations), reconhecidos internacionalmente.
- Auditoria Interna: Realizada periodicamente para avaliar a eficácia do programa de gestão de riscos. Os resultados dessas auditorias geram planos de ação que são acompanhados pela área de Controles Internos.
- Testes de Efetividade: A área de Controles Internos realiza testes regulares para verificar a efetividade dos controles aplicados aos riscos operacionais.
- Documentação e Diretrizes:
- Manual de Políticas Contábeis: Define procedimentos, premissas e julgamentos contábeis adotados.
- Manual de Gestão de Riscos: Estabelece diretrizes, papéis e responsabilidades para os colaboradores.

A Companhia considera que seus controles internos são adequados e eficazes, embora reconheça que estão sujeitos a aperfeiçoamentos contínuos. Eventuais imperfeições identificadas são tratadas por meio de planos de ação específicos, monitorados até sua completa resolução.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A área de Controles Internos está atualmente sob a gestão da área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade e Controles Internos). O Gerente de GRC é responsável por monitorar os riscos mapeados, aprimorar o nível de maturidade dos controles, acompanhar o progresso dos planos de ação relevantes e avaliar a efetividade dos testes de controle. Os papéis e responsabilidades seguem o modelo de Três Linhas, sendo:

1ª Linha - Área Proprietária do Risco: são as áreas de negócio que possuem fontes de risco. Exemplos de áreas proprietárias são Agrícola, Indústria, Comercial, Financeiro e Relações com Investidores, Negócios Imobiliários, Suprimentos e Tecnologia da Informação, entre outras.

2ª Linha - Área Suporte: essas áreas oferecem suporte às áreas proprietárias dos riscos. Exemplos de áreas suporte incluem Qualidade Industrial, Manutenção, Planejamento de Vendas e Operações, Recursos Humanos, Saúde e Segurança Ocupacional, Meio Ambiente, Controladoria, Segurança da Informação, Segurança Patrimonial, Jurídico e Centro de Serviços Compartilhados, Controles Internos, Conformidade e Gestão de Riscos

3ª Linha - Auditoria Interna: A Auditoria Interna atua na 3ª linha e possui atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração, contando com uma estrutura adequada para o desempenho de suas atribuições

A Companhia entende que essa estrutura visa garantir uma abordagem integrada da gestão de riscos, proporcionando responsabilidades claras e uma supervisão adequada dos controles internos em toda a organização.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração por meio de reportes e de agendas específicas com a Diretoria e Gerência de GRC (Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos). A área de GRC reúne-se periodicamente com a Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração para tratar de assuntos de governança, riscos, conformidade e controles internos.

Além disso, a área de controles internos também está sujeita a auditorias internas realizadas por uma empresa independente. Essa auditoria interna tem como objetivo avaliar a conformidade do processo de gestão de riscos com as políticas, procedimentos e regulamentos estabelecidos, além de identificar oportunidades de melhoria e recomendar ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os controles internos da Companhia foram avaliados e não foram identificadas deficiências ou recomendações significativas que representem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5.3 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A São Martinho possui uma estrutura organizacional dedicada à governança, riscos, conformidade, controles internos, composta pela Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos e Conformidade, e de Relações Institucionais, bem como pela Gerência de Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos.

A empresa adota um Plano de Conformidade (Programa de Integridade), alinhado às melhores práticas de mercado. Esse plano visa promover os princípios e valores estabelecidos no Código de Ética e Conduta Profissional, na legislação anticorrupção e em outras normas e boas práticas de conformidade (compliance).

As principais políticas e documentos relacionados a esse assunto incluem o Código de Ética e Conduta Profissional, a Política Anticorrupção, a Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, a políticas e procedimentos de conformidade relacionados ao canal de denúncias, riscos de terceiros, entre outros.

A empresa utiliza diversos mecanismos para fortalecer sua conformidade, tais como o Canal Ético (Canal de Denúncias), a realização de Due Diligence de terceiros por meio de softwares especializados, a atualização constante da legislação, a inclusão de cláusulas contratuais anticorrupção e a previsão de penalidades. Além disso, existem fóruns específicos para tratar do assunto: Comitê de Ética e Conformidade, composto por membros da alta administração, e o Comitê Tático de GRC, que inclui o Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade, e de Relações Institucionais, os Diretores Agroindustriais das Unidades e gerentes.

Os riscos são periodicamente reavaliados, e as políticas são revisadas conforme necessário, levando em consideração as melhores práticas de mercado.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A execução do Plano de Conformidade é de responsabilidade da Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, por meio da Gerência de Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos.

A estrutura de Conformidade foi criada em 2018, seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa. A Área de Conformidade reporta trimestralmente os números e destaques do Canal Ético e das investigações internas ao Comitê de Ética e Conformidade. Regularmente, esse balanço é apresentado ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho Fiscal. Além disso, o Canal Ético é submetido a auditorias específicas.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Código de Ética e Conduta Profissional, revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de junho de 2024. O Código é aplicável a todos os empregados, diretores, conselheiros, acionistas e estabelece princípios éticos e responsabilidades para terceiros, incluindo fornecedores, prestadores de serviços, clientes, parceiros, concorrentes, e agentes intermediários.

O Plano de Conformidade inclui treinamento para os empregados ativos, bem como orientação durante o processo de integração de novos empregados e/ou terceiros.

As violações serão analisadas pelo gestor da área ou pelo Comitê de Ética, e, se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares conforme as políticas de Recursos Humanos e a legislação vigente.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Companhia possui um Canal de Denúncias (Canal Ético) disponível para relatos internos ou de terceiros, que pode ser acessado por meio de três opções: (i) website (ii) telefone ou (iii) e-mail. O recebimento das denúncias é realizado por uma empresa especializada, que recebe os relatos. O denunciante pode escolher relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, e em ambos os casos, o sigilo é mantido.

Conforme o procedimento específico do Canal de Denúncias, os relatos recebidos são apurados por grupos de trabalho e acompanhados pela área de Conformidade. Em casos específicos, há previsão de condução das investigações por uma empresa de investigação especializada.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas (novo item)

Durante os últimos três exercícios sociais, a São Martinho não identificou nenhum caso de desvios, fraudes, irregularidades ou atos ilícitos praticados contra a administração pública. A companhia está comprometida com a ética e a integridade em todas as suas operações e mantém medidas robustas de prevenção, detecção e monitoramento para assegurar a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

A Companhia tem implementado um plano de conformidade, com políticas e procedimentos claros que orientam a conduta de seus empregados e parceiros de negócios. Essas políticas visam prevenir e combater quaisquer práticas inadequadas ou ilegais, promovendo um ambiente de trabalho ético e transparente.

Também adota uma abordagem proativa na identificação de potenciais riscos, por meio de controles internos e de uma cultura de conformidade. A área de conformidade também se submete à auditoria interna, para avaliação a eficácia dos processos e controles.

A São Martinho também mantém canais de comunicação abertos e confidenciais para denúncias, onde os empregados e demais partes interessadas podem relatar qualquer suspeita de irregularidades ou violações. Essas denúncias são tratadas com seriedade e investigadas de forma imparcial, garantindo a adoção das medidas corretivas apropriadas, caso necessário.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos específicos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Essas medidas visam garantir a integridade dos processos e evitar práticas ilegais ou antiéticas relacionadas às atividades da Companhia em relação à administração pública. Essas regras, políticas e procedimentos são elaborados de acordo com a legislação vigente e as melhores práticas de governança corporativa, visando promover a transparência, a conformidade e a ética nas relações da Companhia com o setor público.

Os documentos mencionados (Código de Ética e Conduta Profissional, Política Anticorrupção e Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses) encontram-se disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.saomartinho.com.br/listgroup.aspx?idCanal=AtbRCN4YAJbUV3xXhcfxxQ==&linguagem=pt&ano=2024>), na Comissão de Valores Mobiliários e na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

5.4 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Em função das constantes mudanças no ambiente externo, alguns riscos mostraram-se mais relevantes no último exercício social, dentre outros:

- Variações de preços, taxas, câmbio e insumos;
- Incêndios
- Mudanças regulatórias;
- Tensões Geopolíticas

A Companhia adota medidas mitigatórias e mantém sua operação em constante adaptação às mudanças de cenário, com o objetivo de minimizar impactos e preservar a continuidade dos negócios.

5.5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevantes.